



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XII Legislatura

Número: 3

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 9 de dezembro de 2020

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, a sessão iniciou-se com o primeiro ponto da Agenda da Reunião: **“apresentação, debate e votação do Programa do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores”**.

De acordo com o n.º 1 do artigo 160.º do Regimento da ALRAA usou da palavra o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) para apresentação do Programa do Governo.

No período dedicado a pedidos de esclarecimento usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a João Bruto da Costa (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Andreia Cardoso (*PS*), Carlos Furtado (*CH*) e Paulo Estevão (*PPM*).

Finda a prestação de esclarecimentos iniciou-se o debate com a participação dos/as Srs./as Deputados/as Alexandra Manes (*BE*), José Pacheco (*CH*), Sabrina Furtado (*PSD*), Maria Isabel Teixeira (*PS*), Iasalde Nunes (*PS*), Carlos Furtado (*CH*), Vasco Cordeiro (*PS*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Célia Pereira (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Vânia Ferreira (*PSD*), Andreia

Vasconcelos (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Sérgio Ávila (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Rodolfo Franca (*PS*), Rui Espínola (*PSD*), Délia Melo (*PSD*), Mário Tomé (*PS*), do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*), dos Srs./as Secretários/as Regionais das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*), da Educação (*Sofia Ribeiro*) e da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 33 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, votos de um excelente trabalho.

Vamos iniciar com a chamada.

Para tal tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

Secretário: Bom dia a todos.

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Flávio da Silva Soares

Gil Alberto Medeiros Borges

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Andreia Tatiana Vasconcelos

Catarina Oliveira Cabeceiras

Nuno António de Bettencourt Gomes

CHEGA (CH)

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

José Eduardo Cunha Pacheco

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Vamos iniciar os nossos trabalhos deste período legislativo, que se reveste de grande importância para a nossa Assembleia.

Para além de ser o nosso primeiro período legislativo, é aquele onde será apresentado, discutido e votado o Programa do Governo.

Sobre a apresentação e debate do Programa do Governo regem os Artigos 159º a 162º do nosso Regimento.

Este debate foi organizado pela Conferência de Líderes, nos termos do Artigo 132º do Regimento, sendo que os tempos estão assim distribuídos:

Governo – 235 minutos

PS – 235 minutos

PSD – 180 minutos

CDS – 36 minutos

CH – 24 minutos

BE – 24 minutos
PPM – 24 minutos
IL – 15 minutos
PAN 15 – minutos

Antes de iniciar o debate, e também como estipula o nosso Regimento, procede-se à apresentação do Programa do Governo. Para o efeito dou a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Exm^o. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Deputados, Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Saúdo, com cordialidade democrática e respeito político, cada um dos eleitos, aqui representantes da vontade plural dos açorianos.

A vontade de mudar, expressou-se, de forma inequívoca, numa maioria parlamentar plural, mas com elevado sentido de responsabilidade democrática, pela afirmação estável de uma alternativa de governo, que gerou compromissos, com equilibrado denominador comum.

Também o próprio Governo Regional é plural na sua composição partidária.

A solução governativa que hoje temos é clara, coerente e consistente com aquilo que os Açorianos decidiram: o Governo dos Açores teve de emergir do Parlamento dos Açores, devolvendo a este a centralidade do debate e propositura política.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Aos que nos elegeram, asseguramos a legitimidade democrática desta solução, como bem nos mandataram, e prometemos não desiludir a sua esperança nem trair a sua vontade.

Hoje, nos termos do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e no âmbito da competência política da Assembleia Legislativa, XII Legislatura, apresento, para debate e votação, o Programa do XIII Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

E a pluralidade democrática deste Parlamento foi transposta para o Governo dos Açores.

É a primeira vez que os Açores contam com um Governo que não é só de um partido.

É composto por três partidos - PSD, CDS e PPM - e conta, através de acordos de incidência parlamentar, com o suporte de estabilidade e maioria parlamentar com mais dois partidos - Chega e Iniciativa Liberal.

Um Governo dos e para os Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E o seu programa, que hoje aqui apresentamos, é também dos e para os Açores. Quem “bater à porta” de um departamento deste Governo Regional, bate à porta do Governo dos Açores e não bate à porta de um partido político.

Deputados Pedro do Nascimento Cabral e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A Autonomia Política e Democrática da Região Autónoma dos Açores é que dá fundamento e existência institucional aos nossos órgãos de governo próprio. E o Parlamento não é um atalho de onde saem governos, é o espaço democrático de onde emanam soluções de governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Soluções para cumprir os objetivos fundamentais da Autonomia, bem expressos no artigo 3º do nosso Estatuto Político-Administrativo.

E cá o apresentamos também com este enquadramento institucional, conscientes deste dever, para promover o nosso futuro coletivo.

Mas temos mais e outras responsabilidades políticas, que assumimos tornar realidade na configuração programática deste programa de governo.

O resultado democrático das eleições legislativas e os acordos políticos celebrados concretizaram a vontade maioritária de mudança e a estabilidade política necessária.

E o reconhecimento desta realidade foi determinante nos conteúdos deste Programa de Governo, que aqui é submetido a discussão e votação.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: O pluralismo expresso no acordo de Governo e nos acordos de incidência parlamentar, é totalmente respeitado neste documento político e estratégico para a legislatura e para o mandato do Governo.

A sua influência é tanto decisiva para o executivo, em sentido estrito de administração governativa, como o é para o plano legislativo, o referente a propostas do Governo, desde logo, no âmbito do planeamento e orçamentos, fiscalidade e outros, bem como os de iniciativa puramente parlamentar.

Sabemos que os açorianos escolheram, e, expressamente, mandataram um Governo para cumprir, com base nesta solução parlamentar, um programa de mudança e de progresso.

Teremos, quanto ao legado, de saber adotar uma atitude pragmática, na procura de soluções para os problemas concretos que temos.

O Governo manter-se-á sereno perante as dificuldades - as naturais e as artificiais - que lhe surjam.

Recusará omitir as realidades do presente ou aceitar análises e justificações, dos problemas, com desculpantes indicações de caminhos fáceis e de demagogia.

A disposição eleitoral e política foi e é de mudança, mas foi e é determinada sob o signo da moderação.

Deputado João Bruto da Costa e Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito bem!

O Orador: A Região precisa tanto de mudança como de moderação.

Temos um programa reformista e disruptivo, mas temos de resolver em simultâneo as questões do passado.

A salvaguarda da dignidade humana em todo o seu espectro, desde logo. As pessoas, primeiro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O nível de desenvolvimento de uma sociedade é avaliado não pelos seus elementos mais fortes, mas é sim pelos mais fracos, pelos mais desprotegidos e é por isto que dizemos que ninguém pode ou vai ficar para trás.

A melhor solidariedade é a que assenta em princípios de justiça social.

A melhor solidariedade é a que é sustentável.

Este Governo, orgulhoso das ideologias que o definem, fará do combate à exclusão e pobreza uma das suas prioridades, uma das suas destacadas bandeiras.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A nossa geografia não deve ser motivo incontornável para termos uma região a nove velocidades.

As marcas distintivas de cada uma das nossas nove ilhas têm de ser um potencial para as próprias e para o todo regional.

Este Governo terá políticas para cuidar, com equidade, todas as nossas ilhas.

O Programa do XIII Governo Regional assenta em quatro pontos fundamentais: Primeiro - apresenta as ideias e compromissos eleitorais das três forças políticas que o constituem e acrescenta propostas das duas forças políticas que o suportam.

Todas estas ideias e compromissos foram sufragados pelos Açorianos, são do seu conhecimento e tiveram um apoio maioritário nas urnas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Segundo ponto: o da transparência. Queremos marcar pela diferença. A transparência dos compromissos assumidos; das decisões tomadas, da execução das medidas. Um modelo de governação que ajuda ao escrutínio democrático, que fundamenta as políticas públicas e a avaliação dos seus resultados.

Terceiro ponto: o das contas certas. Todos os princípios enumerados neste programa de Governo têm como linha orientadora valorizar o futuro legado a receber pelas gerações vindouras.

Queremos os Açores com mais e melhor qualidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O legado atual não é favorável. Nem o poderemos ou devemos disfarçar. Importa é encarar a realidade!

Este Governo não vai fingir que decide, vai decidir; não vai fingir que tem mais dinheiro do que o que tem - vai gerir bem o dinheiro que realmente tem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mais do que o lamento da herança o que importará é trabalho e dedicação para vencer desafios. Este será o nosso código e todo ele é compatível com o bom senso e sensibilidade social.

A quarta nota, vai para a importância do impacto da pandemia por COVID, que tem inevitável referência e prioridade imediata. As primeiras coisas vêm primeiro e a saúde pública está acima de tudo. “Haja saúde”, como diz o povo, é em si a declaração de uma prioridade.

Apesar do horizonte de esperança do ponto de vista epidemiológico e de combate a esta pandemia, os seus efeitos na saúde, na nossa economia, nas nossas empresas, nas pessoas estão bem presentes. Demasiadamente presentes e urgem ser mitigados até ao limite das nossas possibilidades.

Postos de trabalho a manter; apoios sociais direcionados para quem deles mais precisa. Não pode nem deve haver um Açoriano que não tenha resposta, venha ela das organizações da sociedade civil, venha ela do próprio Governo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar da emergência dos dias e dos atos até agora tomados, apenas após a aprovação deste programa de Governo é que o XIII Governo Regional dos Açores entrará em plenitude de funções.

Ele é, pois, essencial, para cumprir compromissos com os Açorianos e com este Parlamento.

A estabilidade política e estas opções estratégicas da governação terão como objetivo ganhos dos Açores em relação aos indicadores médios da União Europeia e do País.

Diminuição do peso do Estado na economia e na sociedade, permitindo que as empresas e as pessoas possam fazer livremente as suas escolhas.

Com este Programa de Governo começará um novo ciclo de governação, mais próximo das pessoas, mais transparente nos procedimentos, mais rigoroso na decisão, mais humilde na atitude democrática.

Deputado João Vasco Costa (PS): Dois minutos de esclarecimentos!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Promover melhor a coesão territorial, que garanta mais coesão social, melhores condições de vida para as pessoas. Permitir que a iniciativa privada disponha de condições estáveis para investir, promovendo o crescimento económico, o emprego e a riqueza.

O nosso futuro é ainda mais importante do que o nosso passado. É tempo de inaugurar uma nova cultura de Autonomia mais adequada aos novos desafios.

Uma Autonomia de Responsabilização, com um lugar para todos: a liberdade das pessoas, a participação da sociedade, a iniciativa dos agentes sociais e económicos, a administração regional, as autarquias locais, a comunicação social.

Uma Autonomia de Concretização. Um verdadeiro modelo de desenvolvimento tem de ter objetivos e resultados, monitorizáveis por dados imparciais e objetivos.

E para isto contamos com os parceiros sociais, desde logo o Conselho Económico e Social e a Comunicação Social, que serão fundamentais no apoio à formulação e implementação das políticas, o primeiro, e ambos na monitorização dos resultados obtidos.

Somos de prestar contas.

Nas nossas ilhas, a comunicação social privada exerce uma verdadeira missão de interesse público. Contribuiremos para o seu fortalecimento através de um novo enquadramento legislativo de apoio financeiro. Com objetividade, independência, estabilidade e regularidade.

Só assim conseguirá cumprir o seu papel de mediação para a informação e formação de uma opinião pública qualificada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A análise, gestão e fiscalização das candidaturas aos apoios públicos à Comunicação Social, e subsequente financiamento, será da competência de uma estrutura desgovernamentalizada, que integrará também representantes das empresas.

O serviço público de rádio e televisão e a LUSA, em exercício de atividade nos Açores, terão apoio a partilhar a responsabilidade da República.

Nas relações externas, potenciaremos o papel dos Açores no mundo. Reforçando o nosso contributo para a União Europeia e desde já com ambicioso plano de atividades na liderança da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas.

O Governo apoiará as comunidades açorianas espalhadas pelo mundo. Temos muito orgulho no reconhecido sucesso dos nossos emigrantes e dos seus descendentes. Eles projetam e honram o bom nome dos Açores no mundo.

No âmbito da nossa projeção no atlântico, a posição geoestratégica dos Açores confere à Região um relevante papel no âmbito dos compromissos internacionais do Estado Português, assumidos em organizações internacionais de defesa e cooperação.

Em todos, os interesses dos Açores serão defendidos, designadamente pela compensação devida pelos passivos, nomeadamente ambientais, resultantes da concessão de facilidades ou de tais acordos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Permitam-me que destaque, sinteticamente, algumas grandes opções deste programa de governo.

Queremos reativar o elevador social. Queremos devolver aos açorianos a capacidade de sonhar. Com ambição, empenho, dedicação e mérito. Preconizamos uma governação de sucesso e de progresso, de cooperação, que evite acumular pobreza.

Defendemos que é através do aumento do rendimento dos açorianos, pela promoção da riqueza, que se pode combater eficazmente a pobreza.

Cooperação técnica e financeira reforçada, estável, previsível e equitativa, também com o nosso Poder Local, democraticamente legitimado, para desenvolver território e as suas populações.

Temos como objetivo estratégico, durante a Legislatura, a criação de condições de desenvolvimento económico e de promoção da inclusão social, laboral, de competências pessoais, sociais e profissionais, progressivamente quebrando o ciclo de pobreza e permitindo, desta forma, reduzir, através da inserção social e laboral o número de dependentes.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Designadamente pessoas dependentes do Rendimento Social de Inserção (RSI), em idade ativa, com capacidade de trabalho, aumentando a sua colaboração com a comunidade onde estão inseridos.

Na intervenção do Estado defendemos que deve assumir um papel regulador da economia de mercado, nos aspetos em que esta possa falhar.

O desenvolvimento económico dos Açores, a criação de emprego e a fixação das populações às suas terras, passam necessariamente pelo aumento significativo do investimento privado.

Defendemos um modelo de desenvolvimento económico que concilie e equilibre o investimento público estruturante com o investimento privado, de modo a que aquele se constitua num fator de atração, criação e capacitação das empresas, da riqueza produzida e dos postos de trabalho qualificados e sustentáveis.

Para além do investimento promovido pelas empresas e empresários regionais, o investimento externo deverá assumir uma nova dinâmica.

O empreendedorismo é um desígnio primordial. Empreender é também agregar valor, saber identificar oportunidades e transformá-las em negócios de sucesso. É esse o caminho que os Açores necessitam de percorrer.

Pretendemos valorizar o papel da fiscalidade na desoneração do custo de contexto para o investimento privado reprodutivo.

Promoveremos a redução máxima, legalmente admitida, das taxas nacionais de IVA e IRC.

No caso das famílias redução máxima da taxa de IRS nos escalões ainda excluídos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sabemos bem que tais medidas representam uma diminuição de receitas do Orçamento Regional, mas é uma opção política, deixar este rendimento nas empresas e nas famílias.

No âmbito do Setor Público Empresarial Regional, defendemos uma nova estratégia política que assenta numa clara racionalização deste sector, com a redução da sua dimensão ou expressão.

A racionalização do sector público empresarial regional não impede, no entanto que as empresas e as entidades públicas empresariais, que prestam um verdadeiro serviço público o continuem a fazer, integradas neste sector.

Uma nova cultura política na relação da Região com as empresas do sector público empresarial regional pressupõe o estabelecimento de critérios de nomeação assentes nas competências adequadas ao cargo.

O exercício de tutela sobre as empresas integradas no sector público empresarial regional não será confundido com a ingerência política na sua gestão quotidiana.

O Governo atuará, dentro das suas competências, na resolução dos graves problemas que afetam o Grupo SATA, cujas empresas são essenciais para os Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Inscrevemos uma palavra de apreço à administração pública, pois contamos com o seu apoio e determinação na promoção do desenvolvimento dos Açores e da sua modernização e acessibilidade por parte dos cidadãos.

Tenho a certeza de que os serviços uma vez motivados estarão preparados e farão parte desta mudança.

Todas estas medidas contarão com a adoção, por parte do Governo, de condutas transparentes e escrutináveis da sua atuação.

Haverá uma estrutura destinada à prevenção e combate à corrupção, nomeadamente no âmbito da Inspeção Administrativa e da Transparência, que coordenará os planos sectoriais de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e desenvolverá estratégias adequadas para a prevenção da corrupção.

No que concerne à educação, apostaremos no treino educativo dos nossos jovens, desenvolvendo as suas competências e treinando-os para o sucesso.

Queremos reforçar o sucesso das nossas comunidades educativas, com diálogo e concertação com a classe docente, no sentido de valorizar as suas carreiras.

Na saúde, queremos aumentar a literacia comunitária para a saúde. No âmbito da pandemia e da saúde, o Governo utilizará todas as suas competências e os meios disponíveis para enfrentar um desafio que mobiliza toda a sociedade.

A Comissão Especial de Acompanhamento da Luta Contra a Pandemia por Covid-19 é um exemplo. Contamos com o saber científico de especialistas

independentes para ajudar a ultrapassar os desafios mais difíceis e para a elaboração do plano de vacinação.

Não nos esqueçamos, no entanto, que há mais cuidados de saúde para além da COVID.

Queremos terminar com o subfinanciamento crónico deste sector. Teremos um plano de retoma da atividade não COVID, o combate às listas de espera e a criação da entidade gestora do doente em espera.

Queremos ampliar, valorizar e utilizar na sua capacidade máxima os recursos do serviço regional de saúde. Isto só se conseguirá com profissionais de e da saúde motivados e com as suas carreiras valorizadas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Renovo a nossa palavra de gratidão e de reconhecimento aos profissionais deste setor, cuja dedicação e entrega, muito nos tem orgulhado e nos tem enchido de esperança para ultrapassarmos os tempos difíceis que teimam em persistir.

E a todos os que têm estado a proteger e a assegurar ajudas imprescindíveis a cada um dos que necessitam.

Também dirijo uma palavra de solidariedade e de pesar a todos os familiares das vítimas desta pandemia terrível.

Também temos respostas para a Proteção Civil e para as Associações e Bombeiros dos Açores. A nossa convicção é a de que o setor primário da nossa economia tem sido e será sempre essencial. Precisa e merece dar um passo em frente. Com investigação, com inovação, com competitividade.

A Agricultura tem, nos Açores, uma expressão económica, social e territorial de grande relevância para a coesão social regional, que marca a identidade e a genuinidade de cada uma das nossas ilhas.

O aumento e a estabilidade dos rendimentos dos agricultores têm de ser prioridade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A criação do Conselho Científico para a Inovação Agroalimentar, terá um papel fundamental.

No Mar e nas Pescas, temos um oceano de oportunidades para a economia azul e para a valorização do nosso pescado, melhorando o rendimento dos nossos pescadores e armadores. É um imperativo romper com a ideia, errada e injusta, de que a Pesca está irremediavelmente ligada a bolsas de pobreza e a problemas sociais. Modernizar os Açores e inovar é essencial.

Apresentamos juntamente com a cultura e a ciência, a transição digital. É fundamental incentivar e incrementar as políticas culturais, reposicionando, para o efeito, o conceito de cultura como um dos eixos centrais das opções e das políticas regionais de futuro.

Na ciência, apoiaremos a Universidade dos Açores como polo de excelência da investigação científica e implementaremos a contratação de investigadores pelos centros de investigação regionais, de forma a garantir e assegurar a estabilidade das equipas de investigação já existentes.

Na transição digital, o Plano de Ação para a Transformação e Transição Digital na Região Autónoma dos Açores, terá como pilares fundamentais e vetores estruturais a inclusão e capacitação digital das pessoas, a educação e formação à distância, a transformação e digitalização dos setores primários, comércio e serviços e ainda a digitalização de todos os serviços públicos e do setor público empresarial regional.

O ambiente é encarado como um fator estruturante de toda a governação, considerada a sua transversalidade na aplicação das políticas de desenvolvimento sustentável.

Uma verdadeira visão holística da preservação ambiental não deve descurar igualmente o bem-estar animal. O Governo terá em conta as melhores práticas europeias neste âmbito, envolvendo as autarquias e as associações do setor.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Uma verdadeira política de transportes é fundamental numa região como a nossa. O mercado interno promove melhor economia, só conseguida com boas acessibilidades e intermodalidade dos transportes. Este novo paradigma a conciliar transportes mais baratos e frequentes.

Nos transportes aéreos, diligenciaremos pela revisão das obrigações de serviço público, pela desburocratização do reembolso, manutenção dos Açores como destino único, mas também com a criação da chamada “Tarifa Açores”, nas ligações inter ilhas.

Esta medida, será um dos aceleradores para o mercado interno, para a mobilidade dos Açorianos e para um melhor conhecimento dos Açores pelos Açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A nova promoção do transporte marítimo de mercadorias implicará a realização de um estudo técnico, que avalie o atual modelo de obrigações de serviço público nas ligações com o continente, com o propósito fundamental de reduzir preços e melhorar a regularidade do serviço, equacionando em simultâneo a existência de uma carreira regular de carga inter ilhas, que permita assegurar o transporte de bens com uma regularidade, previsibilidade e custo adequados. Estudar ainda um novo modelo de transporte marítimo de mercadorias e de passageiros inter ilhas, que assegure regularidade, previsibilidade, estabilidade e segurança das operações realizadas e permita a mobilidade entre as ilhas, com a manutenção do serviço público já prestado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do Deputado Carlos Furtado e dos Membros do Governo)

O Orador: Boas acessibilidades são também fundamentais para o Turismo.

Para o Governo, o reforço deste setor assume uma relevância fundamental para o crescimento e desenvolvimento da nossa economia.

Ultrapassada a atual situação de exceção, o desafio de revitalização do setor do turismo será enorme.

Na energia, queremos caminhar no sentido da crescente autonomia energética das nossas nove ilhas, maioritariamente proveniente de fontes de energia renováveis e sustentáveis.

O Governo adotará medidas legislativas que facilitem e promovam a venda à rede, detida pela EDA, da energia produzida por pequenos produtores, resultante de fontes renováveis.

Importa estimular concorrência na produção elétrica de energias renováveis.

Na qualificação do nosso capital humano, defendemos um novo paradigma de desenvolvimento baseado na tecnologia, no conhecimento, na formação, mas, acima de tudo, na educação e qualificação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A qualificação de recursos humanos será feita a partir da melhoria dos níveis de educação da população, mas também da formação dirigida para a empregabilidade e melhoria da competitividade. É fundamental investir no ensino e na formação profissional.

Estas áreas devem obedecer a uma estratégia regional de excelência na formação e no emprego, com auscultação do Conselho Económico e Social.

Com Emprego, estabilizamos as famílias e desenvolvemos os territórios. O emprego consolida a família e estrutura a sociedade. Para melhorar a empregabilidade, queremos facilitar a colocação dos jovens e valorizar a formação profissional.

A economia privada tem de produzir mais emprego. Temos de juntar os esforços do governo, das autarquias, das empresas, das escolas profissionais, para vencermos o desafio da formação e da empregabilidade. Antes de mais, urge atenuar o processo de destruição de emprego, decorrente da crise económica e social da pandemia de Covid-19.

Não descuremos o papel do investimento público na dinamização da economia, reconhecendo o impacto decisivo das obras públicas, independentemente do fim a que se destinam, na empregabilidade e na economia regional. Essencial é o seu planeamento metuculoso, e serem cuidadosamente projetadas, fiscalizadas e executadas.

Na Habitação, defendemos as políticas de habitação como instrumento de reordenamento demográfico, reorientando-as para o repovoamento de ilhas, concelhos e freguesias com fenómenos de despovoamento, através de programas de atratividade na recuperação de habitação, de políticas fiscais e incentivos à fixação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Em todos os tempos e em todos os lugares onde a responsabilidade política e social prevaleça, onde a definição estratégica seja um método de planeamento do progresso, e haja o reconhecimento da escassez de recursos, não se pode dar tudo a todos e em todo o tempo.

Foram definidas prioridades políticas, na certeza de que a apresentação deste Programa de Governo não esgota tudo o que faremos.

O desenvolvimento não se faz por decreto, nem só com o Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É uma base de trabalho que desencadeará inúmeras medidas pelo nosso progresso coletivo.

Foi este Programa de Governo que definiu a orgânica do Governo, que lhe dará concretização. Primeiro as ideias e os projetos para uns Açores melhores e depois a orgânica do Governo.

Cada um de nós no Governo não está pelo cargo.

Motiva-nos o encargo de fazer bem o que tem de ser bem feito pelos Açores e pelos Açorianos.

Acreditamos na nossa gente e na nossa terra. No nosso futuro!

Muito obrigado! Disse!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo).

Presidente: Muito obrigado Sr. Presidente.

Prevê agora o nosso Regimento um período de 30 minutos para pedidos de esclarecimento que também foi organizado pela conferência de líderes, atribuindo a cada Grupo e Representação Parlamentar 3 minutos.

A Mesa já tens várias inscrições para pedidos de esclarecimento. E, para tal, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia permita-me que o interpele, neste pouco tempo que tenho, e sendo esta a primeira intervenção em representação do Grupo Parlamentar do PSD, que o cumprimente e a todas as Sras. e Srs. Deputados, desejando em nosso nome, bom trabalho a todos e que seja uma Legislatura de concertação e de diálogo.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Debatemos o Programa do Governo que é a consequência direta e corresponde, de modo muito claro, à escolha que os Açorianos fizeram no passado dia 25 de outubro. A maioria dos eleitores que, neste Parlamento, são representados pelas Sras. e Srs. Deputados e refletem a diversidade da sociedade açoriana, disseram

que queriam que os Açores fossem para a frente, mas que fossem por outro caminho.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É isso que hoje encontramos aqui refletido no Programa do Governo.

Os Açores, os Açorianos, disseram nas eleições para o Parlamento, através da escolha dos seus representantes, duas coisas:

A primeira “queremos que os Açores mudem”.

E a segunda “entendam-se”.

Deputado Berto Messias (PSD): Desde logo na sua ilha!

(Risos dos deputados da bancada do PS)

O Orador: E este Programa do Governo é o resultado de uma exigente concertação, não só para a constituição de uma alternativa de governo, de um caminho diferente, como também de diálogo parlamentar interpartidário e plural, para que existam entendimentos em nome da democracia e da autenticidade do parlamentarismo, como instituição primeira da nossa Autonomia.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Os tempos não são fáceis.

Provavelmente há ainda quem desejasse que, sendo esta uma empreitada gigantesca – atendendo à situação pandémica e à emergência social e económica regionais, e “quanto maior a nau maior a tormenta” – talvez não fosse este o momento indicado de assumir as rédeas de uma alternativa e deixar tudo mais ou menos como antes. Não foi essa a escolha dos Açorianos.

O Programa do Governo aqui apresentado, reflete um desejo de mudança. A esperança de uns Açores melhores para além da conjugação das prioridades ou das bandeiras de 3, 4 ou 5 forças políticas.

Este Programa do Governo consagra um desejo maioritário largamente consensual na sociedade açoriana, em cada uma das nossas ilhas e transversal nos domínios social, económico e cultural de que há uma alternativa e um caminho que de facto leve com confiança os Açores para a frente.

Sr. Presidente do Governo...

Presidente: Tem de terminar Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

O Programa de Governo é desafiante e ambicioso.

Alguns encontrarão utopias, outros, excesso de confiança, outros ainda metas difíceis. E haverá quem escreva sobre lacunas ou vistas curtas. Mas para esta grande nau, não deixou V. Ex^a. intimidar-se com a tormenta, liderando uma alternativa e transportando a responsabilidade de promover a mudança exigida pelo Povo, este Parlamento estará preparado para ser co-responsável no diálogo democrático e sempre com o objetivo comum de melhorar as condições de vida dos Açorianos, sem privilégios, mas com oportunidades.

O Grupo Parlamentar do PSD reafirma o seu compromisso, o seu entusiasmo, a expectativa diligente e exigente, também cooperante e empenhado, para que o

Programa do Governo que hoje queremos apresentar seja integralmente cumprido nesta Legislatura.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Miguel Costa (PS): E a pergunta é?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para um pedido de esclarecimentos a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção na XII Legislatura do Parlamento dos Açores, gostaria de começar por felicitar o Sr. Presidente da Assembleia, estendendo estas felicitações e votos de muito sucesso a todas as Sras. e Srs. Deputados, pois iniciamos o nosso caminho nesta nobre missão de representar os Açorianos, os seus anseios e aspirações na Casa maior da Autonomia, Casa esta, onde lutamos por uns Açores melhores.

Saudar igualmente S. Ex^a. o Sr. Presidente do Governo Regional, o Sr. Vice-Presidente e todos os Membros deste Executivo, fazendo também votos de muito sucesso neste novo desafio de liderança dos destinos da nossa Região.

Com o Grupo Parlamentar do CDS poderão contar com o nosso empenho e com uma postura proativa na procura de melhores soluções para os Açores.

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Neste debate que se quer construtivo, dinâmico e responsável, cabe a todos nós contribuir neste início de legislatura para a definição das grandes linhas orientadoras das políticas a implementar. Pois é verdade que

estamos perante o cumprimento de uma obrigação regimental e estatutária. Mas, na prática, é muito mais do que isso. Estamos, acima de tudo, perante as linhas mestras para os próximos 4 anos.

Este Programa do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores, expressa o empenho de diferentes partidos em caminharem juntos pela mudança em prol dos Açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A Oradora: Ao longo deste documento está bem presente a nossa marca identitária.

Uma visão humanista e personalista, muitas linhas orientadoras pelas quais nos debatemos nos últimos anos, visando a criação de igualdade de oportunidades, investimento nas potencialidades de cada indivíduo, no combate às desigualdades sociais, no fomento da valorização do trabalho ou, ainda, no incentivo à iniciativa privada como importante motor da atividade económica geradora de emprego e riqueza. Ou, ainda, também na área do ambiente, em que está vertido como desígnio político a mitigação e a adaptação às alterações climáticas, a implementação de mais e melhores meios de prevenção de catástrofes e o compromisso de uma estratégia sólida, agregando de forma harmoniosa e equilibrada a proteção da qualidade ambiental com um desenvolvimento económico que se almeja alcançar.

Tudo isto, apostando sempre no potencial das várias ilhas, para que todas elas possam caminhar lado a lado no desenvolvimento dos Açores, pois, sem dúvida que aquilo que nos diferencia é aquilo que nos une.

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Deputado Miguel Costa (PS): E onde está a pergunta?

A Oradora: Assumimos este Programa de Governo por inteiro, com o grande sentido de responsabilidade que nos caracteriza, na certeza de que é possível fazer melhor e diferente, continuando a estar sempre na primeira linha de defesa dos Açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Este debate que vamos agora iniciar realiza-se num contexto sem precedentes. E nunca sequer imaginado, com uma pandemia a acontecer, com o setor empresarial em crise, com as famílias fragilizadas e com a plena consciência de que os próximos tempos não serão fáceis. E perante toda esta realidade que estamos a atravessar...

Presidente: Tem de terminar Sra. Deputada.

A Oradora: ... o que os Açorianos esperam de nós, mais do que nunca, é um enorme sentido de responsabilidade, assente num espírito de diálogo e de uma visão cooperativa e construtiva de criação de sinergias, trabalhando para uns Açores melhores.

Um trabalho conjunto, de interesse comum, respondendo aos desafios presentes e futuros, garantindo um verdadeiro novo ciclo de desenvolvimento social, económico e de esperança renovada.

Porque os Açores, as nossas 9 ilhas, devem ser sempre o centro da nossa ação política.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimentos, o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estas eleições foram marcadas por uma multiplicidade da escolha dos açorianos, nunca antes vista na Região, tornando-se, na palavra de alguns, num desafio democrático e, para outros, como o PAN, uma oportunidade para a evolução inevitável da democracia, onde as pontes são necessárias e a discussão plural é um requisito para elevar a análise e o pensamento crítico de todas as bancadas, para levar cada diploma ao foco do problema a ser atingido: aumentar a qualidade de vida de todos os açorianos, ao invés do auto centrismo partidário.

O cargo de deputado é de uma enorme responsabilidade.

Não é um cargo que se beneficia a si próprio, mas sim todas as pessoas que representamos, tenham votado ou não em nós.

É um ato de servidão que cada deputado tem que ter para com os açorianos; é uma figura representativa que ultrapassa as vontades individuais da pessoa que ocupa este espaço, para ser uma extensão da voz de quem está lá fora e é afetado, positiva ou negativamente, por cada decisão absorvida neste Parlamento unicameral.

É um cargo que só com exclusividade absoluta, poder-se-á demonstrar qual a prioridade máxima e o potencial de cada deputado – o de ocupar um espaço nesta Assembleia em total dedicação pelo povo açoriano.

Não é a quantidade de deputados o problema desta Câmara, mas sim a sua falta de exclusividade, que tem conduzido a uma redução da produtividade e dedicação.

Durante vários anos, e por iliteracia política e democrática, alterou-se a visão popular, entre o poder que o governo quer ostentar e o seu domínio real, bem como o poder e responsabilidade que esta Assembleia transmite em cada um dos deputados.

Sras. e Srs. Deputados, cabe a cada membro desta Assembleia a responsabilidade e o poder de legislar e de fiscalizar quem executa, neste caso, o Governo Regional.

E é por isso que estamos aqui esta semana, não para legislar, mas pela importância em fiscalizar o Governo e o documento que acompanha a sua vontade para os próximos 4 anos.

Em análise preliminar, o Programa do Governo é demasiado genérico e cheio de intentos, pouco tangível na execução e a especificidade não é o seu forte. Este facto origina várias interpretações e antecipam-se múltiplas e exaustivas perguntas nos debates que se seguem.

O PAN, apesar de não fazer parte do acordo de governo e escolher ser parte vigilante e fiscalizadora do mesmo, quer constituir-se como parte integrante da solução para complementar os trabalhos desta Casa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: O nosso objetivo é promover uma boa condução da atividade parlamentar, participando ativamente em soluções programáticas e esperando conseguir contribuir com aportes para a qualidade de vida de cada cidadão e para o desenvolvimento progressista da Região açoriana.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima para uma intervenção.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um programa de governo avalia-se pelas suas escolhas, pelas suas prioridades políticas, mas também igualmente por aquilo que omite.

Começando pelo que diz o Programa de Governo.

Quando estamos a atravessar uma profunda crise económica e social, é sintomático que uma das grandes bandeiras deste Governo seja atacar os apoios sociais, a que chama de subsidiodependência.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Sr. Presidente, como é que vai reduzir o RSI em plena crise? Essa intenção, mesmo que não seja para cumprir, como aliás parece, é de uma profunda insensibilidade social.

É um ataque aos pobres e uma cedência à extrema-direita.

Deputadas Alexandra Manes (BE) e Sandra Faria (PS): Muito bem!

O Orador: Considerar que o apoio aos mais pobres dos pobres é uma “dependência”, e designar por “incentivos” todos os outros subsídios é inaceitável e é revelador do populismo deste Governo, que, ao mesmo tempo, quer reduzir o RSI, mas aumentar outros apoios sociais.

Sr. Presidente, na área social, afinal o que quer o Governo? Ou ainda não sabe?

Sras. e Srs. Deputados:

Como disse, o programa de governo avalia-se pelo que diz, mas também pelo que não diz.

A precariedade laboral é praticamente ignorada no programa de governo. Aquele que é um dos maiores problemas da nossa Região, gerador também de desigualdades sociais e pobreza, não merece sequer uma linha de atenção.

Deputado Bruno Belo (PSD): O Bloco de Esquerda deve estar a debater outro Programa do Governo!

O Orador: Por outro lado, fala-se no programa de governo em “intensificar as políticas ativas de emprego”.

Significa isso que o Governo vai prosseguir o abuso dos programas ocupacionais que os governos do Partido Socialista promoveram durante anos e que vai incentivar também a contratação precária, a contratação a termo?

O Bloco vai voltar a apresentar no parlamento propostas de combate à precariedade. Incluindo algumas que até tiveram o voto favorável do PSD. Podemos contar de novo com este voto favorável? Ou a passagem para o governo mudou o entendimento do PSD sobre matéria de precariedade?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apresente um voto de confiança e vai ver!

O Orador: Termino apontando um dos maiores perigos que este programa de governo apresenta: os seus planos para o sistema político.

Este programa cede à pulsão populista de ataque à democracia representativa, propondo a redução do número de deputados.

Deputadas Alexandra Manes (BE): Muito bem!

O Orador: Este ataque coloca em causa a pluralidade democrática tão elogiada nos discursos de ainda hoje, a proporcionalidade e a representação das populações das diversas ilhas.

Esta proposta reforça, ainda, a demagogia de que os deputados são inúteis privilegiados que vivem à custa do erário público.

É ainda um profundo desrespeito pelo parlamento e uma intromissão inaceitável no seu funcionamento - o governo depende e responde ao parlamento e não o contrário.

Curiosamente, o governo regional não aplica a si próprio esta receita pois tem a arrogância de querer reduzir o número de membros do órgão de que depende, ao mesmo tempo, que aumenta o número de membros do governo.

Bem prega frei Tomás!

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para um pedido de esclarecimento tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Cumpr-me, em primeiro lugar, felicitar o Sr. Presidente da Assembleia e demais Membros da Mesa, pela recente eleição e desejar o maior êxito no exercício de tão elevadas funções.

Ao Sr. Presidente do Governo, e demais Membros do Executivo, saudamos pela indigitação e nomeação e, sobretudo, desejamos que o vosso desempenho corresponda às vossas melhores expetativas e, acima de tudo, corresponda cabalmente aos desafios que os Açores enfrentam.

Nesta primeira intervenção importa, desde logo, dizer ao que vimos.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista assume, hoje e aqui, perante os demais representantes do Povo Açoriano, a responsabilidade acrescida que resulta de continuar a ser o partido em quem mais Açorianas e Açorianos confiaram.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: Resulta, desde logo, desta confiança, o dever de escrutinar o Programa do Governo e tentar perceber se este Programa de Governo serve os Açores e serve os Açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Queremos também deixar claro que nos apresentamos neste debate comprometidos e empenhados, atuantes e exigentes, críticos, mas construtivos. É com isto que as Açorianas e os Açorianos podem contar sempre da nossa parte.

Sr. Presidente, a nossa participação neste debate, permite também ajudar a cumprir o dever desta Casa, deste Parlamento: clarificar a que vem o Governo. E o que já no início deste debate sabemos, com particular clareza, é o sentido de voto dos Açorianos. Mais de 40 mil e 700 votaram no programa eleitoral do Partido Socialista, menos de 35 mil e 100 votaram no programa eleitoral do Partido Social Democrata.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Então a primeira pergunta que coloco, Sr. Presidente é: de que parte do Programa do Governo o Partido Social Democrata prescindiu, para acomodar o programa dos outros partidos, cujo apoio é condição?

A segunda questão que lhe dirijo, Sr. Presidente do Governo, é em que medida é que este Programa é o programa de um governo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é só de um! Já foi esclarecido!

A Oradora: ...que se diz transformista?

Um governo que dedica 4 páginas e meia, 763 palavras, a detalhar medidas na área do Desporto, mas que dedica apenas 2 linhas, - repito, 2 linhas – a falar sobre a política regional na área da saúde mental?

Deputado Bruno Belo (PSD): A senhora não perdeu o estilo. Continua a preocupar-se com as minudências!

A Oradora: A terceira e última questão que lhe coloco é: de que forma é que este Programa é o programa de um governo que se diz personalista? Que afirma que as pessoas estão primeiro, mas cria mais conselhos, mais comissões, mais

estruturas, mais observatórios, do que o número de vezes que surge a palavra **Mulher** ou a palavra **Criança**?

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Muito bem!

A Oradora: E estamos a falar de 10 contra 3.

Presidente: Tem de terminar Sra. Deputada.

A Oradora: Sr. Presidente, o momento em que vivemos é exigente, é certo, aliás como foi ao longo dos últimos 10 meses...

Deputado Bruno Belo (PSD): A “mercearia” está aberta!

A Oradora: ... em que colocámos como grandes prioridades preservar a saúde, preservar o emprego e as empresas e preservar o rendimento das famílias.

Deputado Bruno Belo (PSD): É preciso ter lata!

A Oradora: Impende agora sobre vós a enorme responsabilidade de não deixar degradar as condições socioeconómicas das famílias e de relançar as empresas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso não ter vergonha nenhuma!

A Oradora: Porque, como sempre afirmaram, há mais vida para além do COVID.

Por isso, exige-se rapidez na análise dos desafios e prontidão nas soluções. As famílias e as empresas não podem esperar.

Presidente: Sra. Deputada tem mesmo de terminar.

A Oradora: Não há tempo para passividade, experimentalismo e, muito menos, para vitimização, desresponsabilização ou catastrofismo!

É tempo de agir com convicção, porque – Sr. Presidente – como disse o nosso camarada André Bradford há 4 anos – para nós, os Açores não são um pretexto, são antes a razão de ser e o fim último de toda a nossa ação política.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Deputado Carlos Furtado)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria felicitá-lo pela sua eleição, bem como a todos os eleitos, assim como o Sr. Presidente do Governo e todo o restante Executivo.

O CHEGA congratula-se pelo facto do Governo Regional ter tomado a iniciativa de contar com o apoio parlamentar para, no fundo, delinear aquele que será o Programa dos próximos 4 anos

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Todo, não!

O Orador: Corrijo: contar com o apoio de todos aqueles que se disponibilizaram a fazer parte da solução.

É muito importante, no momento em que os Açores atravessam grandes dificuldades, desde logo, pelo vírus COVID-19, mas também por anos sucessivos de uma governação que não pensou seriamente nos problemas dos açorianos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ...é da maior importância que agora haja uma força convergente de vários partidos que se preocupem essencialmente com os problemas deste povo. O CHEGA regista esse momento e aproveita também para dizer que, da nossa parte, tudo faremos...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já percebemos!

O Orador: ... para que este modelo de governação seja um sucesso. Um sucesso, não porque estejamos aqui com o objetivo de defendermos “capelinhas”, nem dimensões de partidos, mas sim e sempre, para defender o bem-estar desta sociedade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Queria começar também por dizer que nem tudo no Programa apresentado pelo Governo satisfaz o partido CHEGA.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ainda bem!

O Orador: Gostaríamos de ver – esperemos que seja já no próximo Orçamento e Plano do ano de 2021 – efetivadas medidas que visem, no fundo, uniformizar um dos problemas que, creio, é da nossa sociedade, que é a diferença entre condições laborais, iniciativa privada e o funcionalismo público.

Uma sociedade só será justa, Sr. Presidente, quando forem criadas condições para que, público e privado, não tenham tendencialmente de disputar lugares nem de alimentar ódios entre classes de trabalhadores. É da maior importância que se faça justiça nesta Região e neste País relativamente a essa questão.

Apontamos também, com alguma insatisfação, Sr. Presidente, que não tenha havido grandes preocupações a nível de calendarizar os exaustivos e bem referenciados problemas da nossa Região.

É da maior importância que também já no Orçamento e Plano para 2021 sejam efetivadas calendarizações para que, a partir daí, possamos fiscalizar e perceber até que ponto é que, no final de cada ano, são levadas a efeito as medidas por parte do Governo e para que sejam tendencialmente efetivadas.

Por último, também queria lembrar uma solução que já foi falada aqui nesta Sala sobre a saúde mental dos Açores.

A saúde mental dos Açores realmente merece um destaque, mas não merece a partir de 2020; o vírus do COVID-19 veio trazer outros problemas, não o da saúde mental que, nos Açores, é bastante maior do que no resto do País, no fundo, é um problema que nos foi deixado por anos e anos de outras governações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Presidente: Tem que terminar Sr. Deputado.

O Orador: Só para terminar, devo dizer que da nossa parte - Sr. Presidente - sempre contará com o apoio, desde que estejamos todos unidos num bom objetivo. E o objetivo é defender os nossos açorianos.

Lembrar, ainda, que a democracia não se faz com o número de pessoas.

Já aqui nesta Sala foi referido que reduzir o número de deputados, será reduzir a qualidade da democracia – não!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Precisa esclarecer se concorda ou não concorda!

O Orador: A qualidade da democracia não se controla nem se mede pelo número de deputados. Mede-se pela boa vontade de cada um de nós aqui presentes.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Menos!

O que os senhores pretendem, é uma coisa. Que os senhores se queimem já, é outra!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, restantes Membros do Governo:

É para mim, um momento de enorme alegria...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Júbilo!

O Orador: ... para mim e não só! – um momento de júbilo, também para o meu grupo parlamentar, por fim, assistir hoje àquela que é a afirmação de uma mudança política nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: A maioria dos açorianos que quis esta solução aqui representada, está contente e partilha certamente desta alegria.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olhe que não! Olhe que não!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça as contas e veja porque é que V. Ex^a. se senta desse lado e eu agora me sento deste lado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Foram muitos anos de combate nesta trincheira.

Não um combate contra o Partido Socialista. Mas um combate contra as suas políticas e o resultado das suas políticas!

Quando, de legislatura para legislatura, nós víamos que se incrementavam as desigualdades sociais na nossa Região; quando verificávamos que crescia a pobreza em muitas das nossas ilhas, em muitos dos nossos concelhos. E este crescimento, esta degradação dos resultados obtidos pela governação do Partido Socialista, é que levou a que progressivamente o Partido Socialista perdesse apoio junto das populações. E as populações votaram pela mudança! Esta mudança é que é nossa responsabilidade concretizar.

Nós temos – e assumo essa responsabilidade, o PPM assume essa responsabilidade, como certamente também o PSD e o CDS – de alterar as coisas.

De combater as desigualdades sociais.

De combater as bolsas de pobreza.

De conseguir melhores resultados no âmbito da Educação.

De conseguir melhores resultados no âmbito da Saúde, no âmbito da pandemia também, como prioridade. Contando, como V. Exas. contaram, com o nosso apoio quando foi necessário. Com total solidariedade, com total empenho!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Na parte que nos acabe, assumimos as nossas responsabilidades.

Nós assumimos o Governo para que, dentro de 4 anos, as coisas possam ter melhorado muito significativamente, do ponto de vista social, do ponto de vista da saúde pública, do ponto de vista da educação, do ponto de vista do crescimento económico.

É necessário apresentar resultados! E nós assumimos essa responsabilidade, independentemente da herança, nós temos uma responsabilidade de conseguir que esta Região volte a crescer, do ponto de vista económico e que se resolva os problemas do ponto de vista social – os tremendos problemas que temos a enfrentar.

Portanto, da nossa parte, este Programa reflete as medidas que concretizam essa mudança.

Termino, Sr. Presidente dizendo o seguinte:

Presidente: Tem mesmo que terminar Sr. Deputado.

O Orador: Não é contando as vírgulas e os parágrafos dum programa de governo que se pode valorizar ou que se pode analisar o mesmo.

A primeira intervenção do Partido Socialista é uma intervenção completamente falhada. Limitou-se apenas a contar as vírgulas e os parágrafos deste Programa de Governo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito obrigada, Sr. Deputado, pela apreciação!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Deputado Andreia Cardoso (PS): E a pergunta foi?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quantas vírgulas!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra para um pedido de esclarecimento o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Um programa de governo não é um papel onde escrevemos aquilo que nos vem à cabeça. Como sabemos, um papel aceita tudo aquilo que lá escrevemos.

Um programa de governo, como o de 2016 aprovado nesta Casa em 18 ou 19 de novembro, salvo erro, ficou por cumprir!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

O Orador: Ficou por cumprir até nalguns dos seus desígnios mais importantes! Portanto, este Programa do Governo que aqui analisamos, mais do que palavras e vírgulas – como disse o Sr. Deputado Paulo Estevão e bem – carece de ambição. Desde logo, para concretizar aquilo que os açorianos disseram nas urnas.

Os açorianos saíram de casa em 25 de outubro deste ano, em maior número do que tinham saído em outubro de 2016. E saíram de casa, em 25 de outubro deste ano, para dizer que não queriam votos no Partido Socialista! – foi isso que os açorianos disseram nas urnas a 25 de outubro de 2020, Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Quiseram os açorianos recentrar nesta Casa, no parlamentarismo puro, as decisões do seu futuro. E é para isto que a Iniciativa Liberal aqui está. Para introduzir medidas, para introduzir debate e para fiscalizar a ação do Governo na execução dessas medidas e no debate que for necessário fazer para a execução das mesmas, a bem de todos os açorianos.

Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Seguindo a tradição do personalismo, como disse a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras – e bem – é importante mudar o paradigma de governo para melhorar a vida dos açorianos.

É fundamental atingir o desígnio do combate à pobreza. Nós não podemos continuar a construir uma enorme discrepância entre aqueles que mais auferem e aqueles que mais padecem na sua economia familiar.

Como tal, é fundamental um choque fiscal nesta Região. É fundamental reduzir impostos. E é fundamental que a calendarização dessa redução de impostos seja efetiva e seja o mais rapidamente implementada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

É fundamental **ambição**.

Ambição no corte da despesa pública.

Ambição no controle do endividamento.

Ambição na reorganização e na reestruturação de todo o setor público empresarial regional.

Mais dívida, levará certamente a mais pobreza.

É preciso mais ambição também nas escolhas dos investimentos públicos. Senão, transformá-los-emos em gastos, em vez de investimentos.

O investimento público é fundamental numa Região com a dimensão da nossa e numa Região com uma estrutura económica que a nossa tem. Mas é preciso que seja investimento e não apenas gasto de recursos públicos. Esses recursos vão nos fazer falta para combater precisamente a pobreza que também se faz fundamentalmente por aquilo que é o mais importante elevador social.

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

Ambição não está uma vez escrita neste Programa de Governo – Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Afinal não foi só eu, também estive à procura!

O Orador: Mas eu espero que seja de facto o desígnio deste Governo Regional que, só por aí, pode contar com o apoio da Iniciativa Liberal.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Quero, antes de mais, em nome deste Governo, em nome da cidadania, em nome do compromisso democrático, agradecer as palavras que foram dirigidas pelos Deputados que representam o arco governativo, pelo estímulo que endossaram ao Governo para cumprir, com espírito de missão, o mandato

democrático que recebemos e o compromisso e a responsabilidade que assumimos.

Quero também deixar uma palavra aos Srs. Deputados que, em nome do CHEGA e do Iniciativa Liberal, contribuíram para conteúdos deste Programa do XIII Governo, para que possam ter, desde logo, o reconhecimento da importância que aduziram nesta formulação de programa de governo, nos seus objetivos, como também obviamente o respeito pela sua autonomia no exercício político e parlamentar que desempenharão, perante as responsabilidades que, no seu mandato, também assumiram com o seu eleitorado.

É assim que se faz a democracia. E é assim que reafirmo a nossa humildade democrática relativamente à compreensão da pluralidade e, sobretudo, do esforço que todos fizemos – e eu em particular – de com humildade democrática, ir ao encontro dos consensos e da oportunidade de encontrar denominador comum que permitisse estabilidade para a legislatura e apoio maioritário para o mandato governativo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi assim que expressei no meu discurso.

É assim que está detalhado no Programa do Governo.

Quero também deixar uma palavra de saudação, em nome da democracia, ao Sr. Deputado Pedro Neves que aqui evidenciou na sua intervenção a disponibilidade para formar as pontes necessárias – foi esta a expressão utilizada pelo Sr. Deputado – na pluralidade, mas com o devido respeito pela diversidade. Assim é.

Esta é a postura criativa, mas sobretudo, responsável e responsabilizante do Parlamento perante o desempenho governativo neste período de mandato e legislatura para os próximos 4 anos.

Conte comigo. Conte com este Governo para preenchermos conteúdos que sejam um adensar e um densificar do nosso sucesso de realização do Programa do Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Na verdade, como disse na intervenção, o desenvolvimento não se faz por decreto nem só com o Governo. E o Programa do Governo não é o detalhe. É, sim, um documento estratégico e orientador programático duma ação governativa que, ao longo de 4 anos, terá muitas medidas para executar o que está programado e para introduzir a riqueza que a vida sempre dá a qualquer previsão e a qualquer programação.

Daí a importância de estarmos sempre, quotidianamente, no trabalho governativo e no trabalho parlamentar, atentos à realidade que sempre traz novidade e acrescenta às previsões iniciais novas circunstâncias, novas medidas, novos desafios, novas oportunidades.

Queria deixar também uma palavra à Sra. Deputada Andreia Cardoso que, em nome do Partido Socialista dirigiu uma palavra ao Governo, com um cumprimento e um desejo de desempenho positivo.

Agradeço essa generosa atitude democrática para quem – como também nas suas palavras – se assumiu como oposição. Uma oposição clara. Bom, a verdade é que a democracia se faz de *posição* e de *oposição*.

O que pretendemos do Partido Socialista, até fruto das responsabilidades governativas dos últimos 24 anos, é que sinalize, com humildade, os seus insucessos e que os possam transformar em sucessos deste Governo e neste período de governação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E assim progredimos, fazendo na mudança de ciclo uma melhoria em relação ao anterior.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sem respostas, porém!

O Orador: Ao Sr. Deputado António Lima, em nome do Bloco de Esquerda, devo dizer que um Programa do Governo de facto se avalia pelo que expressa. E devo informar o Sr. Deputado que o que está omissos, não significa o deixar de fazer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Afinal não há resposta!

O Orador: Na verdade, ele é programático. E no programático defini prioridades. E, sim, estamos disponíveis no Governo, como também na maioria parlamentar que suporta o Governo, para aprovar iniciativas de qualquer partido da oposição e, portanto, também do Bloco de Esquerda...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sem respostas, porém! Não ouvi as respostas!

O Orador: ... que preocupem designadamente no que diz respeito à precariedade laboral.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, consta do Programa do Governo o esforço programático pela sustentabilidade do emprego, do combate à pobreza, pela criação da riqueza e pela conquista do sucesso em todas as áreas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E isto está bem expresso em palavras e em intenções, mas também com objetivos, no Programa do Governo e, portanto, pode contar com esta nossa atitude.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado Nuno Barata:

Quero deixar lhe uma nota. Ou seja, um programa de governo que procura assumir a mudança de paradigma – como bem disse – e que assume a importância de ser monitorizado relativamente aos resultados, é já de si, uma ambição significativa e diferenciadora do que foi o passado. Aliás, como bem referiu, o programa anterior não foi cumprido.

O nosso objetivo é o de uma Autonomia de responsabilização, concretizadora e monitorizadora dos resultados alcançados. E por isso, quero deixar nota quanta à sua preocupação relativa à calendarização que pretendemos, no que diz respeito ao choque fiscal a que fez referência, já no decreto orçamental de 2021, apontando a alteração do regime de adaptação fiscal do sistema nacional à Região Autónoma dos Açores, no sentido da redução que – bem expressei – está no Programa do Governo e na minha intervenção. Bem como, relativamente ao SPER – setor público empresarial regional – defini já no decreto de execução orçamental aquelas empresas que serão extintas e internalizadas...

Deputado José Contente (PS): O Sr. Presidente tem muita experiência nessa matéria!

O Orador: ... designadamente – já posso dar por certo – 3 delas que serão extintas e internalizadas. Mas deixarei para o Sr. Secretário das Finanças o detalhe e a explicação dessa matéria.

Sr. Deputado Carlos Furtado – em representação do CHEGA - deixe-me dar-lhe uma nota de apreço pela sua intervenção e, sobretudo, pela chamada de atenção que fez para a humildade democrática na procura de apoios e de convergências. Ajudar a resolver os problemas do povo, mais do que “evidenciar os protagonismos egoístas dos partidos”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta foi a sua expressão e eu vinculo-me a esta opção.

Nós estamos a defender o povo, os interesses da Região e não o dos partidos. Por isso, ali disse com evidência cristalina de que este não é um Governo de um partido. E quem bater à porta de um departamento do Governo, não está a bater à porta dum partido, mas sim à porta do Governo dos Açores e para os Açores. E com o vosso contributo assim será.

Deputada Sandra Faria (PS): Veremos!

O Orador: E quanto à calendarização das medidas, Sr. Deputado, isto será obviamente resolvido no contexto dos planos e orçamentos e, desde logo, na proposta que aqui apresentaremos para o Plano e Orçamento de 2021.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Presidente.

Está esgotado este período de apresentação e pedido de esclarecimentos do Programa do Governo.

Proponho-vos um intervalo de 15 minutos.

Regressamos às 10 para o meio dia.

Eram 11 horas e 33 minutos.

Presidente: Srs. Deputados vamos iniciar o debate propriamente dito do Programa do Governo. Para tal, dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

Eram 11 horas e 57 minutos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É para mim uma honra estar hoje, perante vós, representantes de todos os Açorianos, a debater que Região queremos para o presente e para o futuro.

Com sentido de responsabilidade e conscientes dos desafios que nos são colocados, o XIII Governo Regional dos Açores está determinado a responder de forma efetiva, a todos os Açorianos, do Corvo a Santa Maria.

Aos Açorianos, devemos uma palavra de esperança.

Uma palavra de conforto no momento difícil que todos nós enfrentamos. Com a resiliência que nos caracteriza e com a responsabilidade de cada um, ultrapassaremos os constrangimentos decorrentes da pandemia Covid-19.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Para isso, precisamos de proteger os mais vulneráveis...

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: ... nomeadamente os nossos idosos e os nossos doentes, e de valorizar todos aqueles que, diariamente, lutam contra este inimigo comum.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Temos a humildade de reconhecer que a tarefa não é fácil, mas tanto no combate à pandemia como em todos os outros aspetos da governação, colocaremos sempre as pessoas em primeiro lugar.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Governaremos em prol do bem comum, da coesão social e da dignificação de todos os Açorianos.

O nosso maior propósito é desenvolver políticas integradas que melhorem a qualidade de vida dos Açorianos e elevem a Região a um novo patamar de desenvolvimento social e económico.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Está ao alcance de todos nós. No entanto, precisamos de ser incansáveis na resposta aos problemas crónicos que afetam a nossa terra comum.

Sr. Presidente, acreditamos que os indicadores que nos colocam, hoje, nos últimos lugares da coesão económica e social e no maior risco de pobreza a nível nacional, serão um resquício do passado, amanhã.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, caros Açorianos:

A concretização das políticas públicas que propomos farão com que isso aconteça e tornarão os Açores uma Região mais justa e com menos assimetrias sociais.

Por isso, é imperativo garantir a proteção social daqueles que se encontram numa situação de especial fragilidade, promovendo as necessárias respostas de apoio à infância, à juventude, aos idosos, à família, às pessoas com necessidades especiais, à invalidez, à reabilitação, à pobreza e à exclusão social.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: A criação da nova Direção Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão Social sustenta a ideia de que este Governo coloca a pessoa humana no centro da sua ação política e tem ambição nessa matéria.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Com este Governo, todos os Açorianos – todos! - serão valorizados e sentir-se-ão parte de um todo. Não colocaremos ninguém de lado. Juntos trilharemos um futuro melhor para os nossos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

O combate à pobreza e à exclusão social é uma prioridade absoluta deste Governo Regional.

Deputado Vasco Cordeiro e Deputadas Andreia Cardoso Sandra Faria (*PS*): Muito bem!

O Orador: Para que os mais pobres e desfavorecidos da nossa sociedade tenham as respostas que precisam para viver dignamente, iremos proceder à revisão e ao reforço do Plano Regional de Combate à Pobreza, aproveitando o bom trabalho que foi feito e que vem do passado.

Saberemos aproveitar o que de bom foi feito – Sr. Deputado Vasco Cordeiro...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Muito bem! Obrigada!

O Orador: ... contando com a cooperação ativa das IPSS, das Misericórdias e demais entidades, porque tenho a perfeita noção de que era um programa a 10 anos e não a 2 anos. E, portanto, aproveitaremos o que é bom e melhoraremos aquilo que está mal.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: É imprescindível também que se atenuem e se invertam os números preocupantes da tendência de despovoamento que se verifica nas nossas ilhas, de forma a assegurar a sustentabilidade demográfica e os recursos necessários ao crescimento da nossa economia.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Para o efeito, este Governo irá priorizar os apoios à natalidade através de programas de atratividade na recuperação de habitação, nas políticas fiscais e incentivos à fixação nas ilhas com fenómenos de despovoamento, assim como valorizará o primado da família como elemento essencial da nossa sociedade.

Deputados Joaquim Machado (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não negamos a nossa matriz profundamente solidária e humanista. É nosso dever comum tratar e cuidar dos nossos idosos. A fim de prosseguirmos esta missão ética e humana, pretendemos promover a atualização anual do Complemento Regional de Pensão para Idosos e do Complemento para a Aquisição de Medicamentos pelos Idosos, melhorar a rede de equipamentos e serviços sociais de apoio a idosos, reforçar a rede de cuidados continuados integrados e aumentar a majoração regional às famílias de acolhimento de pessoas idosas, de forma – e esta é também uma ambição e uma inovação - a criar condições de alternativa à institucionalização, para que os idosos possam ficar junto das suas famílias no seu lar, se for esse o seu desejo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Sras. e Srs. Membros do Governo, caros Açorianos:

A nossa política social assentará na solidariedade para com os mais desfavorecidos e desprotegidos, mas também na potenciação das suas competências sociais e profissionais.

Neste sentido, procuraremos que os beneficiários do RSI, em idade ativa e com capacidade de trabalho, possam colaborar ativamente na comunidade onde estão inseridos.

Para este Governo, é de elementar justiça que se submeta, nesta Assembleia Legislativa, uma iniciativa com vista à fixação de um coeficiente de sustentabilidade próprio para a Região Autónoma dos Açores, de forma a permitir – mais uma ambição, mais uma inovação! - a diminuição da idade da reforma na Região.

Deputada Andreia Vasconcelos (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esta será uma medida com grande impacto na melhoria da qualidade de vida das pessoas, bem como na criação de oportunidades de trabalho para os mais jovens.

Deputada Andreia Vasconcelos (CDS-PP): Muito bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: É, por isso, inovador este Programa do Governo.

O mérito desta proposta sustenta-se num facto concreto e não em pretensões infundadas: se os Açorianos vivem, infelizmente, em média, menos três anos do que qualquer cidadão residente no Continente, então devem reformar-se três anos mais cedo do que no Continente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: O sentido da Autonomia é governar para os Açorianos, propondo medidas que os beneficiem.

Sras. e Srs. Deputados:

Outra das áreas de intervenção das políticas sociais que entendemos ser fulcral e que contribui para o reforço da coesão do nosso território é o acesso à habitação.

O direito à habitação condigna é um direito social consagrado na nossa Constituição. As nossas políticas públicas respeitarão esse direito basilar.

É por isso **dever** do Governo Regional, em consonância com programas nacionais com aplicação na Região e com as autarquias, possibilitar o acesso à habitação a preços compatíveis com o rendimento das famílias.

Garantir o apoio para a aquisição, construção e/ou arrendamento de habitação por parte dos mais jovens da nossa sociedade é um compromisso que este Governo Regional irá, com certeza, honrar.

Importa também definir novas formas de gestão que assegurem uma manutenção eficaz do parque edificado, atentando na reabilitação e recuperação de habitação social degradada.

Sras. e Srs. Deputados e caros Açorianos espalhados pela diáspora e que naturalmente nos vão ouvir neste debate do Programa do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores – uma saudação muito especial para eles e também para os Açorianos residentes no nosso arquipélago:

As nossas comunidades revestem-se de primordial importância para este Governo, por isso cumpre afirmar que cada emigrante Açoriano honra e eleva o nome dos Açores pelo mundo.

Este Governo não esquecerá cada filho desta terra e promoverá o apoio das comunidades açorianas, fomentando a integração dos Açorianos e dos seus descendentes nos países onde residem.

A valorização da diáspora açoriana passa pelo reforço do apoio das suas entidades representativas, como é o caso ímpar das Casas dos Açores, a quem quero felicitar a partir do órgão máximo da Autonomia Açoriana.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Mas a diáspora açoriana vai extravasando os limites do continente americano, ganhado também uma expressão europeia que urge acompanhar nesta nova realidade.

Cada Açoriano emigrado deve esperar da sua terra natal condições próprias de investimento económico onde possa aplicar os frutos do seu trabalho na diáspora. É também uma inovação que este Governo traz relativamente aos anteriores. É captar investimento dos nossos emigrantes na nossa terra...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: para o seu desenvolvimento e para se sentirem bem integrados, contribuindo para o desenvolvimento dos Açores que, afinal, somos todos na América, na Europa e aqui nosso arquipélago.

Neste sentido, este Governo adotará uma nova abordagem estratégica em relação às nossas comunidades, que passará por três pilares fundamentais:

- Promoção da cidadania;
- Promoção de interesses mútuos, com especial enfoque nas parcerias económicas e de investimento;

- Promoção dos interesses dos Açores nos espaços de residência dos emigrantes e de ação das suas organizações.

A par dos emigrantes regressados, os imigrantes que escolham os Açores para viver e trabalhar merecem a devida consideração.

Deste Governo poderão esperar o respeito e o acolhimento que gostaríamos que todos os Açorianos tivessem pelos quatro cantos do mundo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

A sociedade açoriana ficará sempre – repito – sempre, mais enriquecida, quanto maior for a diversidade cultural e a plena integração de todos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, caros Açorianos:

Outra matéria que não pode ser olvidada é, naturalmente, o poder local.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: E mais uma vez, neste aspeto, o Programa do Governo teve ambição e foi inovador.

O poder regional e o poder local são parceiros de um desenvolvimento comum que queremos estimular e aprofundar.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Respeitaremos e valorizaremos a identidade de cada ilha, desde o município, até à freguesia.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Acreditamos que uma verdadeira cooperação técnica e financeira entre a administração regional autónoma e as autarquias locais promoverá a coesão social e territorial dos Açores.

Urge promover uma efetiva descentralização, através da partilha de meios financeiros de investimento, do orçamento regional, para municípios e freguesias.

Este Governo não terá filhos e enteados, trataremos cada município e cada freguesia por igual, todos com igual respeito democrático.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do Deputado Carlos Furtado e dos Membros do Governo)

Queremos, por isso, apostar e instituir um bom e saudável relacionamento com o poder local que será um desígnio deste Governo – podem todos crer nisto!

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Por isso, e mais uma vez, vimos quais eram os nossos encargos para criarmos cargos – roubo esta expressão ao Sr. Presidente do Governo. A criação da Direção Regional do Poder Local é, por isso, um sinal inequívoco do valor que atribuímos à proximidade com os nossos cidadãos e autarcas.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Meu caro Presidente da Assembleia – os últimos são os primeiros. Antes de finalizar, queria dedicar-lhe uma palavra de grande apreço e felicitações pelo cargo que agora exerce numa Assembleia plural, como é a nossa, e desejar as maiores felicidades a si e à Mesa.

Sras. e Srs. Deputados:

Hoje vive-se um momento histórico para os Açores.

Hoje é apresentado e discutido o programa de Governo mais plural da história da Autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Apresentamos este documento nesta Casa, no dia em que esta Assembleia volta a ser o centro da política Açoriana, depois de ter sido afastada do seu justo lugar durante 20 anos.

Deputado José Contente (PS): Isso era no tempo do Dr. Mota Amaral!

Deputado Bruno Belo (PSD): Ó José Contente, deixa-te dessas coisas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Sinal de que a Autonomia Regional está viva e bem viva!

Queria apenas dizer aos Açorianos que podem esperar deste Governo muito trabalho e dedicação a favor das pessoas!

E gostaria de terminar – se me permite Sr. Deputado Francisco César...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: ... citando Fernando Pessoa:

“Sem fé não temos esperança, e sem esperança não temos propriamente vida. Não tendo uma ideia do futuro, também não temos uma ideia de hoje, porque o hoje, para o homem de ação” – neste caso para o Governo de ação – “não é senão um prólogo do futuro”.

Muito obrigado a todos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não é novidade que a nossa Região apresenta os piores indicadores sociais, onde um terço da população é pobre. E aqui a solidariedade social tem um papel fundamental. No entanto, este programa de combate à pobreza, dedica-o todos às IPSS's, ou seja, o Governo desresponsabiliza-se para passar este papel a essas instituições, numa lógica assistencialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Entregando isto tudo às IPSS's, esquece-se dum caso grave que se passa nessas mesmas instituições e que é o problema dos técnicos que lá estão neste momento. Acerca desses, nem uma palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, está o Governo disponível para reforçar os apoios sociais?

Está o Governo disponível para aprovar uma proposta do Bloco para tornar as creches gratuitas para todos os escalões?

Esta é uma grande fatia de parte dos rendimentos dos pais que fica perdida - não se esqueça daquilo que disse durante a campanha!

Está o Sr. Vice-Presidente disponível para facilitar a vida dos beneficiários do COMPAMID, aprovando uma proposta do Bloco que visa que estes deixem de adiantar a quantia...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sabemos quem é que não esteve disponível!

A Oradora: ...posso acabar?

É que nesta fase da transição digital, quem sabe um código QR hashtag COMPAMID, facilitaria muito mais a vida a essas pessoas para que deixassem de adiantar o dinheiro.

Relativamente à habitação, surge aqui uma dúvida muito grande nestas cento e tal páginas, cheias de palavras bonitas, de antíteses, e imensas figuras de estilo que pouco ou nada concretizam a ação que tem de ser feita.

Por isso, pergunto: o que é se entende por *novos modelos de gestão e preservação do parque de habitação da Região?*

É para também entregar esta gestão aos privados?

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Não leu o nosso Programa!

A Oradora: Sim, eu li Sr. Presidente e li-o várias vezes.

E também tenho a sua campanha toda lida e bem lida!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ainda bem!

A Oradora: Face à enorme lacuna que existe relativa à Habitação nesta Região, porque o boom dos alojamentos locais, levaram a que muitas casas que estavam para arrendamento de longa duração, deixassem de existir, neste momento, existem imensas pessoas que não conseguem aceder ao empréstimo bancário para aquisição de habitação permanente, porque não reúnem os critérios, mas também não têm necessidade de ir para uma habitação social.

E habitação pública nesta Região, vai haver?

Peço que o Sr. Vice-Presidente responda às minhas perguntas, especificamente e em concreto àquilo que eu perguntei.

Muito obrigada.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não quer é dizer qual a resposta que quer ouvir!
Tem de dizer qual a pergunta e a resposta!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar todos, porque os Açorianos falaram e disseram que queriam mudança.

A mudança faz-se com coragem.

A mudança não se faz com meras intenções, com meras palavras. Faz-se com ação.

Nós temos falado e temos sido acusados de atacar a pobreza, de atacar os pobres. Mas não é este o desígnio. Não é isto que nós queremos.

Nós queremos semear a pobreza ou queremos atacar a pobreza?

Queremos a dignificação do ser humano.

Queremos que as pessoas vivam bem.

Nos Açores não se vive bem!

Nem a classe média vive bem!

Vive no limiar da pobreza.

Vamos ter o RSI também para a classe média? Não. Não é isso que defendemos.

Mas nós é que somos os populistas!

Nós é que somos os extremistas!

Mas lá fora, o que as pessoas nos dizem, aqueles que nos puseram nestas cadeiras, disseram “você têm que acabar com a preguiça”!

“Eu tenho que deixar de trabalhar, de contar as moedas todos os dias, chegar ao fim do mês sem me restar nada, para o meu vizinho estar sem fazer nada?!

Mentira, porque ele recebe qualquer coisa!”.

Sr. Presidente, eu até sugeria que houvesse uma benzedeira que benzesse esta Casa, porque eu estou a ouvir vozes do além.

Eu já ouço vozes do passado!

(Risos da Câmara)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Eu já não sei se estou no Parlamento, ou se entrei na casa dos horrores!

(Risos da Câmara)

Brincadeiras à parte, eu penso que a dignidade humana tem que estar acima de tudo e de qualquer coisa.

Os Açorianos querem trabalhar. E aqueles que trabalham querem deixar de pagar aos que nada fazem.

Falemos também de outra coisa, Sr. Vice-Presidente, algo que não vi contemplado no Programa e que o Chega gostaria de ver.

É uma bandeira nossa e é uma justiça que tem que ser feita – **a recuperação do abono de família para todas as crianças**, independentemente da classe e da condição social, porque se nós nos preocupamos com os pobres, também nos preocupamos com quem trabalha e deixou de ter esta benesse que seria para as nossas crianças.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso parece o discurso do Bloco de Esquerda!

O Orador: Louvo também todos aqueles – e sei que não estão apenas na direita – que defendem os nossos idosos (está no Programa do Governo); aqueles que defendem que também há que apoiar as famílias que cuidam dos seus idosos

nas suas casas, pois é no seio da família que nós temos que estar. É no seio da família que as nossas crianças têm que estar. É no seio da família que os nossos idosos têm de acabar os seus últimos dias de vida.

E assim termino.

Muito obrigado.

(Aplausos do CH, de alguns Deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para um pedido de esclarecimento tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com grande alegria e satisfação que finalmente temos um Governo que valoriza, reconhece e respeita o poder local e todos os autarcas dos Açores, dando-lhes a importância que merecem.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

A Oradora: Aproveito esta ocasião para aqui, na Casa de todos os açorianos, enviar um cumprimento especial a todos os nossos presidentes de câmara, assembleias municipais, presidentes de junta de freguesia, porque eles sim, estão no terreno todos os dias, na primeira linha da frente e, nesta altura difícil, a defender as nossas populações.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Ser autarca, tanto nas câmaras municipais, mas principalmente nas juntas de freguesia, é ser voluntário do poder democrático. É enfrentar, em proximidade, as maiores dificuldades para todos os dias defender e representar quem os elegeu da melhor forma.

Ser autarca, nas câmaras municipais, mas principalmente nas juntas de freguesia, só tem uma designação - **servir**.

É não ter horas para nada. É não ter sábados, não ter domingos, não ter feriados. Abdicar do conforto da vida civil para estar sempre em prontidão ao serviço público e na defesa das populações.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

A Oradora: O poder regional e o poder local devem caminhar juntos no garante da coesão social, territorial, nas 9 ilhas, nos 19 concelhos e nas 155 freguesias dos Açores.

Este Governo traz consigo uma nova porta de esperança para todos os eleitos locais que agora têm a quem recorrer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este Governo é o primeiro nos Açores a criar uma direção regional única e exclusivamente direcionada ao Poder Local, que servirá de apoio a todos os executivos camarários, a todos os presidentes de junta de freguesia e, naturalmente, se assim necessário for, também a todas as oposições.

É no poder local que assenta a base de todas as formas de Poder.

É aos presidentes de junta de freguesia que as populações primeiro recorrem.

É à câmara municipal, a quem os munícipes confiam primeiramente os seus destinos. E também a isto este Governo não ficou indiferente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Desta forma e com este trabalho conjunto entre poder regional e poder local, conseguiremos alcançar mais objetivos de interesse público comum com o propósito de melhor servir as nossas populações.

Este Governo dispõe-se, ainda, a mais do que isto, provando assim, o seu reconhecimento a todos os autarcas dos Açores.

Tem de haver cooperação técnica e financeira entre a administração regional autónoma e as nossas autarquias, com estabilidade e previsibilidade, para que a gestão de cada uma seja feita de forma tranquila, para que saibam sempre no fim do ano com aquilo que contam.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: Haverá partilha de meios financeiros de investimento do orçamento regional, para poder acompanhar de forma firme e segura a descentralização de competências para as juntas de freguesia e para as câmaras municipais.

E haverá, com este Governo, um compromisso de cooperação com todos, com a mesma base de critérios, com o mesmo respeito democrático, com o mesmo grau de importância, com a mesma transparência escrutinada e, acima de tudo, com a real noção de que ninguém, nenhuma freguesia, nenhuma câmara desta Região, será favorecida ou preterida nos acordos de cooperação em função da sua cor partidária.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

A Oradora: A aprovação deste Programa de Governo será, sem dúvida, uma boa notícia para os autarcas dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E daqui por diante, os últimos que estão na base de todos os poderes, finalmente serão os primeiros.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

(*) **Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar, quero felicitar o Sr. Presidente da Assembleia e as Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Presidente do Governo, as Sras. e Srs. Membros do Governo, desejando um bom trabalho a todos nesta Legislatura que vamos iniciar, em prol dos açorianos e em prol das 9 ilhas.

Sendo esta a minha primeira intervenção neste Parlamento, sinto todos os dias a responsabilidade que os jorgenses me confiaram.

Tendo V. Ex^a., Sr. Vice-Presidente, acabado de afirmar que colocam as pessoas acima de tudo e que vão aproveitar o bom do que foi criado pelo Partido Socialista e corrigir o que está mal; sendo o Regime de Apoio aos Cuidadores Informais uma medida apresentada pelo Governo do Partido Socialista e aprovado por unanimidade nesta Casa em 2019; sendo o Programa apresentado a debate omissivo nesta matéria,

o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende como fundamental que as famílias dos idosos, das pessoas com deficiência e das pessoas com problemas de saúde mental, saibam se é intenção deste Governo dar continuidade a este projeto ou interrompê-lo de forma abrupta?

Sr. Vice-Presidente:

A estratégia de combate à pobreza e exclusão social 2018-2028, definida como prioridade a promoção do desenvolvimento integral e inclusivo das crianças da nossa Região, com base no entendimento que é por esta via que se quebram os ciclos geracionais de pobreza - com esse propósito - criámos uma ação específica com o objetivo de capacitar os pais para a promoção da saúde, bem-estar e desenvolvimento das crianças, através do alargamento do programa de educação parental da Região, de que é exemplo o projeto de oficinas da parentalidade na Ilha de S. Jorge.

De acordo com o relatório do plano bianual dos últimos 2 anos, foram abrangidos mais de 500 pais e mais de 600 crianças. O Programa deste Governo é omissivo nesta matéria.

Queremos, portanto, saber qual é a posição do Governo nesta matéria, se este programa é ou não para continuar?

Muito obrigada.

Deputado Vasco Cordeiro e Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começo pelo fim, pela Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira, do Partido Socialista, para dizer-lhe que nós estamos a discutir o Programa do XIII Governo Regional, não programas anteriores do PS, como aqui fez referência.

De todo o modo, dizer-lhe – Sra. Deputada – que essa proposta dos Cuidadores Informais, lembra-se bem de quem ela era. E não é um exclusivo do Partido Socialista, nunca foi nem será.

Nós não pretendemos interromper coisíssima nenhuma, Sr. Deputada.

Eu disse ali daquela tribuna que não vimos aqui de *facas afiadas*.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Vamos aproveitar e respeitar o que de bom foi feito pelo Governo do Partido Socialista, sem nenhum problema e com toda a humildade democrática.

Como teremos também a coragem de corrigir o que foi mal feito pelo Partido Socialista!

Deputado Jaime Vieira (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É isto que os açorianos esperam de nós!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Portanto, Sra. Deputada, conte com a colaboração e a implementação de boas políticas sociais de combate à desigualdade social, que não vêm de agora.

Recomendo-lhe que veja os índices de pobreza e outros, há quantos anos estão, e faça uma linha da evolução e dos anos que o Partido Socialista esteve no Governo.

Portanto, estamos aqui para fazer o que tem de ser feito e bem feito. É este o nosso desígnio.

Sra. Deputada Alexandra Manes:

eu por momentos pensei que era deputada do CDS, porque enumerou as propostas todas que o CDS fez ao longo dos anos aqui nesta Casa!

Deputada Alexandra Manes (*BE*): Sou Deputada do Bloco de Esquerda!

O Orador: As creches gratuitas são proposta de quem?

É uma proposta do CDS, aprovada pelo PS no Plano e Orçamento, até ao 7º escalão. E na campanha eleitoral, fizemos a proposta das creches gratuitas.

Agora, que o Bloco é especialista em plagiar... ah isso eu já sabia!

Portanto, ficamos agora a saber – reafirmado por V. Ex^a., que não veio aqui propor medidas novas. Veio, sim, anunciar as creches e o COMPAMID – tudo propostas do CDS.

O que eu percebi também da sua intervenção é que a Sra. Deputada é contra as IPSS's.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não!

O Orador: Nós, ao contrário, queremos estabelecer acordos de cooperação profícuos entre o Governo e as IPSS's, descentralizando e respeitando.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: É essa a diferença deste Governo para a política centralista do Bloco de Esquerda!

Relativamente à habitação, a Sra. Deputada não leu este Programa do Governo – certamente que não leu! – porque está lá referido o apoio à habitação para jovens e, sobretudo, o apoio à habitação degradada – “recuperar habitação degradada em parceria com as nossas juntas de freguesia e com o poder local”.

Deputada Andreia Vasconcelos (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A Sra. Deputada não leu aquilo que está no Programa ou não quis ler! Ou se leu, não entendeu – que é outra coisa diferente. É preciso também perceber e entender o que se está a ler.

Portanto, Sra. Deputada, queremos valorizar esse aspeto.

Sempre que possível, evitar aquilo que o Bloco de Esquerda tem na sua ideologia – que me pareceu que era contra também – que são os bairros sociais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Acha que é um desmerecimento uma pessoa ir viver para um bairro social? - não é desmerecimento nenhum, Sra. Deputada. É uma necessidade. Porém, queremos sempre integrar as pessoas nas suas freguesias e nos seus locais de residência, evitando bairros sociais. Essa é a diferença de nós para vós!

Portanto, com todo o respeito que lhe tenho Sra. Deputada, respondi às questões que colocou.

Sr. Deputado José Pacheco, é prioridade deste Governo, aliás é matéria de compromisso eleitoral, a dignificação da pessoa humana e o respeito pelos mais frágeis, nomeadamente, e como bem disse, pelos nossos idosos.

Queremos tornar possível a liberdade de escolha, entre um idoso ficar na sua casa com a sua família e devidamente apoiado pelo Governo; ou então, se não tiver condições para isso, ir para um lar.

É também um desígnio deste Governo manter os idosos nas suas casas, com as suas famílias. E para isso, conta com os apoios que legalmente existem e naturalmente serão reforçados, se for caso disso.

Portanto, reafirmo o que disse daquela tribuna, e que o Sr. Deputado referiu e bem. O respeito pelas pessoas e o primado da família que, para nós, é absolutamente fulcral, Sr. Deputado.

Falta-me responder à Sra. Deputada Sabrina Furtado.

Começo por dizer que é com imensa alegria que nós – como bem disse – levamos o poder regional central, descentralizando-o, ao primeiro órgão de poder e que é o presidente da junta; aquele que, em primeiro lugar recebe os munícipes, recebe os seus utentes e depois, colabora ativamente – isso chama-se

descentralização do poder, numa forma democrática, independente e respeitadora de todos, independentemente da filiação ou do partido que o sr. presidente de junta tem!

Muito Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do Deputado Carlos Furtado e dos Membros do Governo)

Deputada Alexandra Manes (BE): Ao COMPAMID não respondeu!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Respondi sim senhora!

Deputada Alexandra Manes (BE): Não respondeu!

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Para um pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero deixar também as minhas felicitações com votos de bom trabalho a todos os presentes.

Sr. Vice-Presidente do Governo, gostaria de lhe colocar 2 questões muito concretas e sucintas, até porque o tempo é muito pouco.

A primeira, diz respeito à matéria da política de Habitação plasmada no Programa do Governo, concretamente no seu ponto 9º que diz – e passo a citar – “criar, modificar e adaptar os pacotes legislativos, tendo em conta os objetivos do novo contexto emergente de crise pandémica e as suas consequências económico-sociais”.

Gostaria que, se possível, especificasse a que se refere e quais essas alterações pretendidas pelo Governo Regional?

A segunda questão é local, de ilha, respeitante ao Corvo.

No final de junho do ano passado, deu entrada nesta Casa, por parte do Deputado Paulo Estêvão, um projeto de resolução que defendia que o Governo Regional da altura criasse instrumentos de cooperação ou apoio financeiro, para que a Santa Casa da Misericórdia do Corvo contratasse um enfermeiro para prestar serviço a tempo inteiro no lar desta instituição.

Como se lembra, certamente - até porque este projeto de resolução é recente na Comissão de Assuntos Sociais onde começou por ser debatido, não tendo sido ouvidos todos os intervenientes porque, entretanto, terminou a Legislatura – o Grupo Parlamentar do Partido Socialista defendeu que o Governo Regional, através da Saúde, deveria contratar um enfermeiro para a Unidade de Saúde da Ilha do Corvo que, para além de complementar o serviço de enfermagem naquela ilha - onde só existe um enfermeiro - através de um acordo de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia do Corvo, apoiasse esta valência com mais permanência e, deste modo, dar assistência aos 4 utentes do lar de idosos que lá se encontravam.

Por sua vez, o Sr. Deputado Paulo Estêvão – como se lê na parte resolutiva deste projeto de resolução – defendeu que este enfermeiro deveria ser contratado a tempo inteiro para o lar da Santa Casa da Misericórdia do Corvo.

A questão que eu coloco, agora, ao Sr. Vice-Presidente é se pretende ou não contratar, a breve trecho, um enfermeiro a tempo inteiro para o lar de idosos?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado Sr. Presidente.

Quero dirigir uma pergunta ao Sr. Vice-Presidente do Governo relativamente à habitação.

Para o CHEGA a habitação é um bem de maior valor para as famílias açorianas. É por isso, da maior urgência que este Governo através das ligações privilegiadas que – espera-se – tenham com o poder local, resolva de forma definitiva e rápida os problemas de habitação que existem na nossa Região.

O CHEGA espera que, quer este Governo quer o poder local, façam todos os esforços necessários para que os problemas não só de habitação social, mas também de toda a habitação, se resolvam de forma célere e eficaz na Região.

A habitação é elemento fundamental para a fixação de pessoas.

A habitação é elemento fundamental para a resolução dos problemas de demografia desta terra.

A habitação é fundamental para que os nossos jovens acreditem nesta terra, fixem-se nela e a partir daí construam o seu futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Esperamos, pois – o CHEGA e julgo que todas as pessoas que estão aqui de boa vontade – que a habitação seja uma das prioridades deste Governo. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD e do Chega)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Desculpar-me-ão, mas, nesta primeira intervenção, não farei as saudações devidas. Remeto para quando fizer a minha intervenção de tribuna.

Tenho uma pergunta simples e concreta para fazer ao Sr. Vice-Presidente do Governo, que é a seguinte: o Programa do Governo assume o compromisso de apresentar a esta Assembleia uma proposta de decreto legislativo regional destinada a impedir o desempenho simultâneo de cargos políticos com cargos nos órgãos de direção ou executivos de IPSS's, Santas Casas da Misericórdia, e noutras entidades de cariz social e desportivo.

Em primeiro lugar, quando é que o Sr. Vice-Presidente do Governo considera como provável a apresentação desta proposta de decreto legislativo regional?

Em segundo lugar, o que é que considera *cargos políticos* para esse efeito?

Em terceiro lugar, se no âmbito dos deputados que apoiam este Programa do Governo, e que estão nesta situação de desempenharem, simultaneamente, cargos políticos e estarem em órgãos executivos de organizações desportivas ou sociais, se aguardarão que essa proposta seja aprovada ou se, porventura, sairão desses lugares antes mesmo da proposta ser aprovada?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS):

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Queria também felicitar V. Ex^a. Sr. Presidente, não numa forma tão formal que também guardarei para a minha intervenção final, mas sobretudo, desejar um bom trabalho a V. Ex^a. e à Mesa que preside.

Dizer perante todos vós que, de facto, este Governo Regional dos Açores tem como uma das suas principais temáticas o apoio à solidariedade social, aos mais idosos e aos mais necessitados.

Nesta medida, quero elogiar esta posição que, de uma vez por todas, vem fechar um ciclo de 24 anos de governação do Partido Socialista que não tira do léxico político o combate à pobreza e à exclusão social.

Deputados João Bruto da Costa e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: E com esta intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo queríamos efetivamente elogiá-lo por esta medida e também relembrar neste hemiciclo que – V. Ex^a. Sr. Deputado Vasco Cordeiro bem sabe – este é apenas um programa de governo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Apenas!

Deputado José Ávila: Mas a pergunta foi para o Governo, não foi para si!

O Orador: Não existem calendarizações definidas neste Programa.

Esta é a intenção, este é o compromisso que este Governo tem com os Açores. Este é o contrato-sociedade que tem com os Açores que, naturalmente, em futuros debates do Plano e Orçamento terá uma calendarização mais completa. Era só isto.

Muito obrigado.

Deputado Vilson Gomes (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Apenas perguntar-lhe se, relativamente à pergunta que eu lhe fiz, subscreve a resposta do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para pedidos de esclarecimento ao Sr. Vice-Presidente?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, esgotarei o meu tempo, mas como parece não haver mais inscrições, não vou precisar.

Deputado Berto Messias (*PS*): O Governo tem tempo global, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Oh... Sr. Deputado!

Olhem por quem *Deus manda o recado!*

Sr. Deputado Carlos Furtado,

como muito bem disse, a habitação é naturalmente uma preocupação exatamente nessa perspetiva que referiu e que também está plasmada no Programa do Governo, pois é um instrumento fundamental para o combate ao despovoamento.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Mas não será único, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Isso queremos fazer, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Iasalde Nunes:

Eu diria que é preciso ter assim um bocadinho de... *muito à vontade* para fazer a intervenção que fez.

Quando aí nesse mesmo lugar (talvez um bocadinho mais atrás) votou contra a contratação da enfermeira a tempo inteiro para o Corvo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do Deputado Carlos Furtado e dos Membros do Governo)

O Sr. Deputado devia ter pelo menos algum decoro em vir aqui fazer uma proposta que chumbou há dois meses atrás!

Essa postura é que não lhe fica bem, Sr. Deputado!!

No mínimo, devia haver alguma decência no combate político!

Mas fique sabendo que é para colocar uma enfermeira no lar de idosos ou no Centro de Saúde do Corvo, ou onde for preciso. Porque não se compreende que um centro de saúde, como o do Corvo, tenha apenas uma enfermeira de serviço. Se lhe acontece alguma coisa, não conseguimos dar resposta.

Isso foi o que o Sr. Deputado não fez durante 20 anos que aí está!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do Deputado Carlos Furtado e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós não somos contra, por as propostas virem de outro partido, Sr. Deputado.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Como é o seu caso que, abnegadamente, e apenas por obediência partidária, votou contra as boas propostas do Deputado Paulo Estêvão para desenvolver a sua ilha!

O Sr. Deputado votou sempre contra essas propostas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do Deputado Carlos Furtado e dos Membros do Governo)

Por isso, o Senhor devia fazer um ato de contrição e pedir desculpa aos corvinos pelo trabalho que desenvolveu aqui, contra a sua ilha e contra os corvinos!!

Vozes dos partidos da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do Deputado Carlos Furtado e dos Membros do Governo)

Deputado Miguel Costa (PS): O Senhor agora é o Vice-Presidente. Já não é um Deputado!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, muito obrigado pela sua pergunta.

Como o Sr. Deputado bem se lembra, aquando da revisão – estavam aqui os legisladores Hernâni Jorge, Francisco Coelho, Pedro Gomes e o saudoso Manuel Herberto, nosso deputado e que minuciosa escrita...

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Relator!

O Orador: Exatamente: relator. Muito obrigado Sr. Presidente.

Como estava a dizer, também introduzimos algumas alterações no Estatuto - estou-me a lembrar aquela em que os professores universitários podiam acumular o ordenado de deputado com o ordenado de titular de cargo político, em que ao exercer esse cargo, poderiam continuar a sua vida académica, mas não receber vencimento.

O que é que queremos com esta medida, Sr. Deputado Vasco Cordeiro?

Aquilo que o Senhor também concorda com certeza – e esta medida refere-se naturalmente a cargos executivos, não de assembleia geral. Mas compreenderá que faz sentido, até para proteger o próprio titular do cargo político, isto é, para não ser acusado de beneficiar a instituição, usando o seu cargo.

Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, pretende-se dignificar a instituição e também dignificar o titular de cargo político.

É apenas nessa perspetiva que queria esclarecer o Sr. Deputado e também, como sabe, cada vez mais se fala – basta ouvir a Ana Gomes todos os dias – da transparência no exercício do poder.

Portanto, será logo que possível, mas com toda a sinceridade, não lhe posso dar uma data, não lhe posso dizer se é no próximo Plano e Orçamento ou no próximo plenário.

Não lhe consigo responder a esta pergunta com toda a sinceridade e pela consideração que me merece. A seu tempo, ela virá cá.

Muito obrigado.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do Deputado Carlos Furtado e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Obrigado Sr. Presidente.

É para uma interpelação à Mesa.

Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Mesa – não o era na altura, mas deve lembrar-se certamente, porque não foi assim há tanto tempo – se esse projeto de resolução a que eu me referi do Sr. Deputado Paulo Estêvão, chegou a ser votado nesta Casa?

É que não chegou a ser votado nesta Casa, logo, não votámos contra esse projeto de resolução, embora tivéssemos uma ideia diferente, mas não votei contra.

Deputado Berto Messias (PS): Não foi votado!

Presidente: O Sr. Deputado faz uma pergunta à Mesa e responde à mesma. Portanto, esta não é uma interpelação à Mesa.

Deputada Ana Luísa (PS): Não, não! É uma pergunta à Mesa!

Deputada Andreia Cardoso (PS): É uma pergunta à Mesa. Subiu ou não subiu a plenário?

O Orador: Então Sr. Presidente, posso trocar por uma intervenção, uma vez que temos tempo para isso?

Presidente: Sr. Deputado faça o favor de concluir a interpelação à Mesa.

O Orador: Então repito o que perguntei há pouco: se o Sr. Presidente – que não tinha estas funções na altura – se lembra desse projeto de resolução ter sido ou não votado (contra) pelo Partido Socialista?

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado já respondeu.

Eu, de facto, não me lembro se esse projeto de resolução foi ou não votado. Mas o Sr. Deputado já deu a resposta, senão teria todo o gosto de perguntar aos Serviços e depois responder-lhe.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado Sr. Vice-Presidente pela informação que me dá.

De qualquer das formas, se é possível fazer uma recomendação nesta fase ao Governo, é que pondere bem a forma como assume este compromisso.

Eu tenho muitas dúvidas de que isso possa ser feito da maneira como o Governo propõe.

Esta é uma matéria relativa a incompatibilidades de titulares de cargos políticos...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ...e é uma matéria que não consta de decreto legislativo regional. Tem é que constar do Estatuto Político Administrativo da nossa Região. Relativamente às bancadas que apoiam o Programa do Governo, a minha pergunta continua sem resposta e eu gostaria de tê-la. Muito obrigado.

O Orador: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, agradeço a referência que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fez em relação às bancadas que apoiam o Governo. E gostaria de informá-lo que quem está a ser alvo de interpeação é o Sr. Vice-Presidente do Governo e não estas bancadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas o senhor é que respondeu!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral:

É pena que não se tenha lembrado disso na sua primeira intervenção, porque quis responder pelo Sr. Vice-Presidente do Governo.

De qualquer das formas, eu não peço que, em relação a esta matéria, me respondam a algo mais do que apenas isso.

Este é o Programa do Governo e, conforme foi salientado pelo Sr. Presidente do Governo, merece o apoio e foi concertado entre as bancadas que o apoiam.

A minha pergunta é esta: os Srs. Deputados que, eventualmente estejam na situação de se encontrarem, neste momento, em simultâneo, titulares de um cargo político e a exercerem funções em órgãos executivos de clubes desportivos, aguardarão pela aprovação desta Proposta que o Governo apresentará, ou pretendem pôr termo a essa situação que, no vosso

entendimento – e subscrevo a interpretação do Sr. Vice-Presidente do Governo – coloca em causa até a transparência dessa relação? – a pergunta é só esta.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Registo a sua observação sobre a melhor técnica legislativa para fazermos a proposta e naturalmente teremos isso em consideração. Mas devo também dizer-lhe outra coisa: diz-se por aí que este Governo não chega a 1 ano. Eu espero sinceramente que seja a 4 anos, o tempo da Legislatura.

Eu não sei quem é que é presidente de grupos desportivos - isto não é dirigido a ninguém, é em abstrato – mas será naturalmente implementado da melhor maneira legislativa que se adequa a este caso, tendo obviamente em conta a chamada de atenção que V. Ex^a. fez e que, humildemente aceitamos e registamos com a humildade democrática que nos caracteriza.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Da sua parte, eu já tinha tido todos os esclarecimentos que precisava.

O que eu não tenho é um esclarecimento das bancadas que apoiam o Governo, porque se efetivamente este Programa resultou numa concertação, dum entendimento, a pergunta é simples:

- Os titulares de cargos políticos que são deputados e que apoiam este Governo nesta Proposta, se estiverem nessa situação, pretendem aguardar pela aprovação da proposta ou pretendem pôr termo já a esta situação que, nas palavras do Sr. Vice-Presidente, afeta a transparência de todo o relacionamento?

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não vamos votar contra a proposta, fique descansado!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

As bancadas que apoiam este Governo têm em mente, tão só, pugnar pela transparência no exercício dos cargos políticos.

A mesma transparência que nós vincamos neste Governo, é a mesma que também esperamos da bancada da oposição.

A nossa posição será esta: vamos aguardar que esta medida entre em vigor e, posteriormente, cumprir a medida que este Parlamento determinar. Tal como esperamos que a vossa bancada também cumpra.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhor, lei é lei! É para todos!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral:

O Grupo Parlamentar do PS decidirá o que faz. Sendo certo que a partir do momento em que houver uma lei, ela será para cumprir. Mas a questão não é essa.

A questão (simples) é se, respeitando a autonomia estratégica dos grupos parlamentares que apoiam este Governo, se houver deputados nesta situação,

por motu próprio, eles porão termo à mesma, dado que afeta a transparência, ou aguardarão que entre em vigor a lei? É só isso.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores estão mais eficientes na oposição do que no Governo!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu bem sei que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro é jurista de formação, embora ande há muitos anos fora da profissão de advocacia. Mas como deve saber, a lei neste caso, não será retroativa, nem poderemos fazer aqui uma defesa legítima e preventiva do que é que aí vem.

Portanto a recomendação que o Senhor faz...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não fiz recomendação nenhuma, eu fiz uma pergunta!

O Orador: ... relativamente à sua bancada é precisamente a mesma que nós também fazemos na nossa.

Eu percebo que o Sr. Deputado ainda não esteja habituado ao lugar onde está. Mas vai ter de se habituar, pelo menos durante 4 anos! É bom que se prepare!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

E o tique do *quero, posso e mando*, *felizmente* encontrará um interregno nos próximos 4 anos.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Eu estou como o Sr. Deputado José Pacheco... a ouvir umas *vozes no ar*.

Deputado Miguel Costa (PS): Chama-se democracia!

O Orador: Quando a intenção mais concreta desta medida for densificada, corporizada por parte do Governo Regional dos Açores, nós - e falo pela bancada do Partido Social Democrata dos Açores – apoiaremos e cumprimos efetivamente o que for determinado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Exatamente!

É só isso que estou a perguntar!

O Orador: Portanto, não estou a perceber qual é a dificuldade da apreensão sobre esta resposta e da oportunidade da pergunta que faz.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não estou apreensivo, eu estou a agradecer!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até parece que perderam as eleições por causa de alguma associação desportiva!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Foi na Graciosa!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Atendendo à hora, vamos interromper os nossos trabalhos para almoço e regressamos às 15 horas.

Antes, porém, o Sr. Secretário da Mesa vai indicar os tempos sobrantes para cada uma das bancadas.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 208 minutos e 58 segundos; o PS tem 228 minutos e 39 segundos; o PSD dispõe de 172 minutos e 49 segundos; o CDS/PP tem 36 minutos; o BE tem 21 minutos; o PPM dispõe 24 minutos; IL tem 15 minutos e o PAN também; e o CHEGA dispõe de 19 minutos e 27 segundos.

Presidente: Muito obrigado e bom almoço.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Pergunto se há alguém que queira usar da palavra para pedidos de esclarecimento?

Eram 15 horas e 07 minutos.

(Pausa)

Não havendo inscrições, dou a palavra à Sra. Deputada Célia Pereira para uma intervenção.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que felicite todos os Membros desta Câmara, nomeadamente todos os Membros do Governo e as Sras. e Srs. Deputados eleitos, confiando no empenho dedicado pelo bem comum à causa pública.

Este Governo assume no seu Programa que, e passo a citar, “as pessoas estão sempre em primeiro lugar”, “Em vez de alimentar dependências, preferimos criar oportunidades”, e, continuando a citar, “A Saúde e a Solidariedade Social estão na linha da frente de uma política personalista, a par da Educação e da Cultura, da Qualificação e do Emprego”.

Ora, a assertividade destas afirmações, sem incursões pelo referencial concetual filosófico de algumas em particular, deixa claro um ataque velado e subtil, à anterior legislatura. Uma necessidade imperiosa de expressar que tudo vai mal ou menos bem.

Se esse for o caminho, aqui estaremos para combater todas as tentativas de desmerecer e desvirtuar o muito que foi feito.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Não é o nosso objetivo, Sra. Deputada!

A Oradora: Tal como aqui estaremos para exigir, sempre – e repito **sempre** - medidas concretas na resposta aos desafios que teremos pela frente.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Por isso, dizemos, desde já, que o que consta no programa é demasiado vago.

Ao enunciado de promessas do eixo programático “PESSOAS PRIMEIRO PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”, tudo o que se segue, na área da Solidariedade Social, parece-nos, no essencial e de modo genérico, inspirado nas Orientações de Médio Prazo, 2017-2020, para a Solidariedade Social do anterior executivo.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Esperávamos mais face aos desafios que os Açores enfrentam na afirmação de um Arquipélago mais coeso, sustentável e integrado.

Na Solidariedade Social, as propostas deste Governo, formam um rol com elocuições recorrentes. Passando a sua enunciação e articulação peculiar por rever, reforçar, atualizar, aumentar, melhorar, revitalizar, reorganizar, reestruturar e, sobretudo, continuar, o que já existe e foi implementado pelo anterior executivo.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Estruturar também é palavra!

A Oradora: Isto é, o atual Governo reconhece o trabalho feito e, em súpula, a importância de assegurar, com as devidas e necessárias adequações ao atual

momento, as políticas e projetos de solidariedade social implementados e preconizados.

Alguns destes ganhos são indubitavelmente significativos. Nomeadamente, em três vetores estruturantes para a coesão socioeconómica e para o combate à pobreza, nas suas diferentes formas e frentes, ou seja, os apoios sociais, o emprego e a habitação.

Dos apoios sociais em vigor o RSI é o que tem merecido maior contestação política e social. A Região verificou, todavia, no passado mês de setembro um mínimo histórico de 14.820 beneficiários. E o impacto social desta medida na vida das pessoas e famílias que dela beneficiaram foi e é, a nosso ver, inquestionável.

A par desta redução verificou-se um decréscimo da taxa de desemprego na Região, para valores mínimos, tendo a despesa anual com as Prestações de Desemprego, nos Açores, no mesmo período diminuído de 43 milhões e 278 mil Euros para 30 milhões e 990 mil Euros, acompanhando a redução do número de beneficiários das Prestações de Desemprego de cerca de 15 mil e 400 para 12 mil e 200 beneficiários em cinco anos.

Uma referência, também, aos ganhos da anterior Legislatura, em matéria de reabilitação e recuperação do parque habitacional edificado, e em complemento de anos seguidos de aposta neste apoio, que possibilitou atingir números invejáveis na percentagem de património edificado recuperado. Facto que ficará decerto plasmado nos próximos Censos, em 2021, em resultado do investimento nos diferentes programas de apoio à Habitação e que, no período de 2014 a 2019, atingiram os seus valores máximos, nomeadamente de 68 milhões e 208 mil Euros nos apoios de aquisição, construção e realojamentos, e 30 milhões e 35 mil Euros em investimentos em renovação e regeneração urbana (recuperação de habitação degradada).

É, pois, com números e dados concretos - que representam pessoas – que se reconhece o valor do anterior Governo e do seu legado. Valor inquestionável e expressivamente reconhecido e considerado, nas urnas, com o apoio e confiança de 41% de votos dos Açoreanos.

Os Açores precisam de mais face aos desafios que enfrentam. Esperávamos mais para a afirmação de um Arquipélago mais coeso, sustentável e integrado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Está muito bem informada para quem chegou de novo!

A Oradora: O facto de estarmos, agora, na oposição não nos demove do propósito de “Construir uns Açores mais resilientes, mais coesos e sustentáveis”. Lembramos e sublinhamos, a este respeito, as propostas do nosso programa eleitoral, pensadas em estreito alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e com a proposta de Agenda de Relançamento Social e Económico da Região Autónoma dos Açores.

Assim, e conforme foi assumido pelo Partido Socialista no Eixo que previa a promoção de uma “SOCIEDADE INCLUSIVA, JUSTA, SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA, vamos na presente legislatura defender a “necessidade de priorizar um conjunto de medidas de emergência e de apoio à retoma da atividade social, destinadas às famílias açorianas e aos setores social, cultural, educativo e da saúde.”

Porquanto, no quadro da grave crise pandémica que enfrentamos, a par da retoma económica, o relançamento social será indubitavelmente ainda mais lento sendo necessário juntar, por isso, novas iniciativas às que se encontram em vigor.

Em contraponto ao Programa deste Governo e por ser estruturalmente fundamental, não podíamos igualmente deixar de fazer referência ao IX Eixo Estratégico do Programa do PS/Açores - “VENCER O DESAFIO DA DEMOGRAFIA” que, em nosso entender, não se deve cingir a mais um item da

área da Solidariedade Social mas, antes, assumir “uma natureza verdadeiramente estrutural e decisiva para o nosso futuro como Povo e como Arquipélago.”

Acreditamos que a transformação da economia dos Açores, pela qual vamos continuar o nosso combate, o aumento dos níveis de qualificação e rendimento da nossa população, a promoção de uma sociedade mais inclusiva e solidária, deverão necessariamente contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos Açorianos e da atratividade do território e, por esta via, para o crescimento da população residente em todas as ilhas.

Sendo, com esse propósito fundamental avançar com a concretização de medidas efetivas e realmente impactantes de Apoio às Famílias como as que propomos.

A “promoção de uma sociedade açoriana mais inclusive, justa, solidária e participativa, assenta numa visão estratégica dirigida aos açorianos, em particular às crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, e concretiza-se através de programas e medidas” agregadores de inúmeros eixos e dezenas de objetivos específicos, com indicadores de resultado e de avaliação de impacto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Impacto?! São 25 anos que tem às costas!

A Oradora: Nesta Legislatura, em pleno exercício do nosso dever, na qualidade de Grupo Parlamentar mais votado, com 25 deputados eleitos, em defesa dos interesses e do bem comum de todos os Açoreanos, de Santa Maria ao Corvo, aqui e agora, (re)afirmamos o nosso compromisso, sem nunca esquecer que fomos Governo e agora somos oposição, de continuar a contribuir com propostas consistentes, agregadoras, apropriadas e concretizáveis para “Relançar Social e Economicamente os Açores” e “transformar os Açores numa região mais resiliente, mais coesa e mais sustentável.”

Contem com o PS!

Aqui estamos...

Pelos Açores e por Todos os Açorianos!

Disse.

Vozes de Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Onde será que a Sra. Deputada viveu nos últimos 25 anos?

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com a máscara fiquei por momentos sem ver onde estava a Sra. Deputada Célia Pereira, a quem cumprimento e desejo bom trabalho nesta que é a sua primeira intervenção no Parlamento dos Açores.

Nessa medida, a Sra. Deputada certamente não assistiu a todos os debates parlamentares da última Legislatura, perdendo-se um pouco naquilo que talvez tenha sido a afirmação do seu grupo parlamentar nesse tempo.

Perdoe-me que lhe diga, com a frontalidade com que devem ser tratados estes assuntos, mas a Sra. Deputada quer uma coisa e o seu contrário.

Começa por dizer que este Programa de Governo é demasiado vago.

Deputado José Ávila (*PS*): E é!

O Orador: Mas ele corresponde ao Plano a Médio Prazo de 2017-2020 do Partido Socialista.

Eu fico sem saber se era o Plano a Médio Prazo que era demasiado vago, ou se essa comparação não faz sentido neste caso?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Eu vou lhe dar um exemplo, para se calhar não ser muito desagradável com o Partido Socialista, sobre o que é a coerência no combate à pobreza e à exclusão social.

Quando a Sra. Deputada falou em 2017, eu até pensei que tinha falado em 2007, que foi o ano em que o Partido Socialista convidou todos os beneficiários do RSI desta Região para irem comemorar numa festa às Portas do Mar os 10 anos da implementação do rendimento mínimo. Ou seja, a forma que o Partido Socialista teve de mostrar que era um partido solidário, foi fazer uma festa com os beneficiários do RSI.

Deputado José Contente (PS): Foi para irem votar na Graciosa!

O Orador: O Sr. Deputado José Contente provavelmente até foi um dos impulsionadores dessa ideia. Certamente que está lembrado desta situação.

(Risos do Deputado José Contente)

Por acaso na altura era Diretora Regional a Sra. Deputada Andreia Cardoso que também saúdo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor já disse essa conversa aqui no mínimo 10 vezes!

O Orador: É verdade! É bom lembrar sempre. E vou insistir sempre, para que esta memória não se perca, porque ela é fundamental para compreender a coerência do Partido Socialista quando fala de solidariedade social e de programas demasiado vagos. E, portanto, gastaram nessa festa 220 mil euros...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah sim...sim! Foi, foi, de certeza!

O Orador: ...para comemorar o apoio à pobreza que existe nos Açores!

Que coerência esta a do Partido Socialista!

Olhe Sra. Deputada, lamento que na sua primeira intervenção eu tenha que usar desta frontalidade e poder parecer desagradável e não queria sê-lo consigo. Mas quando diz que agora o PS é oposição, eu fico satisfeito e felicito-a por haver alguém no PS que ainda tem os pés assentes na terra. Mas devia dizer isso exatamente virada para essa bancada que, parece, ainda não percebeu que os tempos são outros, que aquilo que vamos fazer enquanto coligação de Governo e de apoio parlamentar é muito mais do que gastar 220 mil euros do erário público para comemorar um apoio à pobreza que tanta falta fazia para fortalecer o próprio apoio à pobreza.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): É isso que tem para dizer sobre solidariedade!?

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é bem demonstrativo da vossa humildade democrática!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A Sra. Deputada não tem medo de nada!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Vindo de si não!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É da terra dos bravos! E aquele senhor também!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira.

(*) Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, Sr. Deputados, obrigada pelas boas vindas que acaba de me dar. Sinto-me, com elas, também parte desta Casa. Pôr em causa aquilo que são os ganhos dos últimos anos de governação do Partido Socialista, onde também foram ouvidas e tidas em conta propostas de outros partidos, é não querer ver a mudança social e a transformação feita, nomeadamente medidas como a RSI na vida daqueles que estavam em condições economicamente mais desfavoráveis. Ter apenas como argumento para pôr em causa uma festa que foi feita em 2007 é vago e é muito pouco. Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para este debate?

(Pausa)

Não havendo, para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No início desta Legislatura permitam-me que saúde V. Ex^a. – Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – desejando-lhe as maiores felicidades no exercício das funções que agora desempenha.

Saúdo também o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, bem como as Sras. e os Srs. Membros do Governo, confiando no vosso contributo em prol de todos os açorianos.

Os Açores estão marcados por demasiadas desigualdades na distribuição de recursos e oportunidades, e dessa forma encontramos-nos nos últimos lugares ao nível da coesão económica e com o maior risco de pobreza a nível nacional.

Serão indispensáveis apoios à recuperação dos níveis de rendimentos, em particular dos setores sociais mais fragilizados, criando políticas sociais, quer no apoio à infância, à juventude, aos idosos, à família, às pessoas com necessidades especiais, à invalidez, à reabilitação, à pobreza e à exclusão social, sempre com o verdadeiro intento de serem promotoras de igualdade.

Só com uma visão integrada de desenvolvimento, a concertação entre todas as partes interessadas e a articulação dos diversos instrumentos de planeamento local, conseguiremos autonomizar as famílias face à situação de fragilidade em que se encontram.

Será precisa uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social, com uma ação concertada e transversal, de forma particular e individualizada, assumindo o compromisso aprofundado de articulação, convocando todas as áreas de governação desde a solidariedade social, a saúde, educação, o emprego, a habitação, mas também a revitalização e operacionalização do Conselho Regional de Segurança Social dos Açores, com o objetivo de aprofundar o envolvimento das Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias no acompanhamento das políticas sociais regionais.

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

A Oradora: Na visão manifesta do programa do XIII Governo dos Açores há uma necessidade expressa em responder de forma eficaz ao envelhecimento demográfico, na tentativa de atenuar os números preocupantes da tendência de despovoamento das nossas ilhas, mas também preocupação com a elevada

necessidade de aumentar a natalidade, para esse fato há que criar medidas concretas de apoio à natalidade, bem como a disponibilização de respostas sociais, que permitam o exercício da parentalidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Apresenta como objetivo primordial a criação de condições de desenvolvimento económico e de promoção da inclusão, social, laboral, de competências pessoais e profissionais na tentativa, de quebrar o ciclo da pobreza. A redução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção deve acontecer pela inserção social e laboral, dos muitos indivíduos que dele dependem, e que se encontram em idade ativa e com capacidade para trabalhar, incentivando-os a colaborar com a comunidade. E, reconhecendo as suas capacidades e contributos.

O desenvolvimento de políticas de apoio à infância e jovens em risco, às vítimas de violência, às famílias disfuncionais, aos toxicodependentes, aos sem abrigo, repatriados e imigrantes assumirão um papel decisivo e influente no que diz respeito à inclusão destes grupos tão vulneráveis.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As políticas sociais devem assim, estar atentas aos sinais e necessidades das famílias, direcionando e reforçando os diversos apoios destinados à infância e aos mais idosos, aumentando e melhorando a rede de equipamentos e serviços de apoio à pessoa idosa, desde a criação de novas Estruturas Residenciais para Idosos, centros de convívio, serviços de apoio domiciliário, centros de dia e de noite, apoios destinados a cuidadores formais e informais de forma a privilegiar tanto quanto possível a proximidade e inserção do idoso nas suas famílias ou até mesmo a implementação de um serviço à distância permitindo a permanência

das pessoas idosas nas suas próprias habitações, fazendo valer as suas últimas vontades, como é legítimo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: Uma política de família é uma política integrada, universal e coerente que tem em conta todas as realidades familiares. Que valoriza o esforço e a organização de quem trabalha, de quem necessita trabalhar, mas que nunca descarta o papel importante da família.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

A Oradora: Neste âmbito verificamos que este Governo está, igualmente, empenhado no que se prende com a criação e manutenção de postos de trabalho, no combate à precariedade e no aumento dos rendimentos dos açorianos, através do reforço e criação de um conjunto de medidas que visam exatamente o fomento do emprego e o combate à precariedade laboral.

A reorganização e reestruturação da orgânica dos serviços da Segurança Social poderá sem dúvida garantir uma maior e melhor operacionalização dos serviços de ação social, bem como a necessidade de apoiar programas de formação dos trabalhadores da segurança social, de forma a que os possa dotar de mecanismos de operacionalização adaptada às exigências e preocupações sociais atuais.

De referenciar que, em tempos de pandemia todas as equipas de emergência social, trabalham afincadamente sem qualquer reserva, com a missão de assegurar as necessidades básicas a centenas de famílias afetadas por este flagelo que assola não só a região, como o país e o mundo.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): É verdade!

A Oradora: Estes a par de médicos e enfermeiros assumem uma função essencial no combate a esta pandemia, assumindo-se como verdadeiros soldados embora que “camuflados”, mas com uma função essencial nas respostas sociais à comunidade.

Relativamente à habitação, este, é um direito social consagrado na nossa Constituição. No que diz respeito à habitação social será fundamental que se verifique não só o aumento do investimento, mas a requalificação, manutenção e gestão de todos os parques já existentes.

Os apoios destinados à habitação degradada, ao arrendamento, a construção de habitação própria a custos controlados, deverá sem dúvida favorecer a fixação de jovens e novas famílias na Região.

Às políticas públicas caberá sempre um papel indispensável de defesa de equilíbrios sociais e de combate às desigualdades. Um crescimento inclusivo, social e territorialmente equilibrado é uma das principais condições para a promoção da coesão social.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: A Solidariedade Social deve ser entendida como um conjunto de políticas sociais ativas, que visam impulsionar o desenvolvimento social de uma Região e, este Governo, reconhece com a apresentação deste programa, que será possível construir uma sociedade mais justa, e minimizar os níveis de pobreza e exclusão social existentes na Região Autónoma dos Açores.

Disse

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Parecendo não haver inscrições para pedidos de esclarecimento, passamos à próxima intervenção. Para tal, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Vasconcelos.

Deputada Andreia Vasconcelos (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito da apresentação do Programa do XIII Governo, permitam-me que felicite o mesmo pelo leque de novas respostas às dificuldades e constrangimentos da nossa Região, numa legislatura que se prevê difícil pela pandemia que os Açores e o mundo vivem.

No que refere ao programa em específico, o compromisso com os Açorianos é notório, a referência a uma estabilidade política, mais humilde na decisão democrática, com transparência e clareza nos procedimentos e mais rigorosa na decisão.

Neste programa, é de ressaltar o destaque às políticas sociais, a urgência em adequar as respostas na solidariedade social, saúde, educação, emprego e habitação como um plano concertado que eleva todas as famílias açorianas, mas em especial as que estão em maior dificuldade, em situação muitas vezes de pobreza, permitindo que o seu patamar de arranque seja nas oportunidades e não focado na subsistência do Estado, este programa refere mesmo que o décimo terceiro Governo pretende ser de oportunidades e não de dependência do estado e dos seus serviços.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Políticas sociais concertadas urgem, é necessário a procura de parcerias envolvendo o Governo, as organizações sindicais e patronais, as IPSS,

Misericórdias e Cáritas Diocesana, o alcance das negociações tem objetos variados em termos de políticas públicas como emprego, produtividade e competitividade no sector social.

A preocupação social plasmada no documento, destaca a preocupação como o envelhecimento demográfico, que traz dificuldades a todo o sistema contributivo, o que nos leva a equacionar a antecipação da idade da reforma nos Açores. Por outro lado, na criação e adequação de respostas sociais para este público alvo, segundo o PORDATA 2019, a Região tem cerca de 35,827 cidadãos com 65 anos ou mais de idade, o que representa cerca de 15% da nossa população, esta realidade traduz o envelhecimento demográfico vivido nos Açores.

Com a inversão da pirâmide demográfica, surge a necessidade de repensar as políticas sociais para os mais velhos.

Assim, medidas como a promoção da atualização anual do complemento regional de pensão para idosos e do complemento para a aquisição de medicamentos pelos idosos; aumentar e melhorar a rede de equipamentos e serviços de apoio a idosos, bem como na aposta aos cuidadores informais, reforçar a rede de teleassistência, apoiando mesmo que à distância.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: Em prol do envelhecimento ativo, compete a este governo tomar medidas adequadas aos idosos dos Açores, como a ampliação e melhoramento nos equipamentos sociais como as Estruturas Residenciais para Idosos, no alargamento da rede de apoio ao domicílio com resposta para todos, nos 7 dias da semana, apoio ao centros de dia e convívio, permitindo aos idosos permanecerem nos seus domicílios, mas ao mesmo tempo beneficiando durante o dia do acompanhamento, supervisão e atividades adequadas ao seu estado e grau de dependência.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): É uma preocupação no Programa do Governo!

A Oradora: Segundo o PORDATA2019 também, temos um índice de envelhecimento de 95% - temos 95 idosos por cada 100 jovens, o que é um dado preocupante - por outro lado, segundo a mesma referência, a taxa de natalidade é muito muito baixa, cerca de 2.131 nascimentos na Região, o que apenas representa 2.5% dos nascimentos do País.

Assim, este Governo deve equacionar, novas medidas de apoio à natalidade, respostas concertadas para as famílias, como a atualização anual do Complemento Regional do Abono de família, apoiar a criação de uma rede de respostas personalizadas de apoio à infância em termos de mini creches e amas.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, é possível elencar medidas para a juventude, para a deficiência e exclusão social grave, que permitam a longo prazo uma sociedade mais justa e que se quer mais integrada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

No novo Programa do Governo são notórios os primeiros passos na direção de uma sociedade que se quer apoiada, mas ao mesmo tempo que não dependa em exclusivo do Estado, uma sociedade emancipada dos serviços. São medidas como o reforço ao plano regional de combate à pobreza associadas ao combate da exclusão social, que definem uma nova estratégia, que se reflete em princípio na intenção de reduzir os beneficiários do rendimento social de inserção.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Esta medida que prevê diminuir a pobreza nos Açores, bem como a integração destes indivíduos na sociedade através do mercado de trabalho, tem-se nos últimos anos revelado insuficiente no combate à pobreza, verificamos que nos Açores, segundo o PORDATA 2019, existem cerca de 20.913 beneficiários o que representa cerca de 10,2% da população açoriana. Assim, é tempo de devolver aos açorianos e açorianas a capacidade de sonhar, a constatação de uma medida, que para muitos parece arrojada ou até mesmo inalcançável, parece-me a mim, a vontade de criar oportunidades para todos e para cada um, a oportunidade de se emanciparem de um sistema de dependência e caminharem pelo próprios meios, com as ferramentas que o plano social lhes concedeu.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este programa traz-nos um novo paradigma social, uma esperança no futuro.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento?

(Pausa)

Não havendo, passamos à próxima área governativa.

Para o efeito, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, caros Açorianos:

Neste início da XII Legislatura saúdo o Senhor Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa e felicito todos os deputados eleitos representando a pluralidade e a diversidade da sociedade açoriana.

A composição deste Parlamento é também a expressão do julgamento dos açorianos à governação dos últimos anos, em maioria absoluta, e ao seu défice de resultados, em particular nos domínios económico e social.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro)* e **Deputado Joaquim Machado** *(PSD)*: Muito bem: Muito bem!

O Orador: O Programa do XIII Governo que está agora em apreciação, pretende modificar as políticas seguidas e corrigir os erros, num processo muito mais dialogante quer neste Parlamento quer com a sociedade açoriana e as suas instituições, interpretando a mensagem eleitoral recebida no passado 25 de outubro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

É com a legitimidade dos acordos políticos firmados em diálogo democrático e plural que apresentamos este programa que não só consubstancia os compromissos eleitorais, mas também pretende melhorar de forma significativa a vida dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: É necessário retomar o crescimento económico e a convergência com o país e a UE.

Os Açores apresentam hoje um PIB per capita, expressão da nossa atividade económica, cerca de 30 pontos percentuais abaixo da média da UE. Este era, aliás, o mesmo valor há vinte anos pelo que não convergimos com a Europa, acompanhámo-la, mas sempre bem atrás.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: É necessário retomar o processo de convergência. Nos últimos anos, outras regiões e países aproveitaram mais eficazmente a integração na UE e os significativos apoios recebidos. Enquanto os Açores cresciam à média da UE, países como a Letónia, Lituânia ou a Roménia convergiram mais de 10 pontos percentuais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos de fazer mais e, sobretudo, fazer diferente e melhor. Temos de atingir um crescimento económico superior à média Europeia, aproveitando os vultuosos Fundos Europeus para o próximo período 2021/2027 que estarão em vigor a partir do segundo semestre do próximo ano. Modernizar a sociedade e a economia, sermos mais competitivos e eficazes, num quadro estável e sustentável, contar com a iniciativa privada e com um setor público regulador que não asfixie a sociedade, mas que contribua para o desenvolvimento e a diminuição das desigualdades é o nosso objetivo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O desafio para os primeiros meses de 2021, ainda no período da pandemia, é o de manter as empresas, a capacidade produtiva e o emprego.

Esta transição far-se-á com reforço e adaptação dos programas de apoio definidos de forma dialogada, tal como já aconteceu na semana passada com as três câmaras do comércio. De facto, setores chave da nossa economia, em especial o setor do Turismo que tanto têm contribuído para o crescimento e o

emprego, viram-se confrontados com quebras de atividade inimagináveis. É um quadro difícil, mas temporário, e é nestes momentos que temos de encontrar a coragem e os meios para agirmos em conjunto, ultrapassando um desafio que toca a todos. Confiamos numa retoma próxima, consubstanciada pelos avanços na vacinação e há já sinais muito positivos nos sistemas de reservas a nível mundial para o segundo semestre de 2021.

Mas também vai ser necessário enfrentar os problemas financeiros da SATA e o imperativo da sua profunda reestruturação.

Na passada sexta-feira, a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia comunicou-nos, por teleconferência, que os aumentos de capital, no valor aproximado de 73 milhões de euros, realizados pelo anterior governo, de 2017 a 2020, constituem ajudas públicas ilegais porque não obtiveram aprovação prévia de Bruxelas, pelo que a SATA tem que devolver à Região aquele elevadíssimo montante e esta devolução tem que ser feita antes de qualquer negociação sobre a urgente reestruturação.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Na passada 6ª feira a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia comunicou-nos por teleconferência que os aumentos de capital no valor aproximado de 73 milhões de euros, realizados pelo anterior Governo, de 2017 a 2020, constituem ajudas públicas ilegais, porque não obtiveram aprovação prévia de Bruxelas. Pelo que a SATA tem de devolver aquele elevadíssimo montante. E esta devolução tem que ser feita antes de qualquer negociação sobre a urgente reestruturação.

Esta decisão culmina o processo de investigação iniciado em agosto deste ano.

A SATA, que emprega 1400 pessoas, enfrenta sérias dificuldades desde, pelo menos, 2013, com substanciais prejuízos anuais e a sua dívida, em 2019, de 464 milhões de euros, excede largamente os ativos no valor de 234 milhões de euros, estando a empresa insolvente.

Teria sido democraticamente essencial conhecer a decisão de Bruxelas antes das eleições de 25 de outubro...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: ... para que esta situação, decorrente de errados atos políticos e de gestão praticados no passado, tivessem sido democraticamente julgados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD):

O Orador: Fica, todavia, expreso neste Parlamento a veemente censura à forma como a empresa foi gerida nos últimos anos...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

...com incompetência, imprudência, insensatez, numa palavra, irresponsabilidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Será também necessário reformar o SPER com extinção da Azorina, SDEA e Sinaga e reestruturação das restantes.

O Sector Público Empresarial Regional deve ser isso mesmo, empresarial, o que não é o caso das empresas mencionadas, e ter por objeto atividades de serviço público que não sejam de concorrência desleal com a iniciativa privada.

A sua gestão deve ser profissional, despartidarizada e suportada em contratos de gestão celebrados com a tutela.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Projetando esta visão num sentido mais amplo, são estes também os princípios que reservamos para uma nova Administração Pública que se quer mais confiável, isenta, justa e meritocrática, delimitada à operacionalização das responsabilidades do Governo, num serviço de proximidade e em melhoria contínua. Para tal, vamos trabalhar com os quadros da Administração Pública, promovendo a formação e qualificação profissional, reconhecendo a competência e o talento. Já existe trabalho feito nesse sentido, nomeadamente pela Estrutura de Missão de Modernização e Reforma da Administração Pública, que será avaliado e aproveitado. Este trabalho será transversal, reduzindo os cargos políticos e de nomeação, dando prioridade a novos métodos de avaliação com real impacto na progressão profissional. Adotaremos o princípio da competência no recrutamento e seleção, instituindo a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública Regional dos Açores...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

... a par de um acompanhamento atempado das necessidades de recursos humanos. Aumentaremos a mobilidade interna, realocando recursos onde eles são mais necessários, nomeadamente na Saúde e na Educação. Vamos também racionalizar os serviços da Administração Pública, mediante um amplo processo de simplificação e desburocratização, tornando os processos mais céleres e transparentes aos cidadãos e promovendo um ambiente acolhedor aos investidores. Essa transparência será a pedra basilar do escrutínio público fruto

do envolvimento dos cidadãos no seio da governação e da Administração Pública.

Promoveremos uma reforma fiscal até ao máximo da Lei de Finanças Regionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta reforma permitirá um novo fôlego a todos: cidadãos, empresas, famílias e funcionários públicos, mas não nos ficaremos por aqui. Importa devolver aos Açorianos a capacidade de decidirem e isso passa também por uma reforma fiscal, que mantenha nas empresas e famílias mais recursos, para que estes os utilizem eficazmente na geração de mais riqueza. Assim, e cumprindo o compromisso eleitoral dos partidos que compõem este Governo, bem como dos partidos que o apoiam, reduziremos até ao máximo legal o IVA, o IRS e o IRC, mantendo o equilíbrio e sustentabilidade das contas públicas através da racionalização de recursos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Neste percurso contaremos também com um reforço dos meios das unidades inspetivas regionais, assim como de uma nova estrutura destinada à prevenção e combate à corrupção que funcionará na Inspeção Administrativa e da transparência.

O Serviço Regional de Estatística será potenciado e valorizado e a sua reestruturação visará dar-lhe a independência do poder político.

Deputada Sandra Faria (PS): Olhe que não!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Termino com uma alusão a Ricardo III de Shakespeare na senda do saudoso André Bradford – a quem presto também a minha homenagem - deputado e líder da bancada da maioria que fez o mesmo citando Romeu e Julieta na discussão do programa do Governo anterior: A governação do partido socialista em maioria absoluta tornou-se o “inverno do nosso descontentamento”; a composição desta Assembleia e a aprovação do programa deste Governo são o verão da nossa esperança.

Tudo faremos, como Governo, para a concretizar.

Disse.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

No contexto de uma crise pandémica sem precedentes e cito do programa do Governo “consequências profundas e gravosas na nossa sociedade e, em especial na economia”, o programa financeiro do Governo baseia-se em três objetivos concretos, tal com estão escritos: “pagar o que se deve; não gastar mais do que se tem; estabelecer prioridades”.

Com uma dívida de 3 mil milhões de euros – pelo menos foi essa a previsão que foi feita durante a campanha - com várias empresas em falência, em especial no sector do Turismo que é transversal a outros sectores que fazem mover a economia, gostaríamos de perguntar ao Sr. Secretário como pretende articular medidas concretas que, apesar de muito bem vindas na visão do PAN, são difíceis de aplicar neste contexto sem maiores constrangimentos para o próprio tecido social, empresarial e não são uma mais valia para inverter imediatamente este contexto de endividamento e de crise profunda, uma vez que implicam uma clara quebra na receita fiscal: são elas, a redução máxima do legalmente admitido das taxas nacionais de IVA e IRC e para as famílias, a redução máxima da taxa de IRS nos escalões ainda excluídos – acho que não há nenhum partido que não queira isso.

No que diz respeito ao IRC e IVA, permite um alívio fiscal das empresas e pode aumentar a competitividade e atrair novos investimentos empresariais, mas não a curto prazo; isto porque apenas possibilita um alívio fiscal imediato, até porque em Portugal e nos Açores há falta de mão de obra qualificada para o investimento privado”, tal como foi também afirmado no vosso Programa.

Em relação à redução do IRS dos privados, se é certo que aumenta o rendimento disponível das famílias, a nosso ver, não tem um impacto, como seria desejável, na economia local, pois os Açores não são auto suficientes na produção e na transação de bens de elevado valor acrescentado, tal como admitido pelo próprio Governo que deseja implementar políticas que visam a soberania regional. O que pode decorrer desta medida, é uma maior capacidade

económica dos consumidores que acabarão por comprar bens nos mercados externos.

Em suma, Sr. Secretário, como pretende ter receita fiscal para reduzir o nosso passivo de 3 mil milhões de euros (pagar o que se deve), tendo em conta as circunstâncias atuais com um comércio demasiado tímido na faturação devido aos constrangimentos pandémicos?

Segunda pergunta, em relação ao plano de recuperação e resiliência, ou a chamada *bazuca* ou a mais correta, *next generation EU*, questionamos o Sr. Secretário:

- Como pode o pacote da União Europeia mais importante que já tivemos na Região ser replicado com base no plano nacional e não atender às idiossincrasias do arquipélago? Sendo esse o caso, pergunto ao Sr. Secretário onde está a dotação total prevista para cada rúbrica como existe no plano nacional?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar todos os membros desta Câmara, nesta nova Legislatura, em especial o Sr. Presidente do Governo, pelo início do seu mandato. Mas, também, permitam-me que comece por saudar o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública pela sua nomeação e por voltar a uma pasta que tão bem conhece, desde o tempo do Dr. Mota Amaral.

Desejo-lhe, honestamente, as maiores felicidades na gestão da Coisa Pública.

Permita-me que lhe diga que os seus sucessos são inevitavelmente os sucessos dos Açores. E para o Partido Socialista, os sucessos dos Açores não têm cor política.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Ainda bem!

O Orador: Não têm sabor amargo, nem prejudicam a oposição.

O sucesso dos Açores é uma vitória para todos nós, representantes do Povo Açoriano.

Deputado José Gabriel Eduardo (*PS*): Muito bem!

O Orador: Da mesma forma, Sras. e Srs. Membros do Governo, que o vosso insucesso, os vossos erros e omissões, não significarão para nós nunca, motivo de regozijo ou razão para crítica saciada.

Para o Partido Socialista, o maior partido desta Câmara, o maior partido dos Açores e o maior destinatário do voto do Povo Açoriano expresso em sufrágio universal, cabe e caberá, a responsabilidade superior de fiscalizar, corrigir e propor, duma forma construtiva, políticas que melhorem a vida dos açorianos e das açorianas.

O Povo Açoriano sabe que pode contar com o Partido Socialista no passado. E sabe também agora que, nestes momentos difíceis, pode contar – acima de tudo – com o nosso trabalho e com a nossa responsabilidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Apresentaram-se V. Exas. legitimamente a esta Assembleia, de forma surpreendente e algo inopinada para os açorianos, em modo de *engenhoca desengonçada*, com um programa acertado...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Mas... e o problema da SATA?

O Orador: ...apressado, comum – é certo - mas de base rúptil e fragmentada. Fácil na proclamação do verbo, mas difícil no discernimento das medidas propostas.

Neste sentido, o Partido Socialista, nomeadamente em relação às perguntas e às questões que aqui colocou, tem dúvidas e gostava de ter esclarecimentos da parte de V. Ex^a., Sr. Secretário.

Em primeiro lugar, veio aqui dizer e colocar a questão de que o Partido Socialista deveria ter avançado antes das eleições, uma decisão que lhe foi comunicada na 6^a feira e que, pelos vistos, é do desconhecimento do Governo da República. Bom, se só foi comunicada na 6^a feira, naturalmente não poderia ter sido comunicada antes das eleições.

Para mais, Sr. Secretário, nós gostaríamos naturalmente de ver ou de ter cópia desta mesma decisão. Para saber se a decisão da Direção Geral da Concorrência é definitiva ou se poderá ser contestada pelo Governo Regional, à semelhança do que fizeram vários governos em toda a Europa. Chamo à atenção, por exemplo, o que foi dito pelo ministro francês que colocou a questão das companhias aéreas como uma questão de soberania de cada país.

Deputado Bruno Belo (PSD): A gente quando pedia essas coisas o Governo não dava!

O Orador: Também gostava de saber, Sr. Secretário, se essas questões que referiu relativas à devolução de supostas ajudas de estado ou se o aumento de capitais da SATA, são apenas para ser realizados de um momento para outro ou poderão ser realizados, por exemplo, no âmbito do plano de reestruturação da companhia aérea?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até parece que estavam a adivinhar!

O Orador: Portanto, são matérias que para o Partido Socialista merecem esclarecimento da sua parte e não mais do que algumas acusações, ou uso desta informação, para acusação ao PS.

Mas permita-me que também lhe questione sobre outras medidas, nomeadamente no que diz respeito à reforma fiscal. Não lhe falo apenas do inédito de termos uma política económica de baixar impostos em tempos de

crise. Em tempos de crise como esta. Aliás, eu não conheço muitos países na União Europeia, ou até a nível mundial, que estejam a baixar impostos. Estão a ter, sobretudo, políticas monetárias, políticas de aumento da massa monetária. Mas, nomeadamente aquilo que os senhores vêm aqui propor em termos de redução fiscal, é retirar meios ao estado, no meio duma crise sem precedente, em que é necessário acudir às empresas que deixaram de ter lucros; de atender aos cidadãos que, tendo emprego, baixaram os seus rendimentos e pouco às vezes têm para poder sustentar as suas famílias e para socorrer muitos que deixaram efetivamente de ter emprego.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é política orçamental!

O Orador: Por isso, Sr. Secretário, permita-me que lhe coloque também a seguinte questão: o Sr. Secretário anunciou aqui no Programa do Governo, uma redução de IRS e de IVA até ao limite do diferencial fiscal legalmente permitido; mas aquilo que foi dito é que seria contemplada essa possibilidade – corrija-me se estiver a citar mal o Sr. Presidente – no próximo Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

A pergunta que lhe coloco é se esse diferencial fiscal, ou seja, “ir até ao limite do diferencial fiscal”, será realizado na totalidade no próximo Orçamento da RAA? Porque isto é parte da base que sustenta esta solução parlamentar, porque há um acordo feito com a Iniciativa Liberal que diz exatamente isto “ir até ao limite do diferencial fiscal no próximo Orçamento da RAA”, ou seja, no ano de 2021.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor já devia ter estudado isso!

O Orador: Por último, Sr. Secretário, pergunto-lhe como é que V. Ex^a. e o seu Governo vão explicar aos açorianos que, no meio da maior crise de saúde pública e económica desde a 2^a Guerra Mundial, a redução fiscal que preconizam, aumenta em zero euros o rendimento de alguém que está desempregado?

Como é que V. Exas. vão explicar que a redução fiscal que apresentam aqui, beneficia em zero euros as empresas que não têm lucros?

Como é que os Srs. Membros do Governo e os partidos que o sustentam vão explicar que as medidas que aqui propõem aumentam em zero euros o rendimento do trabalho de alguém que ganha o salário mínimo?

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é uma coisa demasiado séria para o senhor estar a brincar!

O Orador: Como é que os Senhores vão aqui explicar que numa altura em que o estado precisa de meios, precisa de capacidade para ajudar as empresas, vão aumentar em cerca de 6 euros por mês, o rendimento líquido de alguém que ganha 1000 euros? Enquanto que aumentam, por exemplo, o rendimento de um deputado desta Casa em cerca de 1600 euros/ano com a vossa redução fiscal?

Na prática, a vossa redução fiscal é uma espécie de... *Robin dos Bosques* ao contrário!

Retira recursos aos que menos têm, ou seja, à capacidade do estado para ajudar, para dar àqueles que têm mais rendimentos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A vossa proposta, na prática, beneficia um em cada 10 açorianos. E esse um que é beneficiado pertence aos que têm mais rendimentos.

Deputado Bruno Belo (PSD): Afinal há gente que não concorda com a redução fiscal!

O Orador: Com isso, não poderá contar com o Partido Socialista, porque os recursos dos açorianos devem ser utilizados efetivamente com quem mais precisa!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para usar da palavra para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional, a quem saúdo:

Este Governo enfrenta de facto uma enorme crise, causada pela pandemia e os seus efeitos exigem, como é óbvio, uma forte intervenção do estado na economia, aliás como tem acontecido no País, nos Açores e em todo o mundo.

É preciso de facto apoiar a economia, para que ela não seja destruída e para que se mantenha o emprego.

É preciso apoiar as pessoas mediante apoios sociais e é preciso garantir serviços públicos que respondam às necessidades de cada um.

É preciso resolver problemas da nossa Região – alguns deles específicos – como aquele por que passa a SATA.

E, naturalmente, como sempre, os recursos públicos são escassos.

Neste contexto, com a enorme exigência que temos pela nossa frente, os recursos públicos são ainda mais escassos.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Secretário, que este Programa de Governo apresenta, na área económica e não só, objetivos que são absolutamente contraditórios entre si.

Pretende o Governo – e passo a citar – “não gastar mais do que se tem”; traduzido *por miúdos*, esta afirmação quer dizer que vivemos acima das nossas possibilidades.

Onde é que já nós ouvimos isto...?

Deputado Bruno Belo (PSD): Significa que não é para fazer dívida!

O Orador: Quer ao mesmo tempo reduzir a dívida pública?
Quer ao mesmo tempo reduzir impostos e preços das passagens aéreas.

Sr. Secretário, se não é à dívida que vai buscar os recursos para baixar impostos, reduzir os preços das passagens, socorrer a economia, o emprego e as pessoas, tudo ao mesmo tempo, então onde é que vai buscar os recursos?

Por outras palavras, aquilo que apetece perguntar é onde é que vai cortar?

Naquela tribuna o Sr. Secretário referiu que iria racionalizar serviços. Isso recorda-me um discurso que já ouvimos no passado das *gorduras do estado*.

Sr. Secretário, o discurso das *gorduras do estado* nós já sabemos aonde é que vai, porque tivemos 4 anos dele e de muito má memória.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Má memória é a vossa com certeza.

O Orador: A questão que lhe coloco, portanto, é onde é que vai buscar os recursos para responder ao momento atual?

No que diz respeito ao setor público empresarial, já tinha uma questão preparada para a qual já obtive a resposta, relativamente às empresas a extinguir ou a internalizar. E da parte do Bloco de Esquerda, como há muito que defendemos, há empresas que de facto neste setor podem e devem ser internalizadas, porque o seu objeto pode e deve ser realizado muitas vezes pela própria Administração Pública.

No entanto, o Programa do Governo também fala em alienar participações. Por isso, o que pergunto é que participações são essas que o Governo pretende alienar? Se está a falar do que resta da participação pública da EDA; ou se pretende concessionar os portos, sendo que estas áreas são essenciais e estratégicas para a Região; podendo algumas delas - potencialmente no caso da EDA - ser rentáveis, se isso será a velha política de entregar rendas garantidas a setores económicos regionais ou outros?

Este é um caminho que nós já conhecemos e que têm resultados que são de má memória e que ainda hoje sofremos os resultados. Basta lembrar o caso dos CTT, uma privatização dum setor essencial e estratégico do País que, ainda hoje, sofremos as consequências.

Finalmente, o Sr. Secretário trouxe-nos uma má notícia e deixou cair aqui esta decisão – esperemos ter mais alguma informação sobre ela – da DGCOM relativamente à SATA.

Trouxe-nos uma má notícia e críticas ao Governo anterior – algumas delas justas – mas não ouvi uma palavra de defesa e de contestação desta decisão que, para nós, é um ataque da Comissão Europeia e da DGCOM ao serviço público de transporte aéreo numa Região que, sem ele, não pode sobreviver.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E o Governo não pode deixar-se ficar com este ataque da Comissão Europeia à companhia aérea de transportes dos Açores.

A pergunta que faço é: o que é vai fazer o Governo relativamente a esta decisão? Se vai se deixar ficar ou se vai lutar pelos Açores e pela SATA? E qual o plano que o Governo tem para a SATA?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Da parte do Bloco de Esquerda, estaremos sempre do lado da defesa do serviço público, da defesa da SATA e não aceitamos a decisão da Comissão Europeia de achar que uma região não pode injetar dinheiro naquilo que é seu, na sua empresa!

Este conceito ideológico da Comissão Europeia não pode ser aceite por este ou por qualquer outro Governo nacional!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Há perguntas que estão repetidas e às quais vou procurar responder e enquadrar. Relativamente à questão das dificuldades a ultrapassar a pandemia e iniciar um novo ciclo económico, quero pôr logo de uma forma clara que este programa de Governo é para realizar em 4 anos. E, portanto, não podemos projetar em 6 meses, que vão ser excecionais com medidas para o emprego, para as empresas, com uma atenção redobrada sobre as fragilidades que a própria pandemia introduziu.

Há, felizmente, perspetivas positivas, seja em relação ao Plano de Recuperação e Resiliência que será um instrumento fundamental no relançamento da economia e na construção da normalidade – são mais de 3 mil milhões de euros – e há de facto uma economia que temos de animar, motivar e ter os sistemas de incentivo que a façam crescer através do setor privado e, como é óbvio, com muito apoio do setor público.

O Orador: Portanto, a primeira questão que gostava de separar, quando se põe o problema da quadratura do círculo, é que há de facto 2 períodos. E os planos e orçamentos do Governo vão refletir isso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Deputado Nuno Barata está a ouvir?

Deputado Nuno Barata (IL): Eu? Os açorianos é que vão avaliar!

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

O Orador: Isso de rir... faz-me lembrar a anedota brasileira “porque é que a hiena ri?”. É que nós não estamos numa situação que nos faça rir! Esta situação é muito grave.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e do Governo Regional)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó senhor eu não me estou a rir para si!

O Orador: A reforma fiscal não terá efeito em 2021, como se sabe. Ela vai refletir, já com os seus efeitos, no primeiro Plano e Orçamento que vamos apresentar e que está de acordo com os compromissos que assumimos, o seu custo para um ano inteiro – e o primeiro efeito fiscal vai-se verificar em 2022 – e terá uma expressão parcial, porque a entrada em vigor faz-se com a entrada em vigor do Plano e Orçamento.

Depois sobre um ano inteiro, o cálculo que está, é uma medida que custa 50 milhões de euros – foi calculada pelos Serviços. Ou seja, são 32 milhões de euros para o IVA; 5,2 milhões para o IRC; e 13,4 para o IRS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto é que é informação transparente!

O Orador: Relativamente ao acomodar, é evidente que estamos a partir de uma maneira de governar diferente.

O período anterior tinha uma determinada formulação e um formato que foi, aliás, sucessivamente repetido, tendo vindo obtido resultados insuficientes. E nós faremos tudo para não ter esses resultados insuficientes. Mas se os tivéssemos, pagaríamos por isso nas eleições. Não há outra maneira. E os senhores pagaram nas eleições a falta de resultados.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores ganharam?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e do Governo Regional)

O Orador: E por isso eu diria, Srs., Deputados, que nós ainda estamos numa posição em que não estamos a prestar contas. Nós estamos a anunciar o que vamos fazer. E é sobre isso que estamos aqui a discutir. Talvez até quem tivesse que prestar contas aqui eram os senhores, por exemplo, sobre isto que eu apresentei; justificar, mais do que perguntar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e do Governo Regional)

Relativamente à SATA, e vou passar à questão, o mal está feito!

Talvez valha *lavar as mãos*, como Lady Macbeth, mas o sangue não saía e ela lavava... só para o Covid! Lavar as mãos é a única coisa, porque o mal está de facto feito!

E porque é que está feito? Porquê esta decisão? – já vou às datas.

Esta decisão da devolução...

Deputado Francisco César (PS): Mas há uma decisão?

O Orador: Há uma decisão da devolução.

Deputado Francisco César (PS): Está formalizada?

O Orador: A devolução tem que ser prévia à reestruturação.

A devolução, dentro da reestruturação, foi liminarmente rejeitada, porque viola as leis de Bruxelas.

Ó Sr. Deputado, não abane com a cabeça, porque a comunicação foi feita por duas vezes – já agora, por causa das datas, que é uma questão importante por causa da lealdade política...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e do Governo Regional)

O Orador: A comunicação de Bruxelas foi feita em dois tempos; tinha sido feita num primeiro ensaio, uma semana antes – em meados de novembro, numa 6ª feira – e uma semana depois e que foi esta que eu comuniquei aqui na Assembleia.

Portanto, procuraram-nos, a decisão foi transmitida com muita clareza, de uma forma que permitisse construir uma solução que não arrastasse a falência da empresa, porque o que está aqui em causa, como sabem, é o seguinte: se a Comissão Europeia nos comunicasse como comunicou à companhia da Estónia ou outra, para devolver em 18 dias e não permitisse a construção de uma solução, a empresa já nem levantava.

O problema aqui é que a empresa SATA presta serviços essenciais numa Região ultraperiférica. Portanto, a situação é duma gravidade extrema, Sr. Deputado!

Que soluções é que há?

De facto, nós já temos 3 soluções a propor relativamente à devolução. Não são fáceis, nada disto é fácil nem nada disto é adquirido.

Portanto, quando me dizem “e já contestou?”, é preciso de facto ter capital de negociação a seguir para a reestruturação, que é outro processo ainda mais duro do que o processo da devolução. O da devolução é uma questão de aceitação. Ou seja, que maneira possível é que nós encontraremos para fazer essa devolução.

Voltando e sendo mais breve, é nesta perspetiva que quis trazer aqui um rumo que passa, no fundo, por uma primeira fase em que os princípios que estão aqui não se traduzem no equilibrar as contas no 1º semestre do próximo ano, mas faremos tudo para construir ao longo de 4 anos uma situação bem mais equilibrada do que aquela que recebemos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e do Governo Regional)

Deputado Francisco César (PS): E os impostos?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Os impostos? Já respondi!

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção cumprimento a Mesa e também desejo as maiores felicidades ao Governo.

Esta intervenção, neste momento, será pontual.

Na última Legislatura tivemos vários momentos relativamente a alterações e reduções fiscais e convinha recordar o que se passou ao longo de 4 anos e aquilo que tem sido a postura e – na minha opinião – a incoerência do Partido Socialista.

Logo no início da Legislatura, o PSD apresentou uma proposta de aumento do diferencial fiscal do IVA para a taxa máxima (30% da taxa normal), que foi inviabilizada pelo Governo.

Sucessivamente, ao longo dos Orçamentos de 2018 e 2019, repetimos esta proposta e repetimos propostas relativas ao IRC.

A questão que aqui se levanta é a de tentar avaliar aquilo que é a coerência dum governo que, só nesta Legislatura, entre 2016 e 2019, passou a cobrança de receitas fiscais de 612 milhões de euros para 698 milhões de euros, ou seja, arrecadou desde o início até ao final de 2019, mais de 86 milhões de euros.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: Importa também perceber o que dizia o então Presidente do Governo Vasco Cordeiro e o Vice-Presidente Sérgio Ávila, quando o Governo de Passos Coelho baixou o diferencial fiscal para 20%.

Deputado Francisco César (PS): Mas nós já repusemos! Pelo amor de Deus!

O Orador: Tenho que tirar algum tempo para recordar o que disse o Sr. Vasco Cordeiro, Presidente do Governo na altura – e cito:

“Na verdade, consideramos particularmente no caso do aumento do imposto sobre o consumo IVA, que isso irá implicar um acréscimo dos custos de aquisição de bens e serviços na Região e, assim, penalizar o consumo e reduzir, por essa via, a atividade económica. Dito de outra forma, esta medida terá impactos na redução do rendimento disponível das famílias, na retração da procura interna e na diminuição da rentabilidade das empresas. Como temos sempre dito” – e continuo a citar – “é na reativação do poder de compra das famílias açorianas que reside uma parte essencial para a retoma e reanimação das empresas açorianas e para a recuperação da economia regional”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: E disse o Sr. Vice-Presidente em janeiro de 2013 o seguinte, também na sequência da decisão do Governo da República de então:

“Conforme é sabido, o Governo dos Açores sempre se bateu pela manutenção da possibilidade de termos taxas de impostos de IRS, IRC e IVA com um diferencial máximo de menos de 30%. Assim não entendeu a maioria PSD/CDS na Assembleia da República que, pela sua vontade, impôs o aumento de impostos aos Açores”. E continuou dizendo:

“É uma luta de que o Governo não desiste, tendo em conta que a decisão final está nas mãos dos Deputados à Assembleia da República”.

O problema é que o Governo Regional desistiu, ficou com os impostos e chumbou as iniciativas do PSD com a aplicação do diferencial fiscal.

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Eu fiz-lhe 2 perguntas, sendo que à 2ª pergunta o Sr. não respondeu.

Relativamente às rubricas, existe dotação para cada uma, relativamente ao *next generation*? Sim ou não?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu peço desculpa, mas o Sr. deve ter percebido mal o meu riso em aparte, que não era para si, mas sim para o Sr. Deputado Nuno Barata.

Em segundo lugar, gostava de dizer-lhe que não sei como é que era no tempo em que o Sr. já se sentava aí desse lado, porque eu ainda andava na escola, quando o Sr. já tinha assumido essas funções.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Não era mau!

O Orador: Mas gostava de lhe dizer o seguinte: aqui dentro – pelo menos foi assim que eu tentei fazer nos governos a que presidi – quem presta contas é o Governo ao Parlamento. Não são os Deputados ao Governo.

E em terceiro lugar, gostava de lhe pedir, usufruindo duma faculdade que o Regimento desta Casa me garante enquanto deputado de fazer um

requerimento, para o Sr. fazer chegar à Mesa uma cópia da decisão que lhe foi notificada na passada 6ª feira.

Porque, democraticamente também, seria de longe mais interessante que há uma semana e meia atrás o Sr. Secretário tivesse dado conta desta decisão, ou proposta de decisão, relativamente ao assunto da SATA e não tivesse cedido à tentação de guardar aquilo que, na sua visão, é talvez um *entalanço* para este Governo, para anunciá-lo daquela tribuna.

A pergunta que o Sr. Deputado António Lima fez sobre qual é a posição deste Governo em relação a essa decisão, é uma pergunta que precisa de resposta!

Mas para que nós próprios, nesta Assembleia, possamos fazer a análise desta decisão, e tomemos uma posição sobre ela, precisamos conhecê-la.

É por isso que eu aguardo, Sr. Secretário Regional, para ter uma cópia da decisão que foi notificada ao Governo Regional.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. está em condições de fazer chegar a cópia dessa decisão à Presidência da Mesa para que, ainda durante este Plenário, possamos voltar a este assunto?

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado (PSD): É notável, para quem 60 dias não dava para responder aos requerimentos, exija agora cópia da decisão!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quem reclamava nessa altura não pode agora ter o mesmo comportamento!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Mesa continue a conduzir os trabalhos.

Neste momento, a Mesa não tem pedidos de intervenções...

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro: É incrível que faça uma intervenção com esse tipo de arrogância neste Plenário.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, CH e do Governo Regional)

O Sr. Deputado que não respondeu aos requerimentos sobre esta matéria! A quem se pediu a cópia do Plano de Negócios da atual Administração e da anterior e o senhor que não entregou, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, CH e do Governo Regional)

Desrespeitando o Regimento, desrespeitando a lei que o obrigava a entregar aqui cópia ao deputado que o solicitou, que nesse caso fui eu, desse processo, e pela voz do antigo Secretário e atual Deputado Berto Messias recusou e veio aqui dizer: - “o Governo optou por não responder”!

E o senhor quer que lhe seja entregue hoje uma documentação, quando o senhor no seu tempo não o fez?! Tendo mais de 60 dias, 3 e 4 meses e não respondeu?!!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, CH e do Governo Regional)

E já agora, *a talho de foice*, também lhe quero dizer o seguinte:

Fui informado que no âmbito do processo, consta um ofício com a sigla do PPM que, alegadamente, terá sido alegadamente enviado para a União Europeia, sem assinatura, sem data.

Eu quero dizer-lhe que em relação a esse assunto, fica já informado e toda a Câmara que esse documento não teve origem no PPM; que nós desconhecíamos que tivesse sido remetido um documento desse tipo e, mais que isso, que vou entregar este assunto à Polícia Judiciária para que veja quem é que tentou encontrar aqui um bode expiatório em relação a esta matéria!!

(Aplausos das bancadas da coligação)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu acho que faz muito bem!

O Orador: Para que se veja quem é que tentou encontrar um bode expiatório em relação a esta matéria, que é para que todo o Povo Açoriano veja até que ponto são construídas encenações e se tenta retirar responsabilidades que são próprias! Neste caso, Sr. Presidente, são suas!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está a acusar-me de alguma coisa?!

O Orador: Estou a acusá-lo de má gestão na SATA!!

De ter provocado esta má gestão na Sata!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Esse documento o que é?

O Orador: Está a perguntar-me se eu estou a responder-lhe!

Estou a acusá-lo de ter provocado o prejuízo tremendo e a falência da SATA!!

É esta a acusação!!

(Aplausos das bancadas da coligação)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor está a acusar-me em relação a esse suposto documento!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é preciso não ter um pingão de consciência política para fazer aquilo que V. Ex^a. aqui fez. Tentar absolutamente mascarar toda a que foi a atuação deste Governo Regional na má gestão da SATA.

Neste plenário foi solicitado por várias vezes que explicasse aos partidos da oposição qual era a atuação do Governo Regional na SATA.

O PSD fez uma conferência a 28 de agosto, pedindo esclarecimentos sobre as ajudas que tinham sido feitas à SATA.

Nós tivemos sempre o cuidado de nos disponibilizarmos para fazer parte da solução, inclusivamente o PSD mostrou toda a sua disponibilidade, através do seu Presidente, a seguir a um encontro que teve com o conselho de administração da SATA, para se juntar ao Governo Regional de então e fazer uma defesa no que diz respeito aos interesses dos Açores e do Grupo SATA.

E agora vir aqui, com a arrogância que caracterizou estes 20 anos de governação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Senhor vai beber esse copo de água até ao fim! Vai beber esse copo de água até ao fim!

(Aplausos das bancadas da coligação)

Vir aqui... custa?! Eu sei que custa!

Habitue-se! Tem que se habituar, Sr. Presidente... Sr. Deputado – veja lá que eu ainda não me habituei a chamá-lo de deputado!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E eu é que sou arrogante?!

O Orador: Ao beber esse copo de água até ao fim, o Sr. vai ter agora que ouvir aquilo que muitas vezes estes partidos que estiveram na oposição estes anos alertaram. Para o diálogo, para a concertação e que só receberam da vossa parte silêncio, mais nada!

Deputado José Contente (PS): A vossa genética é essa!

O orador: E nós, inclusivamente avisámos que estavam em causa a reposição de ajudas de estado ilegais, que poderiam ser consideradas ilegais. E V. Exas. do alto da vossa irresponsabilidade na gestão da SATA, fizeram *orelhas de mercador*.

Pois aqui está a resposta trazida pelo Sr. Secretário das Finanças, invocando efetivamente aquilo que aconteceu. E são 73 milhões de euros, não são 1600 euros – Sr. Deputado Francisco César.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: São 73 milhões de euros de devolução de ajudas de estado consideradas ilegais!

(Aplausos das bancadas da coligação)

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, na conferência de imprensa que realizei em 28 de agosto de 2020 eu disse que se essas ajudas de Estado fossem consideradas ilegais, V. Exa. tinha a obrigação de se demitir da Presidência do Governo. Felizmente não tenho que exigir esse pedido de demissão, porque o povo dos Açores demitiu-o.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas da coligação)

Deputado José Contente (PS): Agora já percebemos o que é humildade!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não obstante termos durante muitos anos contado com a generosidade da União Europeia;

Não obstante de termos contado, ao longo de todos esses anos, com os apoios, com as ajudas e com as transferências do Orçamento Geral do Estado;

Não obstante de termos uma carga elevadíssima para uma região pobre como a nossa;

Não obstante de termos uma companhia aérea numa situação vergonhosa, lastimosa e difícil;

Temos às costas de cada açoriano, e segundo as minhas contas, 12 mil euros; 12 mil euros de dívidas deixadas por 24 anos de governação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Olha, os merceeiros sabem bem fazer contas!

O Orador: Doze mil euros, Sr. Deputado! Doze mil euros, deve cada açoriano, seja pobre ou não pobre, ou rico; 12 mil euros, deve cada açoriano seja jovem ou menos jovem. E agora anda alguém aqui nesta Casa a falar de Robin dos Bosques.

Caros senhores, tenham responsabilidade, tenham a humildade de perceberem a que é que chegámos; à situação vergonhosa e lastimosa de termos de estar aqui a ter que respeitar decisões da União Europeia sobre decisões mal tomadas, de decisões que nem sequer foram legais sob as leis europeias e agora temos aqui um problema incontornável com a nossa companhia aérea.

Caro Sr. Deputado, “Robin dos Bosques”,

pelas suas contas, terá toda a oportunidade de restituir aos Açorianos os ditos 1600 euros que o Senhor acha que irá receber com esse diferencial fiscal - o Senhor, e qualquer um nesta Casa.

Da nossa parte, da minha parte individual, não hesitarei em restituir ao bolso dos Açorianos aquele valor que eventualmente for considerado a mais e que for transferido para a minha algibeira.

Estou em crer que não estou a falar só de forma individual. Que haverá mais pessoas aqui nesta sala, do meu partido e de outros partidos, que honestamente e em consciência, farão o possível por não honrar mais a vida a este nobre e sério Povo Açoriano!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da coligação e do Governo Regional)

Deputado Francisco César (PS): Então vote contra!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Também é um esclarecimento ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Eu tive o cuidado de explicar que nos foi comunicado em teleconferência, por duas vezes, como se se tratasse de uma audiência prévia. Porque, como calcula...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Então se é uma audiência prévia não é uma decisão!

O Orador: Repare, a situação... Sr. Deputado oiça até ao fim. E depois também gostava de lhe dizer uma coisa sobre a postura, como achou por bem criticar a minha, a vida é cheia de reciprocidades.

Relativamente à situação grave, a comunicação feita por teleconferência, por intermédio dos canais diplomáticos portugueses, portanto isto não é uma conversa pessoal, é uma conversa articulada pela REPER, com a DGCOM, DG16, e com a presença do Governo atual da Região Autónoma, que não estava na posse dos seus poderes, porque exatamente vinha esta semana ao Parlamento aprovar o seu Programa de Governo. E é nestes termos, e para se poder construir uma solução que não ponha a companhia no chão, sem voar, portanto, uma situação de extrema gravidade, que também já estava salvaguardada na carta de agosto da União Europeia. A União Europeia, na carta de agosto, para quem a leu com atenção, percebe que a situação era já de consideração de ajudas ilegais, mas de salvaguarda dum serviço público essencial.

Por quatro vezes na carta – nas 18 páginas – fala no serviço público essencial e por sete vezes, diz que as ajudas são ilegais.

E é por isso que a comunicação vem clarificar, a nosso favor – Sr. Deputado Vasco, não é contra nós – dizendo, “ de acordo com as leis de Bruxelas, só podem renegociar, ou negociar a reestruturação, se devolverem primeiro”. E sobre isso, não há que reclamar, porque eu comecei a falar deste assunto, ainda como cidadão, em 2015, num discurso público na Câmara do Comércio.

Portanto, toda a gente que estuda um pouco estes dossiers sabe deles.

Pelos vistos, só o Governo anterior é que não sabia!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

O Orador: Relativamente à questão de entregar documentos, que não são “entregáveis”...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não existem!

O Orador: ... porque não foi essa a forma como foi feita a comunicação, a comunicação é – como lhe disse – uma comunicação formal, no sentido de Bruxelas.

Mas eu não sei do que se queixa... olhe eu tenho aqui uma carta confidencial, do dia 13 de novembro sobre esta matéria, assinada ainda pela Secretária Ana Cunha.

Confidencial em 13 de novembro, depois das eleições, e dos Senhores já não serem Governo?! Sobre esta matéria que os contribuintes é que vão pagar?!

Confidencial?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da coligação e do Governo Regional)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O que é que diz a carta?

O Orador: Está aqui senhor! Se quiser pode ler!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

Isso é que é extraordinário!

Confidencial em 13 de novembro?!

Aliás, toda esta matéria deveria ter sido tratada no domínio público, porque esta matéria não é confidencial, Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

É exatamente por tratarem muitos assuntos de forma escondida, sub-reptícia, com manipulação da informação que os Senhores acabaram por ter o insucesso que tiveram!

Muito obrigado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este é um debate sobre o programa do Governo. Não é certamente um debate sobre a situação financeira da transportadora aérea regional.

Penso que temos aqui matéria para a primeira comissão de inquérito deste Parlamento nesta legislatura.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem pensado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A situação do setor público empresarial regional é dramática – de todo o setor público empresarial regional.

Este setor foi utilizado durante alguns anos, como forma de contornar o problema da dívida, enquanto algumas delas estiveram fora do perímetro da dívida. Quando elas entraram no perímetro da dívida, deixaram já de ser um instrumento financeiro ao serviço do Governo Regional dos Açores e do seu Vice-Presidente.

Algumas das empresas do setor público empresarial regional são instrumentos fundamentais de coesão e de desenvolvimento, como é o caso da transportadora aérea regional, nomeadamente no serviço de transporte aéreo de passageiros inter-ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Transformar esse instrumento em instrumento de conquistas políticas eleitorais, foi um erro estratégico cometido no passado e que trouxe a empresa à situação que temos neste momento.

E este é que é o grande problema da utilização do SPER. Não é uma questão ideológica venezuelana “a la bloco”.

Isto é o problema que nós temos entre mãos e temos que o resolver nesta Legislatura!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Não é continuarmos a utilizar o SPER como instrumento de captação de votos e de clientelas políticas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Por fim, e como tenho pouco tempo – tenho apenas 15 minutos – para o total destes três dias de debate sobre o Programa do Governo, queria dizer nesta Câmara, claramente, que a minha convicção sobre os impostos, é precisamente a de que quando se baixa impostos, melhora-se a vida dos cidadãos e melhora-se, inclusivamente, a receita fiscal em alguns setores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Isto está provado! Está nos livros!

E quem não os leu, não sabe. Mas quem os leu sabe muito bem como é que isto se faz.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Uma das formas, senão a única forma, de acudir às empresas e às famílias, é reduzir os impostos, é fazer com que lhes pese menos no bolso, todo o fim de mês, a fatura que têm que pagar no final do ano!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo Regional)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu gostava apenas de deixar – pelo menos da minha parte – em termos de registo desta nossa troca de impressões, dois aspetos.

O primeiro: afinal há uma decisão que não tem documento.

O Senhor não pode entregar o documento dessa decisão que invocou daquela tribuna, simplesmente porque não existe documento.

O Senhor veio aqui...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Como o senhor sabe que não existe documento?!

O Orador: Dê-me licença por favor.

O Senhor veio àquela tribuna dizer: “disseram-me por vídeo conferência que as ajudas são ilegais”.

E a única coisa que eu lhe pedi, de forma a podermos clarificar em que plano é que estamos, foi uma cópia do documento.

Esse documento não existe. E, pelas suas palavras, nem sequer estamos a falar duma decisão já tomada, mas sim duma audiência prévia.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Segunda questão: eu não concordo, não posso concordar - e gostava também de deixar isso registado – com essa técnica de *acenar* “eu tenho aqui um documento confidencial”, sem dar conta daquele que é o teor.

Mas há uma coisa que o Senhor sabe porque até, num exercício de grande humildade, é um homem que diz estudar os dossiers, sabe que a nível europeu há um conjunto de processos, entre os quais, esse se inclui, que até estarem concluídos, se regem pelas regras da confidencialidade.

Mas cá estamos, Sr. Secretário, e cá estaremos, para analisar também esse assunto.

Eu agradeço os esclarecimentos que me deu sobre essa matéria e da minha parte era só isto que gostaria de dizer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tema palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, pela 3ª vez, eu faço a pergunta.

A minha 2ª pergunta foi: *next generation EU*.

Nós temos rubricas – elas não estão definidas, não têm uma dotação, pelo menos no Programa do Governo Regional – é replicado do plano nacional. Este plano tem uma dotação por cada rubrica.

Você pode me dizer quais são as dotações por cada rubrica? Sim ou não?

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é só no Plano e Orçamento!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, no âmbito do que já tem sido discutido neste debate, dizer que o primeiro passo é perceber que estamos num novo caminho e que existe outra forma de governar.

Também dizer o que tem sido dito em respeito à situação da SATA, muitas foram as vezes que trouxemos a situação dos transportes aéreos e, inclusivamente a situação da SATA, a esta Casa, pela preocupação e pela importância que a mesma tem para a Região.

E não podemos neste momento – nenhum de nós – desvalorizar toda esta situação que a empresa está a viver.

Por parte deste novo Governo Regional, foi demonstrado o empenho e reconhecemos o trabalho que se pretende desenvolver, porque a verdade é que estamos aqui perante o Programa do Governo e o que são as linhas para tentar levar os Açores e na certeza de levar os Açores num caminho melhor.

É isso que estamos aqui a discutir. E não podemos por momentos pensar que estamos na discussão dum plano e orçamento.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

A Oradora: Dizer também, relativamente à redução fiscal, que nos parece de todo pertinente neste momento, porque é agora que as famílias, as empresas, os Açorianos estão à espera dum sinal. Dum sinal da tentativa duma vida melhor, dum sinal para tantas empresas que estão em crise. E, portanto, a redução fiscal, parece-nos que é de todo pertinente neste momento e exige um sacrifício de toda a Região para caminharmos nesse sentido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Também dizer que para além dessa redução fiscal, já foi dito quer pelo Sr. Presidente do Governo, pelo Vice-Presidente, agora pelo Secretário das Finanças, que existem outras medidas de apoio à família, de apoio no sentido da solidariedade social, do desemprego, da qualificação profissional. Ou seja, para além da redução fiscal, existem inúmeras medidas de apoio aos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E agora este é o momento em que todos nós temos que dar um sinal a todos aqueles que vivem nesta Região.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da coligação e do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apenas para relembrar o Sr. Secretário de que tinha-lhe perguntado acerca das possíveis privatizações ou, se quiser, alienações – julgo que é o termo que está no Programa do Governo – e para também reforçar aquele que é o meu pedido de esclarecimento sobre qual é a posição do Governo Regional sobre a questão da SATA.

Sabemos que não é uma decisão definitiva. Mas o que vai o Governo fazer?

Vai aceitar e calar perante esta decisão? Ou vai contestar e vai defender os Açores?

É porque um Governo que não defende os Açores, disso nós não precisamos.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem! Estamos de acordo, vamos defender os Açores!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para o Sr. Deputado Pedro Neves, com um pedido de desculpas, porque foi só no calor que eu não lhe respondi. Nem é porque a resposta seja difícil, nem porque lhe quisesse dar qualquer menor atenção.

Relativamente ao Programa de Recuperação e Resiliência, as verbas para as Regiões Autónomas foram genericamente distribuídas e há agora uma distribuição em pormenor que se fará só depois deste Governo estar empossado. O Senhor Primeiro-Ministro já contactou o Sr. Presidente do Governo nesse sentido e, com toda a transparência que nos merece o Parlamento, aqui damos nota – Sr. Deputado Vasco Cordeiro – também foi verbal, não tenho o documento do Sr. Primeiro Ministro para entregar na Mesa.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas não há dúvida que a insistência também merece este comentário.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó Sr. Secretário, não vá por esse caminho!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tanta humildade!

O Orador: Relativamente ao que me pôs o Sr. Deputado Pedro Neves, daremos indicação, tão cedo seja distribuído e conhecido.

Relativamente ao Sr. Deputado António Lima sobre o significado do que seriam alienações, de facto, relativamente à questão substancial se se vai reforçar a privatização na EDA, a resposta é não. Mas as possíveis alienações têm a ver com reestruturação do setor público empresarial.

Não se pode excluir a possibilidade de, em casos de reestruturação, encontrar parceiros que resultem na venda; por exemplo empresas que estão a fazer concorrência desleal com o setor privado e que não são necessárias, porque não prestam serviços públicos essenciais.

Deputado António Lima (BE): Quais?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quais? Tem que dizer quais!

O Orador: A sua venda é uma privatização e, no entanto, não tem o significado que o Sr. Deputado poderia querer atribuir, no sentido de dizer “já sabemos o que aí vem”.

Deputado António Lima (BE): Não sei, por isso perguntei!

O Orador: Mas o senhor sabia. Provavelmente nós não temos nenhuma operação desse vulto, porque essas, em nome da transparência, estariam lá com o seu nome. Não está com o nome, porque é para poder cobrir possibilidades de reestruturação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições, pergunto se há mais alguma para este debate?

Não havendo, vamos passar às intervenções de tribuna.

Tem a palavra para tal o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vai dizer agora o que não disse em 24 anos!

Deputado Sérgio Ávila (PS): Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e senhores membros do Governo, Senhoras e senhores Deputados:

No início desta legislatura gostaria de começar por saudar o senhor Presidente da Assembleia Legislativa e todos as senhoras e senhores Deputados, desejando a todos, que o exercício do vosso mandato corresponda às expectativas que os açorianos em vós depositaram.

Saúdo o senhor Presidente do Governo e as senhoras e senhores Membros do Governo, formulando votos para que o exercício das vossas funções corresponda aos anseios e aspirações de todos os açorianos, a bem dos Açores.

Debatemos hoje um dos documentos mais estruturantes desta legislatura: o Programa de Governo, um Programa de Governo que não tendo sido apresentado pelo partido mais votado pelos açorianos nas últimas eleições, nem o programa sobre o qual os açorianos tiveram a oportunidade de se pronunciar e, muito menos o programa que mais açorianos escolheram, procura no entanto,

assegurar as condições de viabilização que correspondam à nova composição desta assembleia.

Sendo um documento programático importa também refletir e debater se este programa corresponde às expectativas que os açorianos depositaram em cada um dos partidos no momento da sua opção de voto.

A primeira nota a salientar é que o programa de governo altera substancialmente as prioridades e a narrativa com que abordaram o período eleitoral.

Se até às eleições o combate ao Covid e as suas consequências sociais e económicas não eram referenciados e até foram consideradas como desculpa, esta realidade alterou-se, após as eleições, passando a ser também a prioridade, de quem, antes criticava a valorização desta pandemia na ação governativa.

(Aplausos da bancada do PS)

Esta alteração que registamos, dá-nos razão quando definimos o combate ao Covid e às suas consequências sociais e económicas como fator determinante da ação governativa.

Efetivamente o combate ao Covid e às suas consequências sociais e económicas, era e continuará a ser, afinal, o grande desafio que condiciona o nosso futuro próximo e influencia determinantemente as políticas públicas dos próximos tempos.

O caminho percorrido nos últimos 10 meses protegendo, até ao limite das nossas competências e dos nossos recursos, a saúde dos açorianos, o rendimento das famílias, a manutenção do emprego e das empresas, foi conseguido com muito esforço, muita determinação, muita inovação, e é um esforço que tem de ser continuado com eficácia e intensidade.

É este o desafio que urge continuar a vencer a bem dos Açores e dos açorianos.

Felizmente, já nesta legislatura, decorrente da produção de vacinas eficazes e cientificamente comprovadas, este desafio deixará de ter uma incerteza temporal, para ter pela primeira vez e com responsabilidade, um fim à vista.

E para continuar a vencer este desafio importa ir mais além, ir muito mais além do que está definido nesta matéria, no Programa de Governo.

Para continuar a salvaguardar a saúde, para continuar a manter o emprego dos açorianos, para continuar a manter o rendimento das famílias e das empresas, neste período que ainda vivemos.

Não bastará anunciar que se vai aplicar na região, o que já se aplica diretamente, ou replicar na região medidas tomadas para o continente, é necessário pois, dar continuidade à criação de novas medidas regionais que se ajustem permanentemente à evolução da realidade de forma a continuarmos a manter a estabilidade social e económica nesta fase.

Neste sentido a proposta da Agenda para o Relançamento Social e Económico 2020-2022, que o anterior governo elaborou e colocou à discussão pública, constitui um contributo estruturante que incorpora já 250 medidas concretas para ajudar a concretizar e a vencer este desafio.

Precisamos, também, de ir muito mais além do objetivo genérico, de orientar mais fundos europeus para as empresas, porque não foi, não é, e não será, este um constrangimento.

Nenhuma empresa da Região ficou condicionada no seu investimento ou nos apoios atribuídos, por qualquer limitação ou restrição da dotação de fundos comunitários.

Os sistemas de incentivos ao investimento estiveram sempre abertos e as medidas de apoio às empresas e ao emprego nunca tiveram essa limitação.

As únicas limitações existentes assentam na regulamentação comunitária que define limites máximos de taxas de participação ao investimento e limites máximos dos apoios ao funcionamento de cada empresa. E isso constitui

regulamentação europeia, que tendo nesta conjuntura do Covid sido mais flexibilizada foi imediatamente aproveitada pela Região no limite permitido pela Comissão Europeia para uma RUP.

As empresas açorianas dispõem dos mais intensos e abrangentes sistemas de incentivos ao investimento que é permitido no contexto europeu.

As empresas açorianas dispõem também de apoios significativamente superiores às restantes empresas do país para fazer face às consequências do Covid, apoios que tem de continuar a ser reforçados e intensificados enquanto os efeitos e constrangimentos à atividade na sequência do Covid perdurarem nos próximos tempos.

Continuar a conseguir manter a estrutura produtiva regional e o emprego dos açorianos neste período de pandemia é um desafio que urge continuar a vencer. E para vencer este desafio a Região irá dispor, fruto do trabalho e conquista do Governo do PS, do maior volume de recursos financeiros de sempre.

Aos 420 milhões de euros de financiamento do atual QCA que serão ainda executados nos próximos 3 anos, soma-se o reforço do atual QCA já assegurado, ao qual, acresce ainda o novo Instrumento de Recuperação e Resiliência e o aumento significativo do próximo QCA.

No imediato, o Orçamento de Estado de 2021, já aprovado na Assembleia da República, irá aumentar também as transferências para a Região ao abrigo da LFR, ao que acresce também o aumento significativo das transferências ao abrigo do IVA, face ao orçamento revisto deste ano e a autorização para um financiamento extra para fazer face aos efeitos do Covid no próximo ano.

Este aumento muito significativo dos recursos financeiros colocados à disposição da Região constituem um forte contributo para continuar a tomar todas as medidas necessárias à manutenção do emprego, à coesão social, ao refortalecimento e capitalização necessária das empresas e à sustentabilidade do serviço regional de saúde, que teve já este ano um reforço de financiamento, o

que permitiu pela primeira vez equilibrar (é bom lembrar!) os resultados de exploração dos hospitais, mesmo com o acréscimo significativo de custos do Covid, conforme se comprova pelo relatório de execução financeira do 3º trimestre dos hospitais, que deverá ser remetido a esta assembleia brevemente.

Importa também continuar a reestruturar o sector público empresarial regional, devendo, no entanto, ser salientado que nos últimos 3 anos foram extintas ou alienadas a participação direta e indireta da Região em 17 empresas públicas ou associações, cumprindo uma parte substancial do plano de reestruturação definido para a legislatura anterior.

Ao contrário do referido no programa de governo, não constitui a reestruturação do SPER um novo ou inovador objetivo da ação governativa.

No entanto, a concretização deste objetivo constitui já uma contradição, quando estamos perante o maior governo da história da autonomia, com mais membros o governo, mais gabinetes, e mais direções regionais.

Ao contrário do referido no programa de governo, não há uma redução de cargos políticos, mas sim, e desde já, um aumento cuja dimensão será conhecida devidamente com a definição das direções regionais, não correspondendo já esta realidade à concretização do objetivo de racionalização das estruturas administrativas e dos seus custos.

O Programa de Governo define também como intenção genérica a criação de um plano de simplificação e desburocratização da Administração Pública, mas sem definir nem identificar a estratégia nem as medidas concretas para cumprir esse objetivo.

Estando já elaborado um efetivo Plano Estratégico de Modernização e Reforma da APR assente em 5 eixos estratégicos e com 125 medidas de ações concretas, este documento poderá constituir um solido contributo para a execução deste objetivo, e colmatar a falha de concretização e a omissão neste programa de medidas concretas também para esta área.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores são a única Região do país que convergiu para a media de produção e rendimento da União Europeia, nas duas décadas deste seculo.

Os Açores são a única Região do país cujo valor do PIB em paridade do poder de compra, se aproximou da média europeia, desde 2000.

Os Açores são a Região do país que mais convergiu em termos de PIB per capita com a média do país, nesse período.

Será sempre possível fazer mais e melhor, e é para isso que aqui estamos, mas o caminho que percorremos, orgulha-nos.

Um caminho que resultou do esforço e do trabalho dos açorianos.

Um caminho que importa incrementar.

É este o nosso compromisso que assumimos com os açorianos, é este o compromisso que foi escolhido por mais açorianos, é este o compromisso que vamos cumprir.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento?

(Pausa)

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Queria apenas deixar aqui algumas marcas, alguns números, depois daquilo que foi a intervenção do Sr. Vice-Presidente - ex Vice-Presidente - fica a ideia de que caminhávamos e vínhamos seguindo um caminho de sucesso. A verdade é que não vínhamos seguindo um caminho de sucesso e é bom que se perceba isso.

Relativamente à dívida bruta da Região, entre 2006 e 2019, cresceu 22,5%. O produto interno bruto cresceu na Região, em termos reais, 5,8%, nesses 3 anos o País cresceu 8,1%.

A convergência com a Comunidade Europeia – já foi aqui dito – não aconteceu em 20 anos, portanto, há uma leitura que tem que se retirar daquilo que foi a política dos últimos anos, que foi uma política de insucesso.

Aquilo que está a ser agora discutido é uma política que poderá dar esperança aos Açorianos. Há condicionantes, há uma situação difícil. Mas nós temos esperança de que se possa inverter o ciclo.

O ciclo que vínhamos seguindo da sua responsabilidade, sob o ponto de vista das Finanças, foi um ciclo de fracasso, Sr. Deputado.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à próxima área governativa.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, a quem desejo todo o sucesso no desempenho das vossas funções, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que, nesta minha primeira intervenção, dirija uma primeira palavra de apreço à comunidade educativa que se tem multiplicado em esforços na adaptação à pandemia Covid-19, agradecendo em especial aos professores e conselhos executivos que se transcendem, muito para além das suas atribuições e utilizando os seus recursos pessoais, no apoio às autoridades de saúde e aos alunos afetados.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: Com esta referência se regista a marca deste Governo: a da proximidade, do diálogo e da concertação com a comunidade educativa e em especial com os órgãos de gestão do sistema educativo regional, com o pessoal docente e não docente e com as respetivas associações sindicais, valorizando os profissionais da Educação e num processo de construção conjunta de políticas educativas que se requer sejam articuladas para que possam ser devidamente consolidadas e sustentadas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

Não prosseguiremos com políticas centralizadas, construídas do topo para a base; pelo contrário, construímos-as conjuntamente, seguindo os preceitos da transparência de procedimentos e de monitorização e avaliação dos projetos, garantindo a sua exequibilidade e confiança na ação. A nossa postura não será, portanto, a de rotura com os projetos em curso, antes acreditamos que é possível e desejável melhorarmos em muitas áreas, construindo uma estratégia para a

Educação que aponte caminhos para o futuro e catapulte os Açorianos para elevados padrões de sucesso.

No momento concreto que vivenciamos, temos entre mãos o desafio da adequação do ensino a distância, um recurso que se tornou necessário, mas que em circunstância alguma substitui o ensino presencial. É preciso termos presente que, de um regime marcado pelo fecho das nossas escolas, transitamos para a norma de um modelo híbrido, em que, numa mesma turma, temos alunos a terem aulas presenciais, enquanto a outros, por se encontrarem em isolamento profilático ou outra medida de contenção pandémica que se afigure absolutamente necessária, tem de ser ativado o regime de ensino a distância, que urge agilizar e harmonizar, conferindo estabilidade às nossas escolas e às famílias. Compromisso já assumido publicamente, cujas orientações serão lançadas a tempo do início do 2.º período letivo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As três grandes linhas de ação deste Governo que agora apresenta o seu programa são, no domínio da Educação:

- Promover o sucesso do ensino/aprendizagem;
- Valorizar os profissionais da Educação;
- Desenvolver a autonomia das escolas.

No âmbito da promoção do sucesso, de forma necessariamente sucinta, assumimos:

- A imperiosidade de se avaliar o programa PROSUCESSO, cujo processo de avaliação anunciado pelo Governo anterior se encontra numa fase muito incipiente;
- Assumimos o primado da promoção do mérito na condução das políticas educativas, bem como a prioridade aos primeiros anos de escolaridade, em especial ao 1º ciclo do ensino básico. A promoção do sucesso assenta fundamentalmente na consolidação da base da formação, minimizando a

necessidade de posterior combate ao insucesso e abandono escolar. Propomos a desenhar e implementar, em articulação com os agentes educativos, um projeto de treino educativo a iniciar-se precisamente neste ciclo de ensino, em regime de experiência pedagógica;

- Assumimos igualmente a importância de formar os nossos alunos num contexto de transição digital, não somente no domínio das tecnologias de informação e comunicação, mas também na área dos algoritmos e linguagens de programação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

A segunda linha da nossa ação passa pela valorização dos profissionais da educação.

É urgente atacar o problema gravíssimo que decorre da falta de docentes profissionalizados na Região. Com este desiderato, o Governo irá:

- Limitar a contratação sucessiva dos docentes contratados...

Vozes do Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

A Oradora: ... integrando-os em lugar de quadro e pondo termo a uma inaceitável precariedade, sem paralelo no resto do País e que viola uma diretiva europeia;

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Vamos igualmente implementar um sistema de incentivos à fixação de docentes;

- Articular com a Universidade dos Açores a implementação de um regime de formação inicial de professores para fazer face a este grave problema, bem como investir na atribuição de bolsas para a formação inicial de docentes.

Propomo-nos, igualmente, a:

- Desburocratizar o trabalho de docentes e assistentes técnicos e operacionais, para que possam dedicar-se ao exercício das suas nobres funções;

- Adequar a formação dos docentes e não docentes às suas reais necessidades e a rever, até ao final da legislatura e em articulação com as associações sindicais, o horário de trabalho dos Educadores de Infância e dos Professores do 1º ciclo do ensino básico, equiparando-os ao dos docentes dos restantes ciclos e níveis de ensino.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

- No que concerne ao desenvolvimento da autonomia das escolas, afigura-se-nos essencial:

- Reforçar a autonomia das escolas, nomeadamente ao nível dos seus contratos de autonomia e de gestão financeira;

- Apostar em mecanismos de gestão e de comunicação inteligente e desburocratizada, potenciando a eficácia de procedimentos nos estabelecimentos de ensino;

- Incentivar a celebração de parcerias com os municípios e associações culturais, desportivas e juvenis, para a oferta de mecanismos de educação não formal e informal.

Estas são, de uma forma necessariamente sucinta, as grandes linhas que enformam o programa do Governo no que concerne à Educação, sendo certo que a nossa ação não se esgota num programa, antes encontra nele o sustentáculo para a construção, em articulação com a comunidade escolar, de uma estratégia na Educação para a década. Porque os *Vitorinos Nemésios*, os *Anteros* de Quental, as *Natálias Correia* e os *Manuel de Arriaga*, de entre outros tantos Açorianos de renome, continuam a nascer nestas ilhas. Saibamos nós potenciá-lo.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do Deputado José Pacheco e do Governo Regional)

Presidente: Obrigado Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como dissemos na intervenção inicial deste debate, o combate à precariedade é praticamente ignorado neste Programa do Governo. A única exceção é a intenção de integrar os professores ao fim de no máximo 3 anos de contrato a termo. Uma proposta, de resto, que o Bloco trouxe a este Casa muitas vezes, desde 2013.

Será, assim, finalmente cumprida uma proposta justa que o Bloco defende há muitos anos.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Então vote a favor do Programa do Governo!

A Oradora: No entanto, os problemas dos professores não acabam aqui. É preciso acabar com as injustiças que geram diferenças entre colegas e criam professores de 1^a, 2^a e 3^a. Nomeadamente garantir a contabilização do tempo de serviço dos e das docentes em ATL.

Está o Governo disponível para fazer esta alteração?

O PSD, CDS e PPM criticavam no passado o recurso abusivo aos programas ocupacionais para assegurar as funções de carácter permanente e essencial nas escolas. Mas o Programa do Governo revela que afinal a preocupação dos partidos que compõem o Governo não era com a dignidade dos rendimentos destas pessoas que, por desempenharem funções permanentes e essenciais nas escolas, deviam ter um contrato de trabalho. A preocupação, afinal, era só com o perfil das pessoas.

Isto significa que vamos ter entrevistas de trabalho para entrar em programas ocupacionais nas escolas, em vez de entrevistas de trabalho para contratar trabalhadores que tanta falta fazem às escolas?

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): A senhora não leu o Programa do Governo!

A Oradora: Digo-lhe, Sra. Secretária, que o Bloco de Esquerda vai continuar a lutar pelo fim do abuso dos programas ocupacionais e pela contratação de mais assistentes operacionais para as escolas (está na página 4).

Finalmente, este Governo pretende cumprir aquilo que se poderá considerar um *fetich*e de Nuno Crato, ex-ministro da Educação...

(*Risos do Vice-Presidente do Governo Regional*)

... implementando o ensino dual, que vai retirar cada vez mais cedo jovens do ensino regular, empurrando-os para vias profissionalizantes com o objetivo de formar mão-de-obra barata?

Temos o exemplo do que se passou na Alemanha, para uma economia que vive dela (dessa mesma mão-de-obra barata).

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): É uma experiência pedagógica, Sra. Deputada!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não quer novas experiências?

A Oradora: O Programa do Governo deixa, no entanto, esta dúvida: em que ciclo é que vai ocorrer a opção para o ensino dual?

Disse.

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me a expressão *Educação tem sido um sarilho*.

Desde os tempos em que eu andava a estudar aos tempos que sou pai - sou pai de dois bonitos filhos e preocupo-me todos os dias com a Educação.

Todos os dias me preocupo, porque os meus filhos andam numa escola em que eu, como pai que sou, os obrigo a estudar e a cumprir, a ter mérito. Mas parece que eu sou o único pai que tem de fazer isto.

É que o insucesso escolar que nós temos visto nas escolas – e falo por experiência própria – é em muito falseado.

Quando se pede aos professores para reanalisarem notas dos alunos, porque os tais *meninos* têm que passar, algo está muito errado na nossa sociedade.

E porquê? Porque a Educação é o futuro da nossa Região!

A Educação são os homens de amanhã!

A Educação é o futuro destes Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo Regional)

E disse bem, Sra. Secretária, eu não quero só Anteros Quentais. Eu quero o Manuel da Loja, mas um Manuel da Loja bem formado.

Eu quero pessoas comuns, quero pessoas normais. Mas também quero o Antero de Quental.

A Educação tem que ser levada a sério.

Eu tenho visto nas últimas dezenas de anos, uma brincadeira, uma experiência com a Educação que não é sequer aceitável.

Nós temos que parar com isso!

Se é tempo de mudança, mudemos pela Educação!

Vamos dar aos nossos filhos a oportunidade de terem uma educação com qualidade e com dignidade!

Vamos premiar o mérito.

Se um aluno é bom, tem de merecer este destaque, este mérito.

Nós não podemos é *caldear* tudo dentro do mesmo saco. E não podemos dizer – como diz a esquerda – que quando queremos reduzir a idade obrigatória, queremos é formar mão-de-obra barata.

Não. Nós queremos é dar uma oportunidade aos nossos jovens de se formarem numa profissão que seja digna e que tanta falta faz, porque não se vive só de doutores e engenheiros. Também é preciso arranjar o carro. Também é preciso reparar uma porta. E eles têm que ganhar o suficiente e tem que se sentir motivados. Mas há que dar esta oportunidade.

Eu não posso ver jovens de 18 anos nas escolas, com os vícios que nós vemos!

Falando em vícios, vamos começar nas escolas a falar de prevenção. Vamos falar a sério!

Vamos ter um programa para os jovens, feito pelos jovens, em colaboração com os professores, para que seja uma prevenção primária às toxico dependências – sejam químicas, sejam tecnológicas. Aliás, nesta Casa está um homem que trabalhou nisso e também está uma outra pessoa que trabalhou nesta área, enquanto jovem.

A prevenção primária às toxico dependências jamais poderá ser esquecida. Até porque é mais barata e até mais divertida.

Vamos envolver a Cultura e as associações. Não vamos é novamente esquecer, porque o tratamento é demasiado caro e está a custar às famílias açorianas o que nós sabemos que custa.

Nós sabemos que até em pequenas freguesias como aquela onde eu resido, nem as famílias já conseguem acudir.

Vamos todos apostar na Educação, porque ela tem de ser fundamental para todos nós que somos açorianos, que queremos continuar a ser, com uma Educação de qualidade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições para pedidos de esclarecimento à Sra. Secretária Regional da Educação.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, dou a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Educação** (*Sofia Ribeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começando pelas questões que foram colocadas pela Sra. Deputada Alexandra Manes, nós estamos de acordo em várias coisas. Em primeiro lugar, de uma forma muito clara, devo dizer que este Governo quer acabar com a precariedade dos professores contratados na nossa Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

A Oradora: Reiterando, coloco uma questão que também é muito sensível: a questão da confiança que os professores têm na contagem do seu tempo de serviço. De facto, é preciso incutirmos transparência em todo este processo para acabarmos com arbitrariedades que se verificam nos processos dos professores nos dias de hoje, para que um professor quando concorre num concurso centralizado, saiba que está a concorrer com o seu tempo devidamente certificado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Quanto à contabilização do tempo para ATL's, se estivermos a falar de tempo de serviço docente efetivamente prestado, deduzo que seja nesta circunstância, tem de ser verificado e proposto em conjunto com as associações sindicais e também por proposta desta Casa – porque estamos a falar de matéria, também ela, de negociação coletiva, logo não prescindimos dessa mesma negociação – comprometendo-nos a fazer a verificação das condições em que o tempo de serviço prestado em ATL é efetivamente serviço docente que possa ser considerado para efeitos de concurso. E, portanto, aqui também lhe dou esta resposta de uma forma muito clara.

Quanto ao abuso de programas ocupacionais, bem como as questões do ensino dual e profissionalizante, em primeiro lugar, quero deixar aqui a nota de que a proposta de ensino dual é, também ela, em regime de experiência pedagógica e acompanhada de mecanismos de monitorização e avaliação deste programa, desde a sua génese...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que era o que não acontecia até aqui.

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, a nossa proposta é que todos os programas novos que sejam introduzidos e criados em articulação com a comunidade educativa sejam, desde o seu início, acompanhados destes programas de monitorização e avaliação, para que possamos ir verificando a passo e passo a sua adequação. Sendo que, sim, é preciso dar uma resposta imediata aos jovens que têm outras competências.

Nós não podemos conformar-nos com as situações em que temos programas para jovens que são tidos como jovens de 2^a, porque não tiveram sucesso no sistema educativo regular.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

A Oradora: Com este Governo, Sr. Deputado Pacheco, não vamos efetivamente trabalhar para a estatística.

É por isso que toda a ação está aqui acompanhada deste processo de monitorização e avaliação que abordei que tem que ser criado no início de cada projeto, para que não aconteçam situações em que ao fim de diversos anos, temos um projeto que seja já implementado pelas escolas – contestado, mesmo

que pontualmente – e não tenhamos a noção de qual é avaliação real no seu contexto de aplicação prática e escolar.

Esse processo de avaliação e monitorização, permitirá à nossa comunidade educativa ter confiança na estratégia para a Educação que é delineada na nossa Região.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para este debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Duma forma muito rápida, porque o tempo é pouco, a Sra. Secretária não me respondeu à pergunta dos programas ocupacionais. É porque eles constam aqui com umas palavras muito bonitas e *floreadas* na página 49. Era só para confirmar isso.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

(*) **Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro):** Sra. Deputada, os programas ocupacionais como são conhecidos como estágios que mais não são

do que mecanismos para mascarar dados de desemprego, com este Governo não terão nem poderão ter mais lugar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

(Neste momento, a Sra. Deputada Alexandra Manes mostra um documento à Sra. Secretária Regional da Educação)

Neste âmbito, estamos a falar de programas ocupacionais que sejam efetivamente orientados para as necessidades de formação dos nossos jovens. E, portanto, não se coloca o programa ocupacional nessa vertente. Nessa vertente, será feita efetivamente uma reestruturação, de acordo com as necessidades do próprio mercado de trabalho, como consta realmente no nosso Programa, na parte que diz respeito ao “emprego e qualificação profissional”.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Pergunto se há mais pedidos de esclarecimento à Sra. Secretária.

(Pausa)

Parecendo não haver, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bom, parece que o Partido Socialista não quer falar sobre esta temática, ou vai falar depois de mim.

Deputado Bruno Belo (PSD): Falta a Sra. Deputada Sónia Nicolau!

Deputado Nuno Barata (IL): Estão esclarecidos!

O Orador: Eu sei porque é que não quiseram falar até ao momento. É porque nós assumimos aqui o compromisso de resolver questões que os senhores não conseguiram ao longo de todos estes anos.

É uma ótima notícia para os professores que têm sido objeto de contratação sucessiva, ao longo de 10/14 anos. Finalmente, há aqui um compromisso para que todos os professores que têm sido contratados – isto sim é precariedade – e explorados pelo sistema, entrem nos quadros das nossas escolas. Que entrem nos quadros e que tenham esta vinculação.

Esta é uma reforma importante, eu diria mesmo, que isto é uma revolução.

É uma notícia importantíssima!

Mas há outra em relação aos professores do 1º ciclo que tinham um horário de 25 horas letivas e os restantes ciclos de 22 horas letivas e que era uma antiga reivindicação de, finalmente, uniformizar esta matéria. Também aqui, este Governo assume este compromisso de resolver esta injustiça histórica. Esta é também uma ótima notícia.

Também temos inovação pedagógica, como por exemplo a oportunidade de lecionar de forma bilingue, em inglês e em português, como se faz nos colégios dos ricos, nos países da Europa do Norte e em toda a Europa, bem como no território continental.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Mas aqui não há uma única escola que neste momento possibilite aos seus alunos a oportunidade de ter acesso ao ensino bilingue. Por isso, esta matéria é também da maior importância.

Ou também ainda outra matéria que preocupa V. Exas., que têm um processo implementado que é o ProSucesso – veja-se bem – e que ao fim de mais de 5 anos, não tem uma avaliação externa feita.

Deputado Nuno Gomes (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: Esta é também uma questão que vos preocupa. E, portanto, também é inatacável.

Muito mais teria para dizer, mas reservo-me para uma segunda intervenção que, tenho a certeza, terei oportunidade de fazer na área da Educação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não vou fazer nenhuma alocução à questão que os meus camaradas já fizeram, mas naturalmente reitero todos os votos que aqui já foram desejados a todas as Sras. e Srs. Deputados e naturalmente também ao Governo.

Gostaria de dizer em relação a esta área estratégica (educação), que não é assim tão estratégica como este Governo diz, no sentido de que todas as áreas são estratégicas para cumprir em 4 anos. Há aqui uma primeira contradição que eu já vi aparecer neste debate.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não diga isso Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, nós temos que nos entender sobre situações como essa que dão o dito pelo não dito.

De resto, queria também dizer que há trabalho feito nesta área, e bem feito, que por vezes foi esquecido neste Programa do Governo, no que diz respeito à área da Educação.

Quando, por exemplo se fala na introdução de novas tecnologias de informação e comunicação, a verdade é que isso já foi feito, está em curso, tem um investimento de 600 mil euros e chamam-se *ateliers de código*, dos quais a Sra.

Secretária falou como sendo uma nova formação de pensamento (em termos de pensamento computacional) que aliás, está muito na moda agora e que, por vezes, tem outra designação às vezes que é a de exercitar as funções algoritmas das crianças; mas isso é um programa que já existe, que está em curso, que tem um investimento de facto de 600 mil euros e abrange mais de 14 mil alunos. Portanto, não há grande novidade nem originalidade nesta questão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nunca fizeram!

O Orador: Por outro lado, também é importante clarificar alguns aspetos que constam deste Programa, no sentido de se assegurar que o programa das TIC's abrange já todos os graus de ensino e trata-se de um programa curricular. Portanto, é fundamental que se aprofunde, que seja continuado e esteja ligado àquilo que hoje este Programa do Governo, de vez em quando, mistura em várias áreas que é a questão da transição digital e das novas tecnologias espaciais e outras, que fazem parte deste mundo moderno. E ainda bem que queremos singrar, depois de muitos terem desconfiado de que era possível isso existir na RAA.

Por outro lado, deveria também aqui clarificar que o ProSucesso foi pioneiro nos Açores, foi bem visto na comunidade nacional e, ao contrário do que foi dito aqui, o Conselho Nacional de Educação já se pronunciou sobre ele. Portanto, não é verdade que não tenha havido qualquer abordagem em relação à avaliação do ProSucesso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma avaliação externa!

O Orador: Queria, ainda, perguntar à Sra. Secretária Regional como é que vai diminuir a questão da burocracia nas escolas, nomeadamente nesta conjunção que consta do Programa do Governo, face às atribuições e competências que podem ser dadas a assistentes operacionais e a assistentes técnicos?

Porque nós sabemos, aliás, queria também nesta altura elogiar a comunidade educativa - eu próprio vi em minha casa, alguém com 44 anos de serviço ter que

aprender a utilizar novas tecnologias no âmbito da pandemia – que fez um grande esforço e mais, mostrou aos pais o tipo de trabalho, pouco valorizado na sociedade, que é feito; quando os pais perceberam que tinham que acompanhar os filhos mais de perto, é que entenderam realmente o esforço que isso representava sob o ponto de vista de educação e formação dos seus filhos. A Pandemia também nos ensinou algo sobre esta questão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, é verdade!

O Orador: Voltando à questão de retirar burocracia ao sistema com assistentes técnicos e operacionais, eu não entendo como é que um (assistente) técnico poderá fazer atas de diretores de turma? Que costumam ter muita papelada a seu cargo, essa sim, devia ser de algum modo diminuída, pois faz parte da burocracia que seja vulgar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já esgotou três minutos e ainda não disse nada!

O Orador: De resto, também queria dizer à Sra. Secretária que, ao contrário do que defendeu o seu antigo sindicato em matéria de promoção da formação do domínio das novas tecnologias do pessoal docente, o SDPA do que se queixou foi que os profissionais da área da educação estavam a ter formação a mais. Portanto, é preciso que de algum modo nos possa esclarecer quanto a esta questão, já não como antiga sindicalista, mas agora como pessoa responsável por esta área.

Além disso, é preciso dizer que oxalá este Governo, agora noutra posição, entenda que rankings, médias e coisas dessa natureza, são avaliações muito artificiais para um sistema de ensino que tem 19 concelhos, distribuídos por várias ilhas.

Nós não devemos, nem podemos ser catalogados nos Açores como aqueles que são *os piores*, porque isso não é verdade.

Uma média é uma medida estatística de tendência central que não dá a variabilidade da amostra. E nós temos muitas escolas nos Açores que ultrapassam as médias nacionais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Nós temos muitos professores e escolas que estão a ser estigmatizados pelo título fácil do jornal, de que nós somos *os menos* nisto ou naquilo.

Isto também se aplica ao Rendimento Social de Inserção. Ou seja, há muitos concelhos cuja média do RSI está abaixo da média nacional.

Por isso, seria importante fazer um esforço, e espero que o Governo entenda nesta nova fase aquilo que nós sempre dissemos: as estatísticas não devem servir para que como alguém já disse, “torturem os números que eles confessam”; sobretudo para fazer parangonas nos jornais, de os Açores são os piores nisto e naquilo - não é verdade!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem razão.

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): Veja a Pordata, Sr. Deputado!

O Orador: Nós deveríamos ser todos mais rigorosos para responder às questões do sistema educativo. Por quem tem uma ideia de trabalhar para o sucesso escolar educativo.

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): Veja o Instituto Nacional de Estatística, Sr. Deputado!

O Orador: Ainda bem, e eu sei que já abandonaram a triste ideia do *coaching*, pois não me parecia uma ideia muito apropriada ao nosso sistema de ensino e ao nosso sistema escolar - as campanhas eleitorais permitem às vezes situações mais laterais e colaterais.

Mas é preciso também dizer que os Açores fizeram - e alguém mais falará sobre isso - uma grande evolução ao nível da taxa de abandono escolar precoce; uma grande evolução ao nível do ensino pré-escolar. E isso foi fundamental

juntamente com o que já se passou na Universidade dos Açores que, em 2020, teve um grande aumento do número de alunos.

Esse é um trabalho concertado que tem vindo a ser feito e que, também neste momento, tal qual no ano em que eu me formei, a Universidade – não tanto o Governo Regional, porque isso decorre da autonomia da própria Universidade – deveria estar já a planear há muito mais tempo, mesmo com os dados que o anterior Governo enviou para a Universidade, as novas necessidades dos novos tempos para muitas áreas programáticas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está aqui! Está no Programa!

O Orador: Mas o que está aí, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é novidade nenhuma, porque o Governo já tinha enviado esses dados para a Universidade dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nunca fizeram!

O Orador: Não se queira substituir àquilo que é a programação própria da Universidade e da sua autonomia.

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): E o financiamento à Universidade, não?

O Orador: Agora como antes, é a Universidade que deve fazer essa profissionalização e deve ter o entendimento necessário e suficiente para perceber, na necessidade de auto-suficiência e de vivência da própria, que deve fazer esse trabalho.

Eu sempre defendi isso. Agora como antes, não cabe ao Governo Regional substituir-se à Universidade dos Açores. Esse é um trabalho da Universidade, como foi na década de 80 e como terá de voltar a ser neste momento.

Em suma, para além de algumas ideias genéricas, nós cá estaremos para ver o Governo a adaptar, em termos de medidas concretas, algumas dessas intenções proclamatórias.

Queremos também queríamos deixar muito claro que, muitas das coisas que aqui estão, já estão em curso ou já foram feitas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Saúdo V. Ex^a., Sr. Presidente, pela sua recente eleição e cumprimento todas as Sras. e Srs. Deputados, fazendo votos de um bom trabalho, na convicção de que todos entenderão aquilo que os açorianos decidiram no dia 25 de outubro. A tarefa que aqui incumbe a cada um de nós para fazer o melhor pela nossa terra. E sermos dignos da confiança que os açorianos em nós depositaram.

Dito isto, não podia ficar sem uma réplica a intervenção do Sr. Deputado José Contente.

Desde logo, uma réplica que deve começar por uma concordância. De facto, este Governo define quase todas as áreas como estratégicas. E fá-lo bem.

Deputado José Contente (PS): Vamos ver!

O Orador: Fá-lo conscientemente. Mas fá-lo, não por um qualquer capricho, mas antes pela circunstância da Região que encontrou e daquilo que os senhores nos deixaram.

Portanto, nessa medida, nós estamos obrigados a efetivamente definir quase todas as áreas como estratégicas; quase todas as áreas como oportunidades de intervenção que, necessariamente, os açorianos reclamam.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

E uma delas, pelo seu sentido estratégico e projetivo, é necessariamente a da educação.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: E seguindo a ordem das abordagens que fez o Sr. Deputado José Contente, temos que começar por dizer que de facto hoje as TIC – tecnologias da informação e comunicação – não foram até agora, uma prioridade da governação dos últimos 24 anos.

Foi uma espécie de... *pirilampo*, que tanto acendia como apagava. E eu vou lembrar aqui de quando elas *acenderam* e quando *apagaram*.

Deputado José Contente (*PS*): Veja os indicadores do INE! Não sabe o que está a dizer!

O Orador: Acenderam quando se falou do *bug* do ano 2000 que entusiasmou a governação, com investimentos enormes que depois não vimos o efeito estratégico desse investimento que afinal, redundou em despesa.

Lembro também um ano em que os concursos públicos para a integração de professores no quadro, abriram 17 vagas para professores de informática. E no ano seguinte, V. Exas. extinguiram a disciplina de TIC que só recentemente voltou a integrar os planos curriculares dos Açores.

Mas lembro mais outra coisa: o célebre investimento naquele computador Magalhães, que era tão do agrado do vosso camarada José Sócrates.

O que é que foi feito desse investimento nos Açores? Ou melhor, o que foi feito dessa despesa?

O que é que resultou em acréscimo de conhecimento em tecnologias para os nossos alunos? Muito, muito pouco!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: O ProSucesso foi a segunda área abordada pelo Sr. Deputado José Contente.

Eu admito que tenha havido um entusiasmo muito grande à volta desse ProSucesso. Sobretudo, da parte dalgumas personalidades que se passearam aqui na Região, a título de *assessorias científicas e académicas* deste programa...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... que não duvidando do mérito académico dessas personalidades, pouco acrescentaram ao nosso sistema educativo regional, a não ser burocracia, experiências que não foram efetivamente avaliadas, não só pela avaliação formal e externa, como também não foram avaliadas internamente, não se tirando consequências dos resultados dessa avaliação, uma vez que ela não existiu e, portanto, continuámos numa errância que deixou o sistema educativo, principalmente os professores, à beira dum ataque de nervos, sem saber para onde se virar; com uma burocracia desmedida; com um sistema de avaliação que ninguém consegue definir nem saber exatamente o que é que ele é, para que serve e para onde vai. E perante tudo isto, V. Exas. continuam a insistir que foi um ProSucesso.

Eu quase me atrevia – por decência que me obriga a função e esta Casa – mas não vou dizer a expressão que os professores habitualmente utilizam para designar este ProSucesso. Começa por PRO, mas acaba numa outra coisa que, por encómio, não vou dizer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

O Orador: Sobre o mérito da comunidade educativa durante este tempo de pandemia, nomeadamente da impreparação dos professores para o uso das

tecnologias, estou mais uma vez de acordo consigo. Mas a culpa não é deste Governo, nem é da maioria que o suporta e que o apoia.

A impreparação dos professores para o manuseamento e o trabalho com essas tecnologias, deve-se exatamente ao descuido a que foram votados pela governação socialista durante tanto tempo. Porque, efetivamente o modelo de formação contínua de professores, nunca foi pensado em termos de futuro e das reais necessidades do ensino, mas sempre por outros critérios que agora nem sequer importam.

Registo que o Sr. Deputado José Contente tem um preconceito sindical. Não sei se é com qualquer tipo de sindicato, mas pelo menos é para com um sindicato em particular, como aqui se viu. De facto, o sindicato que aqui referiu – o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores – a dada altura, insurgiu-se contra a quantidade exagerada de formação que o Governo Regional estava a impor aos professores, sem cuidar do tempo que eles realmente necessitam para fazer uma coisa que é essencial e que é prepararem, com qualidade, as suas atividades pedagógicas de ensino dos alunos, porque essa deve ser a função primeira dum professor.

Estranho, por outro lado, que o Sr. Deputado venha aqui dizer isto, depois de numa das sessões parlamentares feitas por vídeo conferência feitas no início da pandemia, a sua camarada, e nossa colega de parlamento de então, Sónia Nicolau, se ter insurgido contra a formação de professores; quando o PSD defendia que essa formação, na altura, devia ser dirigida para o manuseamento das tecnologias, não o manuseamento simples – isso é uma coisa que um qualquer monitor de informática é capaz de fazer – mas sim para dotar os professores de instrumentos capazes de fazerem uso de nova metodologia e pedagogia, através das novas tecnologias.

Deputado José Contente (PS): O senhor ouve mal!

O Orador: Portanto, essa é uma contradição insanável, mas isso também já não nos espanta.

Quanto ao abandono escolar precoce, é evidente que houve um grande progresso nos Açores. Mas esse progresso que se fez nos fez ficou muito longe daquele que se fez no País e na Europa. E o nosso ponto de partida, o ponto de partida que este Governo hoje tem, é de um abandono escolar precoce e de formação que é quase o triplo da média nacional.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: E isso deve-se à incoerência, à incúria da governação socialista que não soube aproveitar as oportunidades que tivemos.

Finalmente, uma questão que me parece central, projetiva e fundamental, que é a formação de professores.

Os Açores têm hoje um défice grande professores e já não é só nas periferias. É nas escolas das grandes cidades, a começar por Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. E nós já vamos tarde para colmatar essa falta. Daqui a 3, 4, 5 anos nós não teremos professores suficientes para ensinar os nossos alunos.

A culpa disso é do PSD? É do CDS/PP? É do PPM? É do CHEGA ou da Iniciativa Liberal? Não é!

O Sr. Deputado José Contente, à boa maneira a que nos habituou aqui durante largos anos, quando há sucessos, eles eram sempre do Partido Socialista. Mas quando há problemas, *a água é sacudida para cima dos outros!*

E hoje repetiu a receita, embora já estando na oposição, atribuindo à Universidade dos Açores a responsabilidade da falta de curso de formação inicial de professores.

Não, não é só da Universidade dos Açores. Nem é só pelas circunstâncias do mercado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): É do Partido Socialista!

O Orador: É também do Partido Socialista.

Eu faço lembrar que era Secretário Regional da Educação o Sr. Prof. Doutor Álamo Menezes e foi quem mudou, através do estatuto da carreira docente, o modelo de formação inicial de professores, retirando-lhes a possibilidade fazerem estágios integrados no nosso sistema educativo regional, acabando também com a remuneração que os professores, nessas circunstâncias, auferiam. Isso levou necessariamente a uma diminuição do número de professores disponíveis para trabalhar nos Açores.

Mas houve mais uma coisa muito mais importante e mais decisiva até, nesta situação que nós hoje vivemos: os Açores, hoje, têm falta de professores, porque V. Exas., juntamente com outros a nível nacional, degradaram a profissão docente. Retiraram-lhe dignidade.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Cancelaram aquilo que era o rendimento destacado que um professor tinha. Retiraram autoridade ao professor. Reduziram a dignidade social do professor.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: E isso naturalmente não estimula ninguém a vir para esta profissão. Por isso é que nós, hoje, temos o trabalho que temos. E temos que imediatamente enveredar por uma formação inicial de professores, se quisermos ter professores daqui a 5, 5 ou 7 anos. E já vamos atrasados, mas a culpa não pode ser atribuída a este Governo.

Disse.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duma maneira muito rápida, apenas para assinalar o interesse que o Sr. Deputado Joaquim Machado tem, não tanto pela área, mas sempre que há intervenção da minha parte.

Eu vou-lhe dizer uma coisa, Sr. Deputado Joaquim Machado: o senhor é dum outro tempo, ainda mais antigo que o meu.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olhe que não se nota nada!

O Orador: Bastante mais antigo, como toda a gente sabe.

O Sr. Deputado é dum tempo em que nem sequer o programa do governo foi submetido a esta Assembleia, como impunham as mais elementares regras de convivência democrática.

O Sr. Deputado Joaquim Machado é obviamente uma pessoa que não tem só interesse na área da educação. É uma pessoa marcada pelo seu tempo.

O que dissemos aqui e reiteramos, é que o Governo Regional dos Açores da responsabilidade do Partido Socialista cometeu erros, como todos os governos cometem – e já não vai levar muito tempo para vermos os vossos erros, não vai levar não. Aliás, já começámos a ver alguns antes da carruagem começar sequer a andar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores já andam a dizer isso há 24 anos!

O Orador: Mas sabemos qual foi a herança que os senhores nos deixaram, nomeadamente na taxa de abandono escolar. E sabemos – como já se viu agora – a boa herança que o Governo vai deixar, quer em termos do que foi trabalhado para os próximos fundos comunitários, quer em termos de muitos indicadores também na área da educação.

Oxalá os senhores, no fim da vossa vigência - que naturalmente há de ser mais curta, até porque os ciclos políticos encurtaram - deixem o mesmo património, nessa como noutras áreas, que a Região teve com as governações do Partido Socialista.

Foi *da noite para o dia* o que aconteceu nos últimos anos, com esta governação! Nós orgulhamo-nos dessa governação!

Oxalá os senhores possam dizer o mesmo.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Deputado, foram 24 anos a gerir a área da educação!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

A Mesa neste momento não tem inscrições.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

(*) **Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros colegas de Governo, Sr. Deputado José Contente:

Eu não vou falar doutros tempos. Não faz sentido falarmos noutros tempos. Não por uma questão de conveniência, mas sim por uma questão de respeito para com os açorianos e para com uma comunidade educativa que quer respostas de projeção para o futuro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

Deputado José Contente (PS): Fale isso para a sua bancada!

A Oradora: E é nesse âmbito de projeção para o futuro que o nosso compromisso é o de atribuirmos maior confiança aos profissionais de educação. Sim aos docentes. E, sim, aos não docentes.

Deputado José Contente (PS): Não é com esse programa de Governo!

A Oradora: Incutindo e investindo nas suas competências funcionais. O Senhor talvez não saiba, mas eu como professora no ativo, há poucos meses atrás...

Deputado José Contente (PS): Eu sei! Até sei onde fez estágio!

A Oradora: ... estive a inserir no sistema turmas - trabalho meramente burocrático.

Esta é a prática do dia a dia dos nossos professores, em que nós temos um sistema em que fazemos trabalho meramente administrativo, Sr. Deputado.

Portanto, é preciso agilizar procedimentos, sim.

É preciso dar orientação para que não tenhamos situações em que vamos aumentar ainda mais a carga burocrática. E, fundamentalmente, é preciso termos confiança na ação e intervenção dos nossos profissionais de educação, não estando sempre a exigir-lhes mais um papelinho a atestar aquilo que acabaram de fazer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha intervenção nesta Legislatura, gostaria de saudar o Sr. Presidente da Assembleia e a Mesa, bem como as Sras. e Srs. Deputados eleitos, desejando-lhes naturalmente os maiores sucessos no desempenho das suas funções.

Saúdo também o Sr. Presidente e todas as Sras. e Srs. Deputados, desejando-lhes também as maiores felicidades, porque o vosso sucesso será certamente também o sucesso dos Açores.

O Partido Socialista aqui está, assumindo naturalmente a responsabilidade que os açorianos lhe concederam, enquanto partido mais votado nas últimas eleições regionais. Com responsabilidade e com total coerência, porque para nós, a democracia é sempre o mais importante pilar da nossa vida comunitária.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não fazemos como alguns que antes do dia 25 de outubro diziam que não havia democracia e liberdade e depois do dia 25, afinal já há democracia e já há liberdade na nossa Região.

Nós não vivemos com esse quadro mental, nem temos uma perspetiva da democracia unidirecional, em que a ela só é boa quando nos convém.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Estamos aqui a discutir um assunto de grande relevância como é o setor da educação. E eu não posso deixar de iniciar esta minha intervenção sem saudar, em nome do Partido Socialista, toda a comunidade educativa pela forma tem agido e pela forma como teve que se adaptar a esta realidade pandémica que infelizmente nos assola.

Desde março de 2020, todos nós fomos obrigados a reorganizarmo-nos e adaptarmo-nos perante esta situação muito negativa. E a comunidade educativa, o sistema educativo regional, teve uma atuação irrepreensível e deu um grande

senal de responsabilidade e de capacidade de adaptação relativamente à situação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Sra. Secretária da Educação, V. Ex^a. referiu vários pontos, quer na sua intervenção de tribuna quer na de bancada e nós, em relação a alguns deles, aguardaremos com expectativa.

V. Exa. anunciou aqui que iria acabar com os professores contratados na nossa Região e, portanto, aguardemos essas medidas. Até porque, Sra. Secretária, nós aguardamos com grande expectativa, dado que quando falamos de professores contratados, estamos por exemplo a falar daqueles professores que são contratados porque existem lugares no quadro das escolas que estão ocupados por professores que estão a desempenhar outras funções, como é o caso agora da Sra. Secretária ou o caso do Sr. Deputado Paulo Estêvão ou do Sr. Deputado Joaquim Machado.

V. Exa. anunciou que iria acabar com os professores contratados na nossa Região, por isso aguardamos com alguma expectativa relativamente a essa medida.

Mas, Sra. Secretária, parece-nos fundamental que quando se discute a educação, ou qualquer outro assunto, que o façamos baseados em informação concreta, fidedigna e em pressupostos sérios e credíveis.

É por isso que nós não podemos concordar quando V. Exa na parte do Programa do Governo referente à educação, diz – e cito – na página 46 que “este Governo pretende inverter o processo de desinvestimento progressivo da Região no sistema educativo”.

Sra. Secretária, esta frase não só é infeliz, como não corresponde à verdade.

Ao longo dos últimos anos, foi sempre preocupação dos governos do Partido Socialista reforçar anualmente o investimento público feito no setor da educação. E esse investimento, em boa verdade, teve resultados concretos e está, em muitos casos, à vista de todos no âmbito das infraestruturas, do reforço de recursos humanos e, também em muitos casos, no âmbito dos resultados que os nossos alunos conseguiram no seu desempenho escolar.

Deputado Carlos Freitas (PSD): A educação traz-se de casa, a educação na sua essência!

O Orador: Há, no entanto, uma matéria, Sra. Secretária, que eu gostaria de realçar e que me parece muito relevante.

Disse V. Exa. há pouco que é importante falar do futuro. Pois bem, falemos então do futuro.

Parece-nos que do ponto de vista político é extremamente relevante uma omissão neste Programa de Governo. E isso tem especial relevância também, quando fez parte da narrativa de todos os partidos que compõem agora esta coligação de Governo na nossa Região e quando, na altura, assumiam essa matéria como um fracasso e um erro dos governos do Partido Socialista. Refiro-me em concreto à taxa de abandono escolar precoce.

Ora, V. Ex^a. e o XIII Governo dos Açores, não refere em nenhum momento desta proposta de Programa a taxa de abandono escolar precoce, nem tão pouco dizem qual é a vossa estratégia relativamente a esta matéria. O que, na nossa perspetiva, isso é uma omissão muito relevante, porque achamos que esse caminho não pode parar.

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): Quando a média nacional são 10%!

O Orador: Em 1996 nós tínhamos na Região uma taxa de abandono escolar precoce na casa dos 60%. Nós, hoje, tivemos em 2019 uma taxa de abandono escolar precoce na casa dos 27%. Ou seja, nestes anos, tivemos uma redução muito significativa na taxa de abandono escolar.

Já agora, Sr. Deputado Joaquim Machado, permita-me que lhe diga também - na minha perspetiva pode ter abordado este assunto com alguma desonestidade intelectual - que terá de reconhecer que o patamar do nosso país em 96, tinha uma taxa de abandono escolar precoce de cerca de 40%. E, portanto, partimos de patamares muito diferentes.

Não posso, no entanto, deixar de me referir a V. Exa., tendo em conta algumas referências que fez na sua intervenção, num estilo que lhe é, aliás, característico e que tem vindo a ensaiar nos artigos de opinião que tem escrito e nas intervenções públicas que tem feito, voltando a fazer agora, contrariando, de resto, o espírito de grande humildade democrática do Sr. Presidente do Governo, que é assentar permanentemente a sua narrativa e a sua abordagem aos assuntos aqui discutidos com algum revanchismo e com uma espécie de ajuste de contas relativamente aos governos do Partido Socialista.

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): É realismo, Sr. Deputado!

O Orador: Há pouco referiu-se em tom jocoso, tentando lançar aqui uma espécie de anátema em relação ao conselho científico do ProSucesso, que se andaria a *pavonear com mordomias* na nossa Região.

Sr. Deputado Joaquim Machado, queria dizer-lhe que o conselho científico do ProSucesso não era remunerado, não tinha qualquer remuneração.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Reuniu-se *pro bono* um conjunto de personalidades de grande relevância no setor educativo do nosso País, com percursos e currículos absolutamente inabaláveis e que se disponibilizaram a ajudar os estudantes dos Açores e o sistema educativo regional, compondo o conselho científico do ProSucesso *pro bono*.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não sabe o que é que diz!

O Orador: Portanto, no estilo que lhe é característico, eventualmente a espaços com algum *veneno*, o Sr. Deputado Joaquim Machado tenta aqui lançar uma espécie de anátema, de que essas pessoas andariam nos Açores com mordomias e com qualquer espécie de remuneração, o que não é assim. Não foi isso que aconteceu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não fizeram foi nada!

O Orador: Gostaria ainda de dizer o seguinte: nós teremos oportunidade, a curto prazo, de verificar que sairá da avaliação externa ao ProSucesso, mas – Sras. e Srs. Deputado, Sr. Deputado Paulo Estêvão e Sr. Deputado Joaquim Machado – não podem V. Exas. fazer *tábua rasa* dos resultados intercalares deste programa que servem também de avaliação do que tem sido o sucesso da aplicação do mesmo.

Para terminar, tendo em conta que isso também fez parte das intervenções do Sr. Deputado Joaquim Machado (referindo-se em tom jocoso), relativamente ao computador Magalhães – e para quem não sabe e chegou agora, o Sr. Deputado Joaquim Machado tem uma obsessão com o eng. José Sócrates, o que será evidente ao longo dos próximos plenários...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é obsessão! Eu não tenho nada!

O Orador: ... gostaria de convidar o Sr. Deputado e também a Sra. Secretária da Educação para que, no âmbito das suas funções, faça a curto prazo uma visita ao projeto da Academia do Código, que está já em curso e aplica o ensino da programação nos primeiros ciclos de ensino e que será certamente um grande instrumento para os jovens dos Açores no futuro e que, na nossa perspetiva, é até muito mais abrangente do que é garantido pelas tecnologias de informação e comunicação no 1º ciclo de ensino.

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Berto Messias:

Leia os meus lábios, aliás eu vou ajudá-lo:

- Não existiu nem foi feita avaliação externa, ponto.

- Não foi feita avaliação ao ProSucesso, pronto! Não há discussão, é factual.

Estava previsto fazer a avaliação no 2º ano.

Já se passaram 5 anos e ela não foi feita!

2º ponto - sobre a taxa de abandono escolar – ó Sr. Deputado Berto Messias, como é que V. Exa. com a experiência política que tem traz aqui este assunto?!

Então uma taxa de abandono precoce de educação e formação de 27%, quando a média nacional é de 11%, e o Sr. vem dizer que foram feitos grandes progressos?!!

Oiça: - este número é inaceitável! É uma vergonha!!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E qual era o ponto de partida, Sr. Deputado?

O Orador: É um número que envergonha a vossa governação e tem de ser alterado. E é evidente que esta distância em relação à realidade nacional tem de ser alterada!

Diz V. Ex^a. que não está previsto nada sobre essa matéria...bom, então o Sr. Deputado não leu o nosso Programa.

Deputado José Contente (PS): Isso não é sério!

O Orador: Como é que se combate de forma eficaz o abandono escolar precoce? Com sucesso.

Há um conjunto enorme de medidas que pretendem promover o sucesso escolar na nossa Região - é a única forma de termos resultados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo Regional)

Sr. Deputado José Contente, em relação aos sindicatos que V. Exa. *demonizou*, para este Governo e para esta maioria, os sindicatos são parceiros, não são um obstáculo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo Regional)

Em relação a todos os sindicatos dos diversos setores, nós temos a obrigação legal – e mais do que isso, temos a convicção! – de negociar com os sindicatos que representam os trabalhadores açorianos.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós temos esse princípio.

E pode ter a certeza que vamos concretizá-lo!

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Apoiado!

O Orador: Também considero que é muito importante que não sejam apenas imputadas responsabilidades às universidades e à Universidade dos Açores. Mas que se faça o que está previsto no Programa e que é “o Governo disponibiliza-se para ser um parceiro, no sentido de atribuir os meios necessários e de quantificar as necessidades para que possam ser construídas as respostas que precisamos, para não termos aquilo que por acaso não acontece este ano letivo – mas já aconteceu nos últimos anos letivos – que é termos falta de professores em todas as escolas da nossa Região.

Há um ponto final que lhe quero referenciar. É que neste Programa do Governo também está prevista uma coisa que era absolutamente fundamental há muitos anos para as nossas ilhas mais periféricas, para muitos territórios educativos, que era criar um regime de incentivos - que afinal era necessário implementar e que já existia no quadro legal - que não foi implementado por V. Exas., porque não acordaram a tempo para este problema.

E, finalmente, uma coisa muito simples e que eu pedi tantas vezes nesta Câmara que se fizesse um levantamento das nossas necessidades, para se poder construir uma estratégia coerente. E V. Exas. nunca fizeram esse levantamento nem a curto nem a médio prazo. E depois, claro, não têm respostas, porque a vossa governação era *à vista*. O que está previsto agora é muito diferente. É fazer as coisas com capacidade de previsão, estudando os problemas a fundo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo Regional)

Deputado José Contente (PS): Não se esqueça de cumprir as 130 propostas para o Corvo!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Aprecio o seu esforço e fica registado. Mas aquilo que eu afirmei é indesmentível.

O Sr. Deputado pode gastar todo o seu tempo nas suas intervenções tentando *salvar* esta omissão, mas isto é indesmentível.

Aquilo que é afirmado pelo Sr. Deputado, como uma matéria de grande relevância no setor da educação e que é reafirmado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, a taxa de abandono escolar precoce não consta do Programa do XIII Governo dos Açores!

Uma matéria que era entendida pelo PSD, como uma matéria de grande relevância a ter em conta, não consta, não é considerada, não existe no vosso Programa!

Isto é absolutamente indesmentível!

E, Sr. Deputado Paulo Estêvão, deixe-me dizer-lhe que não tenho problema absolutamente nenhum, nem tão pouco qualquer um dos meus camaradas, em trazer aqui esse assunto.

Em 1996, nós tínhamos nos Açores uma taxa de abandono escolar precoce de 60%.

Em 2019, temos uma taxa de abandono escolar precoce de 27%! E este caminho não pode parar! E, segundo o que consta no Programa do Governo dos Açores, há um grande risco deste caminho parar!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Tendo em conta que estamos a discutir o Programa do Governo e tal como disse há pouco a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras “estão aqui as linhas para os 4 anos de Governo”, gostaria de perguntar à Sra. Secretária Sofia Ribeiro - esperando um ato de contrição sobre esta omissão, num exercício de humildade que permanentemente o Sr. Presidente e os Membros do Governo fazem - qual é a meta do atual Governo relativamente à taxa de abandono escolar precoce na nossa Região para os próximos anos?

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

De facto, não tenho muito tempo – Sr. Deputado Berto Messias – mas não resisto a dizer-lhe isto (não sou capaz!):

V. Exa. parece um daqueles primeiros mártires... não está aqui a taxa de insucesso! V. Ex^a acha que é muito importante isso vir aqui referido?!

É uma *chaga* de V. Ex^a. e do vosso Governo, mas mesmo assim, insiste em perguntar, tipo aqueles primeiros cristãos, “digam-me porque eu quero esta chaga aqui e quero este sofrimento aqui”.

(Risos e aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo)

O que está aqui é a solução. Não está aqui a referência ao problema, pois ele é evidente. E só se resolve isto com medidas que implementem o sucesso educativo.

Também não consigo resistir em dizer algo em relação ao conselho científico.

V. Exa respondia aos requerimentos que os Deputados lhe faziam – porque tinha essa responsabilidade – e por isso, sabe bem qual foi a resposta que lhes deu relativamente aos relatórios produzidos por esse conselho.

Sabe quantos relatórios foram feitos? – penso que não se deve ter esquecido – nenhum!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do Deputado Carlos Furtado e do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

(*) **Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e caros colegas de Governo:

Duma forma muito sucinta, porque o tempo também escasseia e ainda temos muitas áreas de debate e no respeito por este Programa no seu todo, face à defesa e à orientação aqui feita ficou, contudo, uma área por responder ao Sr. Deputado Berto Messias:

Ponto 1º - Nós não vamos acabar com professores - não vamos acabar mesmo com professores.

Talvez queria dizer, acabar com a situação de professores contratados, que é uma coisa completamente diferente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foi mesmo isso que ele disse, Sra. Secretária!

A Oradora: Mas mesmo que seja em relação à situação dos professores contratados, é preciso termos em atenção um princípio muito básico de que, para nós, não haverá confusões entre as necessidades permanentes e as necessidades que são meramente transitórias no sistema educativo regional e que atiraram os nossos professores contratados para 5, 10 e até 20 anos de contratos sucessivos, sem serem vinculados a um quadro.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve referência ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para dizer-lhe que é com gosto que às vezes o ouvimos, cumprindo também e sempre, um dos seus principais papéis nesta Câmara que é o papel de nos fazer rir - o que é saudável e deve ser registado. Apesar de, muitas vezes, o conteúdo da *graçola* que faz não ter graça nenhuma, mas enfim, cada *humorista* saberá de si.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se não tem graça, não se ria!

O Orador: Sra. Secretária Regional, eu devo ter percebido mal, pois ouvi a anunciar naquela tribuna, tendo sido depois subscrito e reforçado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão como um “anúncio histórico”, que o Governo dos Açores iria acabar com os professores contratados.

Pelos vistos, nesta sua intervenção – não é bem isso que vai acontecer... enfim, cá estaremos expectantes para perceber aquilo que será feito pelo Governo nessa matéria.

Mas V. Exa. não me respondeu em relação à taxa de abandono precoce.

Por isso, reitero a pergunta: gostaria que nos dissesse, para esta Legislatura, qual é a meta do Governo dos Açores para a taxa de abandono escolar precoce na nossa Região.

Fico a aguardar a sua resposta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Berto Messias:

Percebeu mal o espírito da Câmara.

Riram-se de si, não se riram de mim!

(Risos e aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Registo que a Sra. Secretária não respondeu!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para este debate?

(Pausa)

Não havendo, vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

Regressamos aos 25 minutos para as 7.

Eram 18 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 39 minutos.

A pedido do Chega vamos fazer uma atualização dos tempos.

Pedia ao Sr. Secretário que fizesse o favor.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 166 minutos e 46 segundos; o PS de 169 e 40 segundos; o PSD de 145 e 38 segundos; o CDS de 28 minutos e 47 segundos; o Bloco de Esquerda de 12 minutos e 1 segundo; o Chega de 12 minutos e 58 segundos; o PPM de 13 minutos e 20 segundos; o PAN de 11 minutos e 40 segundos; e o Iniciativa Liberal de 12 minutos e 20 segundos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com as intervenções de tribuna agora. Para tal tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

E eis que, em meia dúzia de páginas apenas, se desenha uma profunda reforma para a Educação nos Açores, uma reforma plena de inclusão, de exigência e, essencialmente, de inovação... Procuravam os meus olhos sedentos por conhecer as mais modernas e progressistas inovações pedagógicas e organizativas, aquele toque de Midas ao qual nada mais me restasse que não fosse aplaudir ao brilhantismo finalmente à tona e ao serviço do nosso futuro... Pois bem, confesso-me defraudado, o que na verdade, e para o bem dos nossos alunos açorianos, honestamente gostaria de estar mesmo enganado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor está assim desde o dia 25 de outubro!

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): E está!

O Orador: Exma. Senhora Secretária da Educação, vamos então a vinte grandes inovações:

- Uma expressão de *Couching Educativo*, e que afinal até já nem aparece, renomeada que foi para «*Treino Educativo*» ... Quanto a isto, Senhora Secretária, relembro que o desvirtuoso *ProSucesso* dedica inteiramente um dos seus três únicos eixos exclusivamente à «*Mobilização da Comunidade Educativa e Parceiros Sociais*». O lembrete será mais do que suficiente para que não restem quaisquer dúvidas do profundo esforço programático de integração das famílias no processo educativo dos nossos alunos.

- Uma segunda “grande” inovação será então o «*Ensino Dual*» ... Senhora Secretária, de novo, realmente, será o seu léxico, porque há muito que também esse esforço tem sido incutido e deixado ao critério das escolas a sua maior ou menor implementação muito em função do perfil de seus alunos. Se sobre isto houver dúvidas, sugiro então, e a título de exemplo, uma breve espreitadela ao «*Regulamento dos Cursos de Formação Vocacional*».

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Nós não espreitamos, estudamos!

O Orador: - Uma terceira inovação será a ideia, peregrina diria, de dotar as escolas de equipamento informático... Senhora Secretária: é esse o caminho a seguir, na pegada do investimento que a governação *PS* desbravou. Mais de 2500 computadores apenas nos anos de 2019 e 2020.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sem contar com o Magalhães!

O Orador: - Quarta inovação: introduzir o ensino das Tecnologias de Informação e Comunicação desde o primeiro ano de escolaridade... E reli várias vezes: introduzir as *TIC* desde o primeiro ano? Não posso crer, Senhora Secretária: por acaso já se deu ao transtorno de espreitar a Matriz Curricular em vigor para as escolas dos Açores? Pois bem... As *TIC* são já de oferta obrigatória para os três ciclos do ensino básico! Naturalmente, e depois desta marcante notícia, desnecessário será falar sobre projetos como o «*Atelier do Código*».

- Quinta inovação: segunda língua estrangeira no primeiro ciclo: mais carga letiva, Senhora Secretária? Ou retira o quê e de onde?

- Sexta inovação: um prémio de mérito para os alunos que ingressam no ensino superior. Não pretendo ser indelicado, mas tenho mesmo que, novamente, relembrar que já existe.

- Sétima inovação: ensino bilingue. Muito bem. Pois ficaremos especialmente atentos à concretização desta medida.

Oitava inovação: analisar os resultados do *ProSucesso*! E então?!... Tanto que de mal se disse e escreveu sobre o *ProSucesso* e os seus fracassados resultados e afinal de contas uma importante medida é a de avaliar os resultados do *ProSucesso*?...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É obrigatório!

O Orador: Definitivamente, como é que primeiro se difama e depois se avalia?

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: - Nona inovação: o regime de incentivos à estabilidade docente. Perdoará nova indelicadeza, mas certamente por algum motivo, tal medida se encontrará já prevista num capítulo do Estatuto da Carreira Docente exclusivamente destinado ao efeito: capítulo décimo primeiro, «*Incentivos à Estabilidade*».

- Décima inovação: reforçar autonomia das escolas. Senhora Secretária, sobre isto ficam três observações: Primeira – que mais autonomia nomeadamente administrativa para as escolas não venha a significar um acrescido sacudir de responsabilidades para os seus órgãos de gestão. Segunda – as escolas gozam já de enorme autonomia pedagógica, destacando-se a evidência da adaptação das matrizes curriculares a cada realidade escolar; Terceira – que mais autonomia para as escolas não crie enormes desigualdades relativamente à oferta educativa das diversas unidades orgânicas das nossas nove ilhas.

Décima primeira inovação: as formações contínuas dos docentes. Sobre isto que se diga que têm ocorrido com elevada frequência (seja nas suas respetivas áreas seja no domínio das *TIC* ou outras), na perspetiva de muitos docentes, demasiadas até, pelo que se aconselha antes a cumprir critérios individualizados de necessidade e/ou interesse profissional.

Décima segunda inovação: a revisão do horário de trabalho dos educadores e professores do primeiro ciclo de ensino. Contribuiremos ativamente para o trabalho a desenvolver-se neste domínio.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): É bem-vindo!

O Orador: Décima terceira inovação: o retirar da burocracia da ação docente. É claro que sim, porém novo lembrete: há muito que esse caminho é trilhado.

Deputado Carlos Freitas (*PSD*): Onde?

O Orador: Serão os órgãos de gestão das escolas que devem dar seguimento a esta lógica já legislada.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Onde?

O Orador: Décima quarta inovação: criar um gabinete de apoio ao estudante deslocado. Atentos estaremos à viabilidade e conseqüente concretização da medida.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Estamos atentos há 24 anos!

O Orador: Décima quinta inovação: intenção de diversificação da oferta de ensino artístico. Atentos estaremos à viabilidade e conseqüente concretização da medida.

Décima sexta inovação: qualidade das refeições escolares. Estão já mais do que fiscalizadas e monitorizadas! Convida-se V. Ex. a dar mais uma espreitadela, desta feita ao manual «*Orientações para Lancheiras Saudáveis*».

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): O Sr. Deputado é especialista em sinérgica, por causa das espreitadelas!

O Orador: Décima sétima inovação: espaço próprio nas escolas dotado de *TIC* para os jovens. Ideia gira, lúdica, porém muito pouco refletida quanto à sua aplicabilidade: enorme absorção de recursos, sejam eles salas, computadores, pessoal docente e não docente, sobrecarga na sua gestão.

Décima oitava inovação: garantir a adequação funcional dos trabalhadores que venham a ser colocados nas escolas. E então?!... o Centro de Emprego e o órgão de gestão da escola, não o fazem já?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com certeza que não!

O Orador: Décima nona inovação: avaliar as necessidades do sistema educativo regional e implementar formação inicial docente na Universidade dos Açores.

Restará apenas acrescentar: de aplaudir mais esta intenção de continuidade da política já encetada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Avancemos para uma vigésima grande inovação, ficando-nos por aqui, por ora: integrar, como disciplina obrigatória, a «*História, Geografia e Cultura dos Açores*». Senhora Secretária, fiquei sem fôlego.

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): Eu também!

O Orador: Nem sei que dizer. Ou melhor, nem sei como lhe voltar desagradavelmente a dizer, mas a «*História, Geografia e Cultura dos Açores*» é já de oferta e frequência obrigatórias no segundo e terceiros ciclos das escolas da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado!

Deputado Berto Messias (PS): Uma exigência do PPM!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há pedidos de esclarecimentos.

Sr. Deputado Rui Espínola tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta que é a minha primeira intervenção quero endereçar votos de um profícuo trabalho a todos os colegas deputados e a todos os Membros do Governo no trabalho que se avizinha para um desenvolvimento que todos nós queremos na nossa Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A educação é efetivamente um pilar fundamental da nossa sociedade e é propiciadora da mobilidade social, ascendente, estruturante para o desenvolvimento da nossa sociedade e da nossa economia.

No entanto, na educação nada está acabado e há sempre muito mais que fazer.

Deputado Gil Borges (PSD): Muito bem!

O Orador: Podemos fazê-lo de maneira diferente, mas nunca acaba, há sempre algo a acrescentar, há sempre algo a alterar, porque o que nós queremos todos é o sucesso educativo dos nossos alunos.

Mas para isso nós precisamos de mudar alguns paradigmas e precisamos criar condições para que os nossos alunos consigam desenvolver o seu processo de ensino, aprendizagem.

Nós, nas escolas, não temos essa abundância de equipamento informático que foi aqui dito. Há salas de aula de não têm um computador, há salas de aula que não têm um projetor, ...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

O Orador: ... quando determinados programas, nomeadamente na área da matemática, exigem a presença de um computador e de um projetor no mínimo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais! Relativamente às TIC sabemos todos que apesar de estar previsto no primeiro ciclo, nomeadamente nas escolas de freguesia, isso não existe. Existe nas básicas e integradas, algumas, mas nas escolas do primeiro ciclo isso não existe. Portanto, não corresponde à verdade que isso exista em todos os ciclos de escolaridade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Rodolfo Franca (PS): Está previsto na legislação!

O Orador: Relativamente à burocracia dos docentes, a verdade é que os colegas docentes (porque eu também sou docente, a verdade é essa), os professores nesta Região, veem-se embrenhados num conjunto de tarefas burocráticas e a Sra. Secretária já elencou aqui algumas, nomeadamente a inserção de turmas num programa informático, é um exemplo, mas havia outras que a gente poderia enumerar aqui, e que, enfim, deveriam estar concentrados naquilo que é a preparação das suas atividades letivas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, e porque aqui também foi dito, relativamente à disciplina de História, Geografia, Cultura dos Açores a verdade é que ela está a ser lecionada num caráter transversal a todas as disciplinas, desvirtuando completamente aquilo que foi a proposta aprovada nesta Casa, ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ou pelo menos a intenção que veiculava essa proposta.

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Queria acrescentar ainda aqui a questão do ensino artístico e chamar a atenção ao desinvestimento que houve no ensino artístico.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Poderia dar aqui o exemplo do Conservatório de Angra do Heroísmo que se vê com dificuldades por não ter, por exemplo, pianos em condições para poder ministrar as suas aulas. Isto é um exemplo concreto e prático que se passa no ensino artístico.

Mas o Sr. Deputado que proferiu ali a sua intervenção esqueceu-se de falar em algo muito importante. Esqueceu-se de falar na falta de prospectividade que o governo anterior teve relativamente à formação de professores.

Sabe muito bem que neste momento não existem em alguns grupos de recrutamento professores para colocar nas nossas escolas.

Deputados Bruno Belo (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Esqueceu-se disso! Também se esqueceu na incapacidade que o anterior governo teve, por exemplo, para pôr um travão para limitar as contratações sucessivas de professores. Sim, porque há professores nesta Região que estão contratados há 15 anos e mais anualmente. Portanto, ninguém está aqui a falar de acabar com os professores contratados, como foi dito aqui dentro falsamente.

Deputado Berto Messias (PS): A Sra. Secretária é que disse!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Com a situação de contratados!

O Orador: Está-se a dizer é limitar a contratação sucessiva de professores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

Acrescentemos ainda a questão do parque escolar e nesta Região foi construído um conjunto de escolas, mas descuroou-se a manutenção do parque escolar ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e por isso mesmo, neste momento, existem inúmeros problemas de manutenção no parque escolar da Região Autónoma dos Açores.

Queria ainda, para terminar, chamar a atenção para a questão do ProSucesso. O ProSucesso carece de uma avaliação. Nem tudo no ProSucesso foi mau, houve coisas que efetivamente não correram bem e uma das questões que os professores sentem neste momento e que esperemos que a nossa Secretária Regional e a tutela façam uma avaliação desta situação, tem a ver com o excesso de formações que os professores de todos os ciclos de ensino estão a

enfrentar neste momento e a frequentar, de caráter presencial, de caráter online, com trabalho colaborativo semanalmente, quando deviam estar concentrados na preparação das suas atividades letivas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

O Orador: Portanto, isto é que é fundamental. Isto foi o que os senhores criaram.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, passemos para a próxima intervenção, que é da Sra. Deputada Délia Melo. Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Délia Melo (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção, cumprimentar o nosso Presidente da Assembleia e todos os presentes, desejando um bom trabalho em prol dos açorianos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Obrigada!

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): Obrigado!

A Oradora: Ora bem! Estamos a falar de educação e porquê?

Porque o desenvolvimento de uma sociedade alicerça-se, fundamentalmente, na Educação, pois é a qualificação da população que melhor garante um futuro de prosperidade.

Nesta senda, é importante investir mais nesta área que sofreu, nos últimos anos, com uma visão estratégica que não produziu os efeitos desejados, os resultados que se desejavam, com a falta de diálogo e de proximidade com os agentes educativos que conhecem a realidade da educação por estarem diariamente nela a trabalhar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Como afirma a nossa Secretária da Educação, Dra. Sofia Ribeiro, “Não podemos prosseguir com políticas centralizadas, construídas do topo para a base, mas antes defini-las conjuntamente, garantindo a sua adequada exequibilidade”.

Claro que há alguns aspetos que o governo anterior nos deixou, aspetos positivos. Aquilo que nós queremos é efetivamente dar continuidade àquilo que foi bem feito e melhorar o muito que há ainda a melhorar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

A Oradora: Ora, vejamos então, qual é o estado da educação na Região Autónoma dos Açores, agora na atualidade?

Embora o Sr. Deputado José Contente tenha dito que as estatísticas não deveriam ser tidas em conta, ...

Deputado José Contente (PS): Eu?

Deputado Gil Borges (PSD): Disse, disse!

A Oradora: ... a verdade é que há dados factuais que nos mostram que os Açores estão muito abaixo da média nacional em praticamente todos os

indicadores relativos à educação. Portanto, isto é inegável. Temos, inclusivamente, um estudo que saiu ontem da TIMSS, em que foram divulgados os resultados e que apresenta que a Região Autónoma dos Açores tem resultados médios mais baixos que o contexto nacional. Portanto, saídos ontem.

De acordo com o PORDATA, a taxa de abandono precoce nos Açores representa “mais do dobro” da registada a nível nacional. Não vamos estar aqui a repetir aquilo que já foi dito.

Temos a única administração pública do país que não limita a contratação sucessiva de professores, que também já foi aqui referido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

A Oradora: Esta instabilidade é uma das causas para a falta de docentes atualmente (que se agudizou, agora, na altura da pandemia). Aliás, neste momento, não existem professores disponíveis para suprir as necessidades do sistema educativo regional e há várias escolas onde os alunos não têm aulas a determinadas disciplinas desde o início do ano letivo. Isso, meus senhores, não se compreende!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É uma tradição, Sra. Deputada!

A Oradora: Centrando-nos, agora, no parque escolar da região. Ouço dizer que houve um claro desencontro entre aquilo que foi projetado e aquilo que foi efetivamente executado. Temos a título de exemplo: a obra da EBI das Capelas ainda inacabada; o início de construção da nova escola dos Arrifes ainda sem a primeira pedra lançada; a Escola Básica e Secundária de Santa Maria que continua à espera das obras de remodelação do pavilhão gimnodesportivo que

serve toda a população estudantil da ilha; a 2.^a fase de requalificação da Escola Básica António José D'Ávila ainda por avançar. Entre muitos outros...

Mas muito poderia ser dito, vamos olhar, contudo, para o futuro, que é aquilo que nos interessa!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: Urge então a adoção de decisões políticas capazes de reverter o ciclo de degradação do ensino e das condições do exercício profissional dos docentes, pois a falta de investimento na Educação tem efeitos nefastos com avultados prejuízos sociais e económicos para a Região.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Há que resolver, de uma vez por todas, a situação de precariedade laboral dos professores, estimulando a estabilidade de quadros docentes e a criação de incentivos à fixação destes profissionais principalmente nas ilhas menos populosas, porque apostar nesta classe é apostar no futuro dos Açores!

Deputados João Bruto da Costa (*PSD*) e **Paulo Estêvão** (*PPM*): Muito bem, Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

A Oradora: Há ainda que reforçar as equipas multidisciplinares nas escolas, destinadas a acompanhar em permanência os alunos, designadamente aqueles que revelem maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar, comportamentos de risco, porque existe um défice considerável de docentes e técnicos detentores de formação especializada nas escolas da Região, o que resulta na sobrecarga de trabalho para os poucos elementos que lá estão e alguns deles têm de assumir funções que extravasam as suas competências.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Há que desburocratizar e desmaterializar o ensino. Numa era digital, é necessário garantir que todos tenham acesso a novas ferramentas e ao conhecimento adequado para com elas trabalharem, de modo a não se voltar a verificar situações como aquelas que ocorreram e ainda ocorrem com o ensino à distância.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

A Oradora: Nesta sequência, é necessário, portanto, proporcionar formação adequada e útil (convém sublinhar) a toda a comunidade escolar, agora direcionada para os novos desafios da educação para a inovação.

Há que dar mais autonomia pedagógica e financeira às escolas para criarem modelos próprio, com metas mensuráveis, de acordo com o contexto socioeconómico em que se inserem, de forma a cativarem os alunos e garantirem uma maior e mais completa integração destes.

Há que incentivar a interação entre escolas, bem como reforçar a aproximação da sociedade e das famílias às mesmas, através de projetos educativos e de parcerias com os municípios e as associações.

Portanto, meus senhores e minhas senhoras, o programa hoje aqui apresentado responde a estas e a muitas outras necessidades na área da educação. É, de facto, bastante ambicioso, mas é exequível, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... assenta nos princípios da inovação, da exigência e da inclusão.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

A Oradora: Nós não somos os detentores da verdade, os donos da verdade, mas cremos veemente que este é o caminho a percorrer. Estaremos, porém, sempre abertos ao diálogo, ao saudável debate de ideias, dignificando esta Casa da autonomia onde todos nós nos encontramos, para, humildemente, traçarmos as melhores soluções em prol dos açorianos, nunca numa ação contraproducente de apontar o dedo sem referir as soluções!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

É esta a atitude que se espera de todos aqueles que aqui se encontram.
Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há pedidos de esclarecimento.

Parece não haver. Vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Por solicitação do Governo a temática relativa à área da saúde será só discutida amanhã e sendo assim dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais as minhas felicitações a todos, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O agrorural deve assumir nos Açores uma atenção social e económica de todos nós. É certo que não somos todos produtores de agro alimentos, mas é certo que somos todos consumidores de agro alimentos.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*): É verdade!

O Orador: Neste exato entendimento, podemos todos contribuir para a criação de emprego, fixar jovens, contrariar o despovoamento, combater as alterações climáticas, ajudar o ambiente e diminuir a dependência alimentar do exterior, entre outros benefícios, mas podemos fazer tudo isso se consumirmos agro alimentos produzidos na nossa Região. Por isso, enquanto governante, apelo ao consumo dos produtos agroalimentares produzidos nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

Como já referiu o Sr. Presidente do Governo Regional e nunca é demais dizer, porque esta é uma bússola, o agroalimentar na Região, o setor primário está presente no nosso quotidiano. Todavia, precisa e merece dar um passo em frente. Com investigação, com inovação, com competitividade. A Agricultura tem, nos Açores, uma expressão económica, social e territorial de grande relevância para a coesão regional, que marca a identidade e a genuinidade de cada uma das nossas ilhas e das suas gentes.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

O Orador: A estratégia para a agricultura açoriana pressupõe uma visão de futuro, assente numa agricultura mais sustentável, mais diversificada, adaptada às nossas condições edafoclimáticas e que contribua para a progressiva autonomia alimentar, no âmbito das opções da União Europeia para o sector agrícola.

As oportunidades para uma “Agricultura Ecológica” estimulam um modelo preferencial para que os mercados e os consumidores atribuam outro valor e função que deve ser remunerada pelo mercado, mas também pela compensação pública.

Mas igualmente devemos estar despertos para promover oportunidades do agrorural na esfera da bio economia e da economia circular. Estes são os novos desafios deste Governo Regional no âmbito agroalimentar.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Assim, vamos dar valor a cada ilha, construindo, especificamente, um plano agrorural para cada ilha, mas integrado numa lógica de complementaridade regional.

Vamos melhorar o nosso grau de autoabastecimento alimentar. A riqueza de um país ou de uma Região também se mede pela sua capacidade de produzir alimentos.

Vamos criar emprego no âmbito da economia rural, através do “Programa Rural Açores Jovem”.

Vamos acompanhar e conquistar novos mercados e ter a capacidade de antever o comportamento das globalizações e dos seus acordos.

Esta postura representa um novo fator de competitividade e evita governar às cegas. Aliás, irá possibilitar, com outras medidas de previsibilidade e planeamento que os Agricultores deixem de ter medo de exercer a sua profissão nos Açores.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Vamos produzir conhecimento em parceria com a nossa Universidade e transmiti-lo a quem produz. Apostar decisivamente na investigação, na experimentação e no aconselhamento rural. Será, para isso, criado o Conselho Científico para a Inovação Agroalimentar.

Vamos ter a formação profissional em agricultura, economia rural e sustentabilidade ambiental, com recurso a estruturas do ensino regular e de formação especializada, atentas às necessidades formativas de cada ilha.

Vamos reconhecer as organizações de produtores como parceiros, numa estratégia da formulação das melhores respostas e orientações de objetivos.

Vamos promover a certificação ecológica de explorações agrícolas.

Vamos pugnar por um investimento público em infraestruturas, com financiamento da União Europeia, com a manutenção e gestão dos caminhos de acesso às explorações, do abastecimento de água e da eletrificação através de programas de responsabilidade partilhada entre o governo regional e as autarquias.

Vamos implementar uma diversificação produtiva que contemple, por exemplo, a fruticultura, a horticultura, a floricultura, o mel, a silvicultura, a produção de carne, a produção de leite e a vitivinicultura (aqui aponto em especial a criação

do Instituto da Vinha e do Vinho, dando seguimento ao que está em curso e o que está bem e em curso é para continuar).

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

O Orador: Importa, contudo, dizer que diversificar terá um novo conceito. Diversificar não tem de significar abandonar uma determinada produtividade agrícola, agora vai significar aproveitar, sobretudo, o conhecimento adquirido, mas alterando o modo produtivo.

Vamos estar na linha da frente, com uma forte atitude política de reivindicação de um ajustado POSEI à realidade Açoriana e de uma PAC que afirme de forma jurídica, política e institucional o nosso Estatuto de Região Ultraperiférica.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É tempo de os apoios comunitários aos agricultores serem pagos sem demagogias ou interpretações dúbias. Eles são um direito e não um favor. Eles são um pagamento pelas nossas escolhas enquanto cidadãos desta Europa Unida e não uma esmola ou uma benesse de qualquer governo. É um direito.

Nenhum agricultor quer subsídios, pelo contrário quer um preço justo pelo seu produto, ou melhor um preço justo pelo seu trabalho.

Neste sentido, avançaremos no encontro do preço justo e do lucro. Será finalmente estudada a formação dos preços na cadeia de abastecimento dos agro alimentos.

Deputado Rui Espínola (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

O Orador: Com esta disposição e atendendo à multifuncionalidade económica, social e ambiental da agro ruralidade na Região, trabalharemos para que os Açores tenham um futuro no futuro.

Disse.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (*PAN*): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Senhor Secretário António Ventura, após ter tomado posse, não perdeu tempo e foi a correr ter uma reunião com a federação agrícola logo a seguir, que, e por mais contra-argumentos que se possam dar, é uma entidade que defende unicamente um sector, e de certeza que não é o sector agrícola, etimologicamente falando.

Como não o vi, nem a correr nem mais devagar a ir ao encontro de outras associações ou entidades que defendam a agricultura mais generalizada e ampla, sejam associações ou cooperativas com peso na Região, tenho que deprender que a estratégia política do Sr. Secretário não tem a ver com o discurso que teve agora, não é no apoio das associações e das economias agrícolas familiares que enfrentam graves dificuldades em resultado das más

políticas Regionais, que apenas defendem associações agropecuárias, dedicadas exclusivamente à produção da carne e do leite, ignorando outras associações agrícolas que promovem produtos para hábitos alimentares mais saudáveis e com uma pegada ambiental bem menor.

Contudo, tenho que fazer a pergunta para que fique registado: - Sr. Secretário, no programa do Governo, e dito inúmeras vezes durante a campanha, pelo PAN e pelo agora Presidente do Governo na altura candidato, sobre, e cito: “a estratégia para a agricultura açoriana pressupõe uma visão de futuro, assente numa agricultura mais sustentável, mais diversificada, adaptada às nossas condições edafo climáticas e que contribua para a progressiva autonomia alimentar.” É para cumprir o que diz o seu Presidente, nivelando a balança da agricultura na Região, que é tão preciso, com um aumento na aposta nas hortícolas e frutícolas e robustez na floricultura, silvicultura e vitivinicultura como você disse, ou você vai responder a outro presidente, como por exemplo, o da Federação Agrícola?

Sobre o bem-estar animal, no programa de governo e cito novamente a única frase existente no documento programático <página 111> sobre a proteção animal - "Uma verdadeira visão holística da preservação ambiental não deve descurar igualmente o bem-estar animal. O Governo terá em conta as melhores práticas europeias neste âmbito, envolvendo as autarquias locais e as associações do sector."

Ora bem, vamos às práticas europeias que estão em vigor: - A iniciativa 2018/2110 aprovada no Parlamento Europeu do documento da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu sobre a execução do Regulamento n.º 1/2005, que o Sr. Secretário deve conhecer, que tem a ver com a proteção dos animais durante o transporte dentro e fora da UE - onde se tinha verificado uma série de incumprimentos deste regulamento sobre o tempo de duração dos transportes de animais vivos que tinha que ser

encurtado e no melhor controlo do cumprimento das regras estabelecidas para proteger os animais durante o transporte, assim como um claro reforço da fiscalização.

Dou um exemplo quando poderia dar vários, mas o meu tempo é curto: transporte de animais vivos carregando nas Flores, com transbordo em São Miguel, depois vai para a Madeira e depois vai para Lisboa.

A última denúncia do PAN, que motivou abertura de inquérito por parte da antiga Direção de Agricultura, e que ficou sem resposta, foi registada numa carga na ilha das Flores, que passou por São Miguel com escala no Funchal e com destino ao continente, somando mais de uma semana e meia de viagem em que os animais, devido a sobrelotação, não tiveram possibilidade de se deitarem ou de terem acesso a abeberamento, incorrendo a vários incumprimentos da lei. Durante o percurso os animais nunca foram retirados dos contentores até à descarga em Lisboa. Repito, nunca foram retirados dos contentores. Uma semana e meia sem sair e é prática comum.

Falta preparação e formação de tratadores contratados ou subcontratados especializados, devidamente formados, quando existem obviamente tratadores dentro do navio, com experiência profissional confirmada para correto manuseio dos animais e seu tratamento adequado, assim como, habilitação correta para cumprimento de planos de emergência determinados pela transportadora, devidamente autorizados pela autoridade veterinária, e que acompanhem os animais durante toda a viagem, desde o ponto de partida até ao ponto de chegada.

Segunda pergunta Sr. Secretário, irá prever a presença de tratadores, preferencialmente formados, no transporte de animais vivos inter-ilhas e para o continente? Vai cumprir com as práticas europeias que designam que os animais têm que sair dos contentores entre transbordos inter-ilhas?

Terceira pergunta - Sobre os animais de grande porte, nomeadamente os equídeos e os bovinos, vai-se continuar a fechar os olhos aos maus-tratos destes animais sem que haja verdadeiras regras protecionistas comparativamente aos animais de companhia que a legislação é diferente?

Última pergunta: - Abate de animais saudáveis nos canis – mais uma vez algo totalmente contra as regras europeias, da lei Madeirense e obviamente do continente. Irá o governo acompanhar o projeto decreto legislativo do PAN, já registado com DLR N°1 desta Legislatura, para o fim do abate de animais nos canis nos Açores?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para pedido de esclarecimentos a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Primeiramente dizer que é com satisfação que vemos que está vertido aqui no Programa do Governo, bem como aquilo que foram as declarações tornadas públicas pelo Sr. Secretário da Agricultura, a reivindicação quanto ao POSEI, a negociação com Bruxelas e àquela posição que é conhecida quanto a um corte de cerca de 100 milhões de euros. Todos nós sabemos o impacto que o POSEI tem na vida dos nossos agricultores e é de salutar esta atitude reivindicativa para uma ajuda que é tão importante.

Também dizer que esperamos que perante esse eventual cenário que o Governo da República também assuma aqui o seu papel e certamente avance com um programa para que possa colmatar este défice que será muito prejudicial para o setor na nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quero também lembrar ainda que relativamente ao POSEI e à ilha de São Jorge este assume uma grande importância, pois para o setor cooperativo é muito importante a ajuda que existe ao armazenamento do queijo de São Jorge e como tal é imprescindível manter esse apoio ao queijo de São Jorge. Falando de queijo de São Jorge todos nós reconhecemos e é reconhecido a nível nacional e internacional a qualidade daquele produto, mas também temos os produtores jorgenses a produzir o melhor leite da Europa, mas nunca se conseguiu alcançar que isso fosse refletido no rendimento e é com agrado que também vemos esse esforço e esse trabalho no sentido de finalmente conseguirmos ver este nosso produto jorgense cada vez mais valorizado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo Regional)

A Oradora: Também dizer, e ainda o setor agrícola na ilha de São Jorge, que estamos certos (porque tem sido também a atitude do Secretário e as medidas que estão plasmadas no Programa do Governo) numa atitude de empenho neste Governo para finalmente vermos São Jorge com o seu novo matadouro, um anseio já de alguns anos, o matadouro mais antigo da Região ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem, Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo Regional)

A Oradora: ... e, portanto, estamos certos de uma atitude reivindicativa e ativa, se calhar o termo é mais esse, neste processo de construção do novo

matadouro em São Jorge. O abate de bovinos tem vindo a crescer, já assumem uma importância na nossa economia local os produtores de carne, portanto, é um importante sinal para esta classe e também criar outras condições e até mesmo no âmbito do que foi agora anteriormente mencionado pelo Deputado Pedro Neves no sentido também da criação do bem-estar animal e daquilo que deve ser também essa nossa preocupação de todos nós, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: ... aliás, uma preocupação da sociedade de hoje em dia, que está plasmado aqui no programa do Governo.

Também dizer só para finalizar que é também com muito agrado que vemos a questão do plano agrorural por ilha. Estamos certos que será um importante contributo, pois cada ilha tem as suas características e as políticas têm de ser implementadas também dada essa realidade, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: ... porque, como já foi dito aqui, os Açores têm que caminhar lado a lado e esse plano vai ser importante para o setor, vai ser importante para termos políticas direcionadas a cada ilha, aos nossos agricultores ...

Deputado Nuno Gomes (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: ... e é isso que esperamos também para todos, desde os agricultores de leite, desde os agricultores de carne, horticultores, a diversificação agrícola, que é também uma vertente importante na nossa agricultura e até na anterior legislatura aprovámos nesse âmbito uma medida de incentivo à aprovação do inhame e do café. Lá está, dois produtos que são característicos da nossa ilha de São Jorge. Acho que este caminho do plano agrorural será uma importante medida para o setor.

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção nesta XII Legislatura saúdo as Sras. e os Srs. Deputados, o Sr. Presidente da Mesa e respetiva Mesa, o Sr. Presidente do Governo e os Srs. Membros do Governo, desejando a todos um trabalho profícuo em prol dos Açores e dos açorianos.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Devolvo-lhe o cumprimento, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, tenho que de facto felicitá-lo, porque na sua intervenção, nesta área, estive com muita atenção e de facto as coisas boas devem continuar e o senhor acabou de anunciar, e que era um compromisso do Partido Socialista, nomeadamente com os picarotos, a criação de um Instituto da Vinha e do Vinho. A questão que quero levantar é a seguinte: este Instituto da Vinha e do Vinho é para ter sede na ilha do Pico?

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, também felicitar todas as Sras. e Srs. Deputados para uns quatro anos com sucesso, porque os sucessos desta Casa serão seguramente os sucessos dos açorianos.

Seguidamente felicitar o Sr. Secretário da Agricultura pela parte que lhe cabe no programa do Governo e porque este programa do Governo traz aos Açores uma valorização daquele que é o papel do agricultor, daquele que é o papel do agricultor nas suas ilhas ocupando parcelas do território regional que sem o agricultor estariam despovoadas. Este papel do agricultor é não só um papel económico, mas é também um papel social e este programa contém também uma multiplicidade de objetivos e medidas para cada fileira. Tem em si o reconhecimento das principais e dos atuais problemas que atingem a economia agrícola.

Este programa coloca, como foi dito por Sua. Exa. o Sr. Secretário Regional, os investigadores, os técnicos, as organizações, as indústrias, os operadores de mercado imbuídos de uma estratégia conjunta.

Sr. Secretário da Agricultura, olhar a agricultura nos Açores é sobretudo perceber quer caminhos vamos trilhar, que recursos queremos valorizar, que potencialidades de cada uma das ilhas vamos elevar, vamos tornar na diferença das ilhas a complementaridade de uma Região e isto, Sr. Secretário, vai valorizar uma economia de forma integrada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Hoje, um agricultor é mais do que um produtor de alimentos. Hoje, um agricultor é também um prestador de serviços na área do ambiente, na área do turismo e é no vértice deste triângulo – ambiente, agricultura e turismo – que está seguramente uma cadeia de valor que poderá trazer à nossa Região uma mais valia económica e conseqüentemente uma mais valia social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo Regional)

O Orador: Sr. Secretário, para finalizar, os resultados económicos das explorações agrícolas dependem, por um lado, daquela que é a remuneração dos produtos no mercado e, por outro lado, aqueles que são os apoios públicos, sejam eles regionais, nacionais ou europeus.

É sem dúvida nenhuma um aspeto fundamental na viabilidade das explorações aquilo que se chama a conta de exploração e ao longo dos anos o que tem acontecido é que os fatores de produção crescem mais do que a valorização dos preços dos produtos no mercado. É importante para todos os agricultores da Região percebermos quanto é que custa produzir um litro de leite em São Miguel, nas Flores, na Terceira ou em São Jorge.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Produzir um quilo de carne em Santa Maria, na Graciosa, no Corvo, no Faial ou no Pico ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e é aqui Sr. Secretário a pergunta que lhe faço: aquilo que nós exigimos ao longo dos últimos anos ao anterior Governo e que nunca foi feito, que era conseguirmos fazer um estudo sobre o preço de custo de cada um desses produtos em cada uma das ilhas, vai ou não ser uma realidade, Sr. Secretário?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo Regional)

Presidente: A Mesa neste momento não tem inscrições para pedido de esclarecimentos. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Citando a saudosa Deputada Zuraida Soares, eu quero aqui solicitar um intervalo de meia hora, que agora já posso.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Está concedido.

Atendendo ao nosso horário vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje e regressamos amanhã às 10 horas.

O Sr. Secretário vai atualizar os tempos.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 159 minutos e 31 segundos; o Partido Socialista de 159 minutos e 39 segundos; o PSD de 127 minutos e 54 segundos; o CDS-PP de 24 minutos e 46 segundos; o PAN de 7 minutos e 3 segundos; o Bloco de Esquerda de 12 minutos e 1 segundo; o Chega de 12 minutos e 58 segundos; o PPM de 13 minutos e 20 segundos; e o Iniciativa Liberal de 12 minutos e 20 segundos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Até amanhã a todos.

Eram 19 horas e 33 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

1 - Projetos de Lei:

Assunto: N.º 512/XIV (BE) – Medidas para a recuperação da atividade das juntas médicas de avaliação de incapacidades – n.º 341/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 09 – 23

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2020 – 10 – 13;

Assunto: N.º 518/XIV (PCP) – Amplia as fontes de financiamento da Segurança Social - n.º 342/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 09 – 23

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 10 – 13;

Assunto: N.º 547/XIV (PS) - Altera disposições das leis eleitorais para o Presidente da República, a Assembleia da República e dos órgãos das autarquias locais, as leis orgânicas do regime do referendo e do referendo local e o regime jurídico do recenseamento eleitoral, alargando o voto em mobilidade e simplificando e uniformizando disposições transversais à realização de atos eleitorais e referendários - n.º 344/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 10 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 10 – 27;

Assunto: N.º 548/XIV (PS) - Harmoniza a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu com as disposições em vigor na ordem jurídica portuguesa sobre perda de mandato de titulares de cargos eletivos - – n.º 345/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 10 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 10 – 27;

Assunto: N.º 549/XIV (PS) - Estabelece um regime excecional de voto antecipado na eleição do Presidente da República para os eleitores a quem foi decretado confinamento obrigatório, decorrente da epidemia SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, no respetivo domicílio ou noutra local definido pelas autoridades de saúde que não em estabelecimento hospitalar - n.º 346/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 10 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 10 – 27;

Assunto: N.º 573/XIV (PSD) - Define as diretrizes para a elaboração dos planos de mobilidade urbana sustentável – n.º 349/XI-AR

Data de Entrada: 2020 – 10 – 21

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 11 – 10;

Assunto: N.º 577/XIV (PS) - Aprova a Lei de Bases da Política do Clima – n.º 352/XI-AR

Data de Entrada: 2020 – 11 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 11 – 25;

Assunto: N.º 578/XIV (BE) - Lei de Bases do Clima – n.º 353/XI-AR

Data de Entrada: 2020 – 11 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 11 – 25;

Assunto: N.º 579/XIV (PSD) – Altera o artigo 36.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, de modo a prorrogar o período de admissão de novas entidades ao Regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira ou Zona Franca da Madeira até 31 de dezembro de 2023, em conformidade com o Regulamento (UE) 2020/972 da Comissão, de 2 de julho de 2020 – n.º 354/XIAR

Data de Entrada: 2020 – 11 – 05

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 11 – 25;

Assunto: N.º 586/XIV (BE) –Condiciona o exercício da caça a espécies cinegéticas que não se encontrem ameaçadas, ou quase ameaçadas, e que apresentem estatuto de conservação conhecido (8.ª alteração ao decreto-lei n.º 202/2004, de 18 de agosto) – n.º 002/XII/AR

Data de Entrada: 2020 – 12 – 03

Comissão:

Data Limite de Parecer: ;

2 - Propostas de Lei:

Assunto: N.º 56/XIV (GOV) - Altera o prazo de submissão da proposta do orçamento municipal para 2021 - n.º 340/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 09 – 18

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2020 – 10 - 08;

Assunto: N.º 57/XIV (GOV) - Transpõe a Diretiva (UE) 2018/958, relativa a um teste de proporcionalidade a realizar antes da aprovação de nova regulamentação das profissões - n.º 343/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 10 – 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 10 – 21;

Assunto: N.º 60/XIV/1.^a (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2021-2023 - n.º 347/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 10 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 10 - 26;

Assunto: N.º 61/XIV/1.^a (GOV) - Orçamento de Estado para 2021 - n.º 348/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 10 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 10 - 26;

3 - Projetos de Resolução:

Assunto: N.º 740/XIV (CH) - Pelo apoio aos guias de informação turística açorianos que se encontram em cenário de verdadeira periclitância social e económica por ação do Covid-19- n.º 350/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 10 – 22

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 11 – 12;

4 – Projeto de Decreto do Presidente da República:

Assunto: Pedido de autorização do Senhor Presidente da República para declaração do estado de emergência – n.º 351/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 11– 05

Comissão: Permanente

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

Assunto: Pedido de renovação do Senhor Presidente da República para declaração do estado de emergência – n.º 001/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 11– 19

Comissão: Cada partido emitiu parecer

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

Assunto: Pedido de renovação do Senhor Presidente da República para declaração do estado de emergência – n.º 003/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 12– 04

Comissão: Foram emitidos pareceres por todos os Grupos e Representações Parlamentares

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

5 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Altera as prescrições mínimas de proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores contra os riscos da exposição a agentes biológicos durante o trabalho e transpõe as Diretivas (UE) 2019/1833 e 2020/739 - MTSSS - (Reg. DL 550/XXII/2020) – n.º 187/XI-OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 10– 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 10 – 22;

Assunto: Altera o regime relativo ao complemento solidário para idosos – MTSSS - (Reg. DL. 556/XXII/2020) – n.º 188/XI-OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 10– 06

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2020 – 10 – 21;

Assunto: Altera o Código da Estrada e legislação complementar, transpondo a Diretiva (UE) 2020/612 – MAI - (Reg. DL. 513/XXII/2020) – n.º 189/XI-OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 10– 12

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 10 – 24;

Assunto: Transpõe as Diretivas (UE) 2017/159 e 2018/131, relativas ao trabalho a bordo das embarcações de pesca e à atividade de marítimos a bordo de navios - MTSSS - (Reg. DL 585/XXII/2020) – n.º 190/XI-OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 10– 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 11 – 02;

Assunto: Transpõe as Diretivas (UE) 2018/957, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços - MTSSS - (Reg. DL 586/XXII/2020) – n.º 191/XI-OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 10– 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 11 – 02;

Assunto: Aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852 - MAAC - (Reg. DL 559/XXII/2020) – n.º 194/XI-OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 11– 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 11 – 25;

Assunto: Altera as regras de rotulagem do mel - MA - (Reg. DL 548/XXII/2020) – n.º 1/XII-OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 11– 24

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 12 - 14

6 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 001/XII

Assunto: [Assegura a entrada em vigor imediata da proibição do abate de animais de companhia e de animais errantes na Região Autónoma dos Açores – \(primeira alteração ao Decreto legislativo regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho\)](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2020 – 12 – 02

Comissão:

Data Limite de Parecer:

7 – Projetos de Resolução:

N.º 001/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a atribuição de um Subsídio de Risco aos Bombeiros Profissionais ao Serviço das Associações Humanitárias dos Açores como suplemento remuneratório](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2020 –12– 03

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer:

N.º 002/XII

Assunto: [Transmissão dos trabalhos das comissões parlamentares por meios telemáticos](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2020 –12– 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer:

8 – Requerimentos:

Assunto: [Obra de reabilitação e beneficiação da estrada entre a Beira e São Pedro](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 16

Referência: 54.01.05 – N.º 1008/XI;

Assunto: [O Governo Regional não age no sentido de impedir o estado de agravamento da lagoa do Caldeirão](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.09 – N.º 1009/XI;

Assunto: [Verbas mobilizadas para a cooperação específica com os Açores no quadro de Cooperação de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 1010/XI;

Assunto: [Resultados obtidos no âmbito da responsabilização do Estado português e dos Estados Unidos pela utilização da Base das Lajes](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.03 – N.º 1011/XI;

Assunto: [Defesa do património móvel, imóvel e imaterial dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 1012/XI;

Assunto: [Programa de monitorização das lagoas dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 1013/XI;

Assunto: [Os dividendos da EDA e o atraso no aumento da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 1014/XI;

Assunto: [Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 1015/XI;

Assunto: [Ausência de avaliação externa do ProSucesso](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 1016/XI;

Assunto: [O falhanço das políticas governamentais para a fileira do leite](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 1017/XI;

Assunto: [Apoio ao sector da transformação no âmbito da fileira do leite](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 1018/XI;

Assunto: [Política de valorização do preço pago aos agricultores no âmbito da valorização da carne](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 1019/XI;

Assunto: [Diversificação produtiva no âmbito do setor agrícola regional](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 1020/XI;

Assunto: [Dados estatísticos de consumo e produção por produto agrícola](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 1021/XI;

Assunto: [Estratégia de transporte da produção agrícola local](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 1022/XI;

Assunto: [O transporte de peixe a partir da ilha do Corvo está estrangulado](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29

Referência: 54.07.09 – N.º 1023/XI;

Assunto: [Caderno de encargos Porto Espacial de Santa Maria](#)

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2020 – 10 – 02

Referência: 54.06.01 – N.º 1024/XI;

9 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Governo Regional não pode responsabilizar pais e encarregados de educação por falta de computadores no ensino à distância](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 10 – 01

Referência: 54.03.07 – N.º 995/XI;

Assunto: [Prolongamento e consolidação da operação da “Linha Branca” da Atlânticoline](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 10 – 01

Referência: 54.03.04 – N.º 1004/XI;

Assunto: [Obra de reabilitação e beneficiação da estrada entre a Beira e São Pedro](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 10 – 02

Referência: 54.01.05 – N.º 1008/XI;

10 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a comunicar os resultados das Eleições para a designação do Membro do Conselho Geral Independente (CGI) indigitado pelo Conselho de Opinião (CO)

Proveniência: José Lourenço, Representante dos Açores no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

Data de Entrada: 2020 – 09 – 10;

Assunto: Ofício a remeter o parecer do Conselho de Opinião da RTP, S. A., sobre o cumprimento das obrigações de serviço público de rádio e televisão e do projeto estratégico de 2019

Proveniência: José Lourenço, Representante dos Açores no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

Data de Entrada: 2020 – 09 – 11;

Assunto: Ofício a remeter a reflexão sobre desenvolvimento sustentável e inclusivo na fase pós-COVID 19 e visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030

Proveniência: Maria Adília Lopes, Secretária Executiva do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável - CNADS

Data de Entrada: 2020 – 09 – 14;

Assunto: Ofício/exposição sobre uma consulta de dermatologia de Maria Hermínia Gonçalves, no HSEIT.

Proveniência: Jacinto Rui Silveira

Data de Entrada: 2020 – 09 – 16;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório n.º 12/2020 “Perspetivas Económicas e Orçamentais 2020-2024 (Atualização)”.

Proveniência: Helena Rua, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2020 – 09 – 17;

Assunto: Ofício a remeter relatório aprovado — Relatório n.º 09/2020-VIC/SRATC – (Ação n.º 19-401VIC4) – Urbhorta – Construção, Gestão e Exploração de Projetos de Desenvolvimento Empresarial, E.E.M..

Proveniência: Fernando Manuel Quental Flor de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 09 – 21;

Assunto: Ofício a agradecer o Voto de Congratulação – “25.º aniversário dos grupos de ação local - da iniciativa comunitária leader à formalização e funcionamento das associações de desenvolvimento local dos Açores”

Proveniência: Lorenzo Mannelli, Parlamento Europeu

Data de Entrada: 2020 – 09 – 28;

Assunto: Ofício a informar que foi enviado para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo n.º 22/2020

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 09 – 28;

Assunto: Ofício a agradecer o Voto de Congratulação – “50 anos de ordenação presbiteral de D. António de Sousa Braga”

Proveniência: Padre Paulo Jorge Moreira Coelho, Reitor do Seminário Nossa Senhora de Fátima

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29;

Assunto: Ofício a agradecer o Voto de Congratulação – “25.º aniversário dos grupos de ação local - da iniciativa comunitária leader à formalização e funcionamento das associações de desenvolvimento local dos Açores”

Proveniência: Wolfgang Burtscher, Comissão Europeia

Data de Entrada: 2020 – 09 – 29;

Assunto: Ofício a agradecer o Voto de Congratulação – “500 anos da fundação da Santa Casa da Misericórdia da Horta”

Proveniência: António Bento Fraga Barcelos, Presidente da Mesa Coordenadora da União Regional das Misericórdias dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 09 – 30;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório de Execução Financeira relativo ao 2.º trimestre de 2020 das Empresas do Setor Público Empresarial Regional

Proveniência: Filipe de Ataíde Ramos, Adjunto do Gabinete do SRAPAP

Data de Entrada: 2020 – 10 – 01;

Assunto: Ofício a agradecer o Voto de Congratulação – “Quinquagésimo aniversário da CGTP-IN”

Proveniência: Isabel Camarinha, Secretária-Geral da CGTP-IN

Data de Entrada: 2020 – 10 – 06;

Assunto: Ofício a remeter o Parecer do CES sobre as Grandes Opções do Plano 2021-2023

Proveniência: Gilberta Rocha, CES

Data de Entrada: 2020 – 10 – 07;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório n.º 13/2020 - “Evolução orçamental das Administrações Públicas até junho de 2020”

Proveniência: Helena Rua, Assessora de Comunicação da Presidente do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2020 – 10 – 08;

Assunto: Ofício a remeter o Parecer n.º 2/2020 - “Previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2021”

Proveniência: Helena Rua, Assessora de Comunicação da Presidente do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2020 – 10 – 13;

Assunto: Ofício a informar que foi enviado para publicação no Diário da República os Decretos Legislativos n.º 19-20-21-23/2020

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 10 – 13;

Assunto: Ofício a remeter uma Carta Aberta da AGITA – Associação de Guias Informação Turística dos Açores

Proveniência: Paulo Jorge Caetano de Sousa Bettencourt, AGITA Açores

Data de Entrada: 2020 – 10 – 14;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório n.º 14/2020 “Análise à Proposta de Orçamento do Estado para 2021”.

Proveniência: Helena Rua, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2020 – 10 – 26;

Assunto: Ofício a remeter a Ata de Apuramento Geral da eleição para a ALRAA, de 25 de outubro.

Proveniência: Rosa da Conceição Baptista Infante, Adjunta do Gabinete do Vice-Presidente do GRA

Data de Entrada: 2020 – 10 – 30;

Assunto: Ofício a remeter cópia do Voto de Pesar relativo ao falecimento do Sr. Mário de Mesquita Frayão.

Proveniência: José Leonardo Goulart da Silva, Presidente da Câmara Municipal da Horta

Data de Entrada: 2020 – 11 – 02;

Assunto: Ofício a solicitar parecer sobre a Proposta de Alteração n.º 46C

Proveniência: Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 11 – 06;

Assunto: Ofício a remeter o programa da sessão de apresentação pública da Plataforma ODSlocal.

Proveniência: Maria Adília Lopes, Secretária Executiva do Conselho Nacional do Ambiente

Data de Entrada: 2020 – 11 – 09;

Assunto: Ofício a solicitar parecer sobre a Proposta de Alteração n.º 363C

Proveniência: Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 11 – 10;

Assunto: Correio eletrónico a informar que, de modo a possibilitar a eleição de um novo representante com a instalação da nova Assembleia Legislativa, renuncia ao cargo de Representante dos Açores no Conselho Nacional de Educação

Proveniência: Álvaro Borralho, Representante dos Açores no Conselho Nacional da Educação

Data de Entrada: 2020 – 11 – 10;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência a Presidente da ALRAA, na qualidade de Deputada pelo círculo eleitoral da ilha Terceira na lista do PS/Açores, a suspensão do seu mandato

Proveniência: Isabel Maria Diniz Berbereia

Data de Entrada: 2020 – 11 – 12;

Assunto: Remessa de relatório aprovado, Relatório n.º 10/2020 – VIC/SRATC (Ação n.º 20-438VIC4) – Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária da Madalena

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 11 - 13;

Assunto: Ofício S/003/2020/XII, de 16 de novembro de 2020, a comunicar que a Dra. Bárbara Rodrigues de Almeida exerce as funções de Adjunta do Grupo Parlamentar do PS, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2020

Proveniência: Francisco César, Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2020 – 11 – 16;

Assunto: Ofício S/004/2020/XII, de 16 de novembro de 2020, a comunicar a seguinte composição do Grupo Parlamentar do PS, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2020, inclusive

Secretário – Luís Manuel Matos Pereira;

Auxiliares de Secretário – Dora Madruga da Rosa, Sherry Patrícia Silva Martins e Arlindo Bettencourt.

Proveniência: Francisco César, Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2020 – 11 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar que, por incompatibilidade do mandato de deputado com as funções de Presidente do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A., solicita a suspensão de mandato até 30 de novembro de 2020, inclusive

Proveniência: Miguel Costa, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2020 – 11 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar que, por incompatibilidade do mandato de Deputado na ALRAA, com as funções de Deputado à Assembleia da República, cargo que irá continuar a exercer, solicita a suspensão de mandato

Proveniência: António Ventura, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 11 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar que o Grupo Parlamentar do CDS-PP indica o nome da Deputada Catarina de Oliveira Cabeceiras para Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 11 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar que subscrevem a candidatura do Deputado Luís Carlos Correia Garcia a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Os Deputados: José Manuel Bolieiro, Pedro do Nascimento Cabral, Artur Lima, Paulo Estêvão, Carlos Furtado, Nuno Barata, Jaime Vieira, José Pacheco, Gustavo Alves e Carlos Ferreira

Data de Entrada: 2020 – 11 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar que subscrevem a candidatura do Deputado Marco José Freitas da Costa a Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Os Deputados: Pedro do Nascimento Cabral, Bruno Belo, Paulo Silveira, Joaquim Machado e Flávio Soares

Data de Entrada: 2020 – 11 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar que o Grupo Parlamentar do PS indica o nome do Deputado João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa para Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e o nome do Deputado Tiago Branco para Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Os Deputados: Francisco César, Francisco Coelho, Marta Matos, Ana Luísa Luís, Célia Pereira, Maria Isabel Quinto, Vilson Ponte, Patrícia Miranda, José Eduardo

Data de Entrada: 2020 – 11 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar que subscrevem a candidatura da Deputada Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Os Deputados: Francisco César, Francisco Coelho, Marta Matos, Mário Tomé, Ana Luísa Luís, Célia Pereira, Maria Isabel Quinto, Vilson Ponte, Patrícia Miranda, José Eduardo

Data de Entrada: 2020 – 11 – 16;

Assunto: Ofício a informar que os seguintes Deputados se constituem em Grupo Parlamentar

Proveniência: Os Deputados: Ana Luísa Luís, António Parreira, Bárbara Chaves, Carlos Silva, Célia Pereira, Francisco César, Francisco Coelho, Iasalde Nunes, Maria Isabel Quinto, João Vasco Costa, José Contente, José Eduardo, José Ávila, Manuel Ramos, Maria Isabel Teixeira, Mário Tomé, Marta Matos, Nuno Ribeiro, Patrícia Miranda, Rui Anjos, Rodolfo Franca, Sandra Faria, Tiago Branco, Valdemira Andrade e Vilson Ponte

Data de Entrada: 2020 – 11 – 16;

Assunto: Ofício a informar que Paulo Jorge Abraços Estêvão e Gustavo Valadão Alves se constituem em Grupo Parlamentar com a designação de PPM

Proveniência: Paulo Estêvão, Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 11 – 16;

Assunto: Ofício a informar que o cargo de Secretário Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, será ocupado por Verónica Fátima Mesquita dos Santos Pereira da Silva Lopes, e o cargo de Auxiliar de Secretário será ocupado por João Silva Cordeiro, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2020

Proveniência: António Lima, Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2020 – 11 – 18;

Assunto: Ofício 45/020/LT, de 19 de novembro de 2020, a propor as seguintes nomeações, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2020, no Grupo Parlamentar do PSD:

Adjuntos – Hermano Cordeiro Aguiar e Rui Manuel Pinheiro Lucas;

Secretário – Laurénio Manuel Azevedo Tavares;

Auxiliares de Secretário – Rute Santos S.M. Silveira Lemos, Marco Paulo Cunha Silva e Carla Patrícia S. Rodrigues Silva.

Proveniência: Laurénio Tavares, Secretário do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 11 – 19;

Assunto: Ofício Gp 08-XII, de 15 de outubro de 2020, a informar a nomeação para o cargo de Secretário do Grupo Parlamentar do CDS-PP de João Paulo da Silva Carvalho, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2020, inclusive

Proveniência: Artur Lima, Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 11 – 19;

Assunto: Ofício a informar que se constitui como representação parlamentar com a designação de “Representação Parlamentar do PAN-Pessoas-Animais-Natureza”

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2020 – 11 – 19;

Assunto: Correio eletrónico a remeter a versão final do Parecer do Conselho de Opinião da RTP, SA, ao Alargamento da TDT.PDF

Proveniência: José Lourenço, Representante da ALRAA no CO da RTP, SA

Data de Entrada: 2020 – 11 – 19;

Assunto: Ofício Gp 10-XII, de 19 de novembro de 2020, a informar que nomeia para o cargo de Auxiliar de Secretário do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Ana Luísa Barcelos Drumonde, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2020

Proveniência: Artur Lima, Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 11 – 19;

Assunto: Ofício Gp 12-XII, de 20 de novembro de 2020, a informar a seguinte constituição do Grupo Parlamentar do CDS-PP:

Artur Lima, Catarina Cabeceiras e Nuno Gomes

Proveniência: Artur Lima, Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 11 – 20;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Sandra Micaela Costa Dias Faria, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2020 – 11 – 20;

Assunto: Ofício n.º 117/2020, de 20 de novembro de 2020, a remeter duas propostas de deliberação, aprovadas por unanimidade, na reunião do passado dia 30 de outubro, sobre a manutenção da Cadeia de Apoio da Horta e sobre a Transferência de reclusos da Cadeia de Apoio da Horta, para Angra do Heroísmo

Proveniência: Davide João Furtado Marcos, Vice-Presidente do Conselho de Ilha do Faial

Data de Entrada: 2020 – 11 – 20;

Assunto: Ofício a informar que se constituem como grupo parlamentar com a designação de Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, os seguintes deputados:

António Lima - Presidente e Alexandra Manes

Proveniência: António Lima, Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2020 – 11 – 23;

Assunto: Ofício 48/20/LT, a informar que, pelo facto de passarem a integrar o Governo Regional, os Deputados José Manuel Cabral Dias Bolieiro e Sofia Heleno Santos Roque Ribeiro, são substituídos por Gil Alberto Medeiros Borges e Ana Ascensão Moniz Arruda Quental, respetivamente, com efeitos a partir de 24 de novembro

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 11 – 24;

Assunto: Ofício a remeter o Anteprojeto de Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano económico de 2019 (Ação n.º 20-307PCA)

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 11 – 24;

Assunto: Ofício 49/20/LT, a informar que o Grupo Parlamentar do PSD se constitui pelos seguintes Senhores Deputados: Ana Ascensão Moniz Arruda Quental, António Vasco Vieira Neto de Viveiros, Bruno Filipe Freitas Belo, Carlos Manuel da Silveira Ferreira, Carlos Eduardo da Cunha Freitas, Délia Maria Melo, Elisa Lima de Sousa, Flávio da Silva Soares, Gil Alberto Medeiros Borges, Jaime Luís Melo Vieira, João Luís Bruto da Costa Machado da Costa, José Joaquim Ferreira Machado, Luís Carlos Correia Garcia, Luís Carlos Cota Soares, Marco José Freitas da Costa, Paulo Alberto Bettencourt Silveira, Paulo Duarte Gomes, Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral, Rui Miguel Mendes Espínola, Sabrina Marília Coutinho Furtado e Vânia Borges Figueiredo Ferreira

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 11 – 25;

Assunto: Ofício 50/20/LT, a comunicar a constituição da Direção do Grupo Parlamentar do PSD: Presidente: Pedro Miguel Medeiros do Nascimento Cabral, Vice-Presidente: João Luís Bruto da Costa Machado da Costa, Vice-Presidente: Jaime Luís Melo Vieira, Secretário: Marco José Freitas da Costa e Secretária: Elisa Lima de Sousa

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 11 – 25;

Assunto: Ofício 52/20/LT, a propor a contratação de Gonçalo Machado Cordeiro, para o exercício de funções de Auxiliar de Secretário do Grupo Parlamentar, 60 horas, na ilha do Pico, com efeitos a partir do dia 16 de novembro, inclusive

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 11 – 25;

Assunto: Ofício 54/20/LT, a propor a contratação de Ana Cláudia Bettencourt Amarante, para o exercício de funções de Auxiliar de Secretário do Grupo Parlamentar, 60 horas, na ilha de São Jorge, com efeitos a partir do dia 16 de novembro, inclusive

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 11 – 25;

Assunto: Ofício Gp20/XII, a informar que nomeia para o cargo de Secretário do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Mariana Jorge Correia Magalhães da Mota, com efeitos a partir do dia 25 de novembro, inclusive

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 11 – 26;

Assunto: Ofício Gp21/XII, a solicitar a nomeação de António Eduardo da Rosa Freitas, como Auxiliar de Secretário do Grupo Parlamentar do CDS-PP, no regime de 120 horas, na Sede da ALRAA, na ilha do Faial, com efeitos a partir do dia 25 de novembro, inclusive

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 11 – 26;

Assunto: Ofício do Grupo Parlamentar do BE a informar que o Deputado António Lima irá integrar a Comissão Permanente e a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho e, a Deputada Alexandra Manes irá integrar a Comissão Permanente, a Comissão Permanente de Política Geral e a Comissão Permanente de Assuntos Sociais (nesta última, sem direito a voto)

Proveniência: António Lima, Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2020 – 11 – 26;

Assunto: Correio eletrónico do Grupo Parlamentar do CH a informar que o Deputado Carlos Furtado irá integrar a Comissão de Economia e a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho (esta, sem direito a voto) e o Deputado José Pacheco irá integrar a Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Proveniência: António Lima, Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2020 – 11 – 26;

Assunto: Correio eletrónico do Grupo Parlamentar do CDS-PP, a informar que integrarão a Comissão Permanente as Deputadas Catarina Cabeceiras e Andreia Vasconcelos

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 11 – 27;

Assunto: Correio eletrónico do Grupo Parlamentar do PSD, a informar que integrarão a Comissão Permanente os seguintes Senhores Deputados: Luís Garcia, Marco Costa, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa, Rui Espínola, Jaime Vieira e António Vasco Viveiros

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 11 – 30;

Assunto: Ofício ref.^a 115, do Grupo Parlamentar do PPM a informar que o Deputado Paulo Estêvão irá integrar a Comissão Permanente e a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho e a Comissão Permanente de Economia (esta, sem direito a voto) e, que o Deputado Gustavo Alves irá integrar a Comissão Permanente e a Comissão Permanente de Política Geral

Proveniência: Paulo Estêvão, Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 11 – 30;

Assunto: Ofício de Tiago Alexandre dos Santos Lopes, deputado eleito pelo círculo eleitoral da ilha Terceira, a informar que tendo cessado funções como Diretor Regional da Saúde e, conseqüentemente a incompatibilidade para a assunção do cargo de Deputado pelo Grupo Parlamentar do PS, inicia o seu exercício como Deputado a partir de 26 de novembro de 2020, inclusive

Proveniência: Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Data de Entrada: 2020 – 11 – 30;

Assunto: Ofício S/014/52020/XII, do Grupo Parlamentar do PS, a informar que integrarão a Comissão Permanente os seguintes Senhores Deputados: Vasco Cordeiro, Ana Luísa Luís, Andreia Costa, Berto Messias, Francisco do Vale César, José Contente, Miguel Costa e Sérgio Ávila

Proveniência: Francisco do Vale César, Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2020 – 12 – 02;

Assunto: Correio eletrónico do Grupo Parlamentar do CDS-PP, a informar a distribuição dos Deputados do CDS-PP pelas Comissões Especializadas Permanentes: Comissão Permanente de Política Geral a Deputada Andreia

Vasconcelos, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais a Deputada Catarina Cabeceiras e a Comissão Permanente de Economia o Deputado Nuno Gomes

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 12 – 02;

Assunto: Ofício ref.^a 009901/2020, da Representação Parlamentar do IL, a informar que integrará a Comissão Permanente de Assuntos Sociais e a Comissão Permanente de Economia, esta sem direito a voto

Proveniência: Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa, Representação Parlamentar do IL

Data de Entrada: 2020 – 12 – 02;

Assunto: Ofício a indicar que integrarão as Comissões Especializadas Permanentes os seguintes Senhores Deputados: Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho – Deputados Carlos Ferreira, Luís Soares, Sabrina Furtado, Rui Espínola e Carlos Freitas; Comissão Permanente de Política Geral – Deputados Bruno Belo, Carlos Ferreira, Paulo Silveira, Sabrina Furtado e Elisa Sousa; Comissão Permanente de Assuntos Sociais – Deputados Joaquim Machado (Presidente), Vânia Ferreira, Délia Melo (Relatora), Ana Quental e Flávio Soares; Comissão Permanente de Economia – Deputados , António Vasco Viveiros, João Bruto da Costa, Marco Costa, Paulo Gomes e Jaime Vieira

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 12 – 03;

Assunto: Correio eletrónico do Grupo Parlamentar do CH, a informar que Carlos Furtado é o Líder da bancada Parlamentar, com efeitos a partir do dia 16 de novembro de 2020

Proveniência: Carlos A. Furtado, Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2020 – 12 – 04;

Assunto: Programa do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores, entregue a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Sua Excelência o Presidente do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores, José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Data de Entrada: 2020 – 12 – 04;

Assunto: Correio eletrónico do deputado Carlos Furtado do Grupo Parlamentar do CH, a solicitar a correção do registo no que concerne à opção do regime de Deputado, de “não permanência” para “afeto, em não exclusividade de funções”

Proveniência: Carlos A. Furtado, Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2020 – 12 – 04;

Assunto: Errata do Programa do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores, enviado por email, a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Gabinete da Presidência do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 12 – 05;

11 – Relatórios:

Assunto: [Sobre a Verificação de Poderes dos Deputados eleitos para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nas eleições de 25 de outubro de 2020](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 11 – 13;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 50/XI - Suspensão do pagamento da eletricidade nos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 09 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que cria uma linha de crédito com juros bonificados dirigida aos produtores de flores de corte e plantas ornamentais – MA – \(Reg. DL 501/XXII/2020\) – n.º 186/XI-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 09 – 30;

Assunto: [Sobre a Resolução n.º 11/2018/A – “Relatório semestral de acompanhamento pela Comissão Permanente de Economia do processo desenvolvido pelo Governo Regional dos Açores na negociação nacional e comunitária com vista à definição do próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia pós 2020”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 09 – 30;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 60/XIV/1.ª \(GOV\) – Aprova as Grandes Opções do Plano para 2021-2023 – n.º 347/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 10 – 26;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 61/XIV/1.ª \(GOV\) – Orçamento de Estado para 2021](#)

Proveniência: Comissão de Economia - n.º 348/XI-AR

Data de Entrada: 2020 – 10 – 26;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto do Presidente da República – Pedido de autorização do Senhor Presidente da República para Declaração do Estado de Emergência](#)

Proveniência: Comissão Permanente

Data de Entrada: 2020 – 11 – 06;

12 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 142, 143, 144 e 145, da XI Legislatura e os Diários n.ºs 1 e 2 da XII Legislatura.

As redatoras, Ana Machado e Ana Paula Lemos